

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL

LEONARDO DE MELO BELEM

**DAS RELAÇÕES ÉTNICAS ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS: O ENSINO DE
HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

RIO GRANDE/RS

2020

LEONARDO DE MELO BELEM

**DAS RELAÇÕES ÉTNICAS ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS: O ENSINO DE
HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Relatório Técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Carmem G. Burgert Schiavon

Ficha Catalográfica

B428r Belem, Leonardo de Melo.

Das relações étnicas às práticas educativas: o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas no município do Rio Grande/RS / Leonardo de Melo Belem. – 2020.
134 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RS, 2020.

Orientadora: Dra. Carmem G. Burgert Schiavon.

Coorientador: Dr. Marlon Borges Pestana.

1. Ensino 2. Cultura Afro-Brasileira 3. História da África 4. Rio Grande 5. Campo Democrático I. Schiavon, Carmem G. Burgert II. Pestana, Marlon Borges III. Título.

CDU 37:94(6)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

LEONARDO DE MELO BELEM

DAS RELAÇÕES ÉTNICAS ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS: O ENSINO DE HISTÓRIA
DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Profª. Dra. Carmem G. Burgert Schiavon (FURG) – Orientadora

Prof. Dr. Marlon Borges Pestana (FURG) – Coorientador

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes (UNILAB)

Profª. Dra. Rita de Cássia Grecco (FURG)

Rio Grande, ___ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Naturalmente, a sessão de “Agradecimentos” possui certa complexidade. Agradecer a quem e a quantas pessoas, sendo que em tantas partes do processo estiveram presentes vários indivíduos! No que se refere a esta pesquisa, gostaria de agradecer, imensamente, à professora Carmem Schiavon, tanto pelo apoio neste trabalho, quanto em grande parte de minha trajetória acadêmica, sendo uma grande parceira nos últimos 5 anos. Agradeço pelo apoio neste processo e nos demais trabalhos acadêmicos e projetos.

Devo, também, meus agradecimentos a duas pessoas que fazem parte da minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço à Iryna da Silva Corrêa e Matheus Balbueno Pinto, por todo incentivo nas pesquisas, projetos profissionais, assim como pelo apoio e afeto. Mais que colegas de profissão, nos constituímos em amigos para a vida, um laço que me alegria e me faz perceber o acolhimento e apoio mútuo, que sentimos uns pelos outros. Agradeço muito pelo carinho e atenção de vocês, assim como desejo que obtenham as conquistas que desejam atingir.

À minha tia Miriam Mendonça Belem, eu agradeço por todo apoio, desde o meu nascimento até a atualidade. Como minha madrinha e como minha mãe, me trouxe valores os quais não consigo contabilizar. Obrigado por ter me escolhido como filho, tenho profunda gratidão pelo amor e por todo afeto que construímos. Agradeço também por todo incentivo prestado em relação à minha carreira e aos meus estudos.

Agradeço, assim, a todos que de algum modo me apoiaram nos meus projetos acadêmicos mas, principalmente, a estes que citei, os quais diariamente demonstram sua atenção e dedicação para com os ideais que prego. Muito obrigado pelo apoio de todos, vocês são muito especiais na minha trajetória!

RESUMO

No presente trabalho pretende-se discorrer sobre o ensino de Cultura Afro-brasileira e de História da África no âmbito da rede escolar do Município do Rio Grande/RS. Tendo isso em vista este objetivo, almeja-se analisar experiências positivas com relação ao trato dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira no que se refere, principalmente, às turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de educação. As falas das professoras da rede municipal rio-grandina servirão como base para compreender como se pode discorrer acerca da construção de uma prática educativa com viés antirracista dos mesmos. Entrevistas com os profissionais da educação servirão assim para obter um maior aprofundamento acerca de como os mesmos enxergam sua prática e de como são apoiados pelas unidades escolares. Por meio de autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Paulo Freire serão utilizados conceitos que se apresentam fundamentais para compreender os elementos culturais, sociais e políticos que dão base para a realização de práticas efetivas em sala de aula, no que tange aos conteúdos étnico-raciais. Neste trabalho, se faz presente a noção de que as práticas de ensino relacionadas à Cultura Afro-Brasileira e História da África são necessárias para a obtenção de uma sociedade com mais equidade de direitos e para a promoção do campo democrático por meio da educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Ensino. Cultura Afro-Brasileira. História da África. Rio Grande. Campo Democrático.

ABSTRACT

The present work intends to discuss the teaching of Afro-Brazilian Culture and African History within the school network of the Municipality of Rio Grande/RS. In view of this objective, the aim is to analyze positive experiences in relation to the treatment of Afro-Brazilian History and Culture contents with regard, mainly, to classes in the Final Years of Elementary School in the public education system. The speeches of teachers from the municipal network will serve as a basis for understanding how one can discuss the construction of an educational practice with an anti-racist bias. Interviews with education professionals will thus serve to obtain greater insight into how they see their practice and how they are supported by school units. Through authors such as Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes and Paulo Freire, concepts that are fundamental to understand the cultural, social and political elements that underlie the realization of effective practices in the classroom, with regard to ethnic-racial content, will be used. In this work, it is present the notion that teaching practices related to Afro-Brazilian Culture and African History are necessary to obtain a society with more equal rights and to promote the democratic field through the education of ethnic-racial relationships .

Keywords: Teaching. Afro--Brazilian culture. Brazilian culture. African history. Rio Grande. Democratic Field.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA (UMA LUTA POLÍTICA): DESDOBRAMENTOS, CONQUISTAS E MARCOS LEGAIS.....	16
2.1 Do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica: movimentos de resistência e de valorização cultural.....	18
2.2 Implementação da Lei 10.639/2003 no território brasileiro: luta política, trajetória e discussão.....	26
3 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RIO-GRANDINA: CONTEXTOS, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEUS PROFISSIONAIS.....	41
3.1 Contexto escolar no município do Rio Grande.....	43
3.2 Práticas docentes no município do Rio Grande: profissionais da educação e o trabalho com a Lei 10.639/2003.....	51
3.2.1 Professora Sandra Lee dos Santos Ribeiro.....	55
3.2.2. Professora Elisabete Rodrigues de Moraes.....	59
3.2.3. Professora Ingrid Oliveira Santos Costa.....	63
3.2.4. Professora Juliana Votto Cruz.....	67
3.2.5. Professora Laisa dos Santos Nogueira.....	71
4 CARTILHA PEDAGÓGICA-EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS RIO-GRANDINAS.....	76
5 USOS E POTENCIALIDADES DA CARTILHA PEDAGÓGICA: O TRATO COM OS CONTEÚDOS ÉTNICO-RACIAIS.....	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXO 1- PRODUTO: MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA.....	100
ANEXO 2- QUESTIONÁRIOS/ENTREVISTAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE BÁSICA RIO-GRANDINA.....	119

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o fenômeno educativo e os processos advindos do mesmo é uma tarefa extremamente complexa. Contudo, compreender os mecanismos presentes no processo de ensino-aprendizagem apresenta-se como algo de suma importância, para teorizar e interpretar o que se tem produzido no ambiente escolar e como os conhecimentos são formulados dentro deste espaço. Desse modo, pesquisar apresenta-se como algo necessário no que tange ao entendimento das interações realizadas nas escolas, assim como analisar o papel dos profissionais responsáveis por tais contatos. Pensar que conhecimentos são produzidos e reconstruídos em sala de aula é algo já visitado por uma diversidade de pesquisadores, sendo um assunto patente no que tange as bibliografias das últimas décadas. A partir deste ponto surgem perguntas importantes: a partir de que métodos se pode fazer pesquisa no âmbito da sala de aula? Existem restrições para a pesquisa em sala de aula? Essas perguntas são fundamentais para compreender não somente como ocorre o processo criativo no ambiente escolar, mas também para trazer um enfoque sobre como se pode mensurar a produção presente nas salas de aula de nosso país. Com base nestas considerações, será analisado como se pode pesquisar no espaço escolar, tendo em vista o caso específico das escolas municipais presentes na cidade do Rio Grande. Será discorrido sobre os usos e conteúdos relacionados ao ensino de Cultura Afro-Brasileira e História da África em sala de aula, assim como as possibilidades de práticas realizadas sobre os mesmos.

O principal ponto a ser desvelado é sobre como são formuladas nas escolas do município do Rio Grande/RS, práticas em sala de aula no que se refere ao trato com os conteúdos relacionados à História da África e com a Cultura Afro-Brasileira. Almeja-se, dessa maneira, observar práticas educativas positivas para com o trato de questões de História e Cultura Afro-Brasileira. É fundamental examinar o trabalho dos professores com os conteúdos étnico-raciais nas escolas da rede municipal na modalidade do Ensino Fundamental II, sendo o cerne dessa pesquisa. As práticas educativas devem ser elencadas, objetivando analisar como na cidade a presença negra se faz presente, sendo o trato com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula uma das provas disso. É fundamental, assim, salientar que o trabalho com esses conteúdos é realizado não somente devido a Lei mas, em grande parte, pela visão historiográfica e política dos profissionais-professores. Observar a prática dos profissionais da educação é imprescindível, pois a partir deste ponto pode-se desvelar acerca do que se produz nas escolas e trazer uma maior compreensão sobre o que vem sendo realizado no âmbito da sala de aula. As experiências empreendidas nas escolas do município são extremamente ricas,

sendo necessário analisar ao menos algumas. Discorreremos neste trabalho sobre cinco profissionais da rede básica e sobre exemplos positivos de suas práticas, as quais são empreendidas na rede básica de educação do município.

A ideia de trabalhar com este tema surgiu a partir de experiências e contatos empreendidos na área de História do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, momento em que se teve uma maior dimensão de como as práticas com os conteúdos étnico-raciais se desenvolvem nas escolas rio-grandinas, podendo também ser observado como essas práticas são realizadas e aceitas na rede pública municipal. A experiência nesse Programa se fez fundamental para este trabalho, trazendo de maneira prática uma noção acerca do que é produzido na cidade do Rio Grande no que se refere ao Ensino de História e seus componentes. O contexto rio-grandino é muito plural, marcado pela diversidade étnico-racial e presença de elementos culturais diversos. Apesar disso, a presença negra é silenciada, tanto nas narrativas populares quanto nos escritos empreendidos pelo poder público. Sendo assim, a história, a religiosidade e os aspectos culturais negros são esquecidos, dando vez à propagação de uma narrativa padronizada, marcada pelos feitos de personalidades brancas ilustres, descendentes de europeus. Faz-se, assim, necessário analisar a visão histórica reproduzida no *site* da Prefeitura do Rio Grande, local o qual possuí uma sessão própria para discorrer sobre o histórico do município¹. No texto afirma-se que:

No dia 19 de fevereiro de 1737 a cidade foi fundada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, que comandava uma expedição militar portuguesa, com homens de mar e homens de guerra, com o objetivo de assegurar aos Lusitanos a posse das terras do Sul, nas quais se defrontavam em encarniçadas batalhas os luso-brasileiros e os espanhóis-castelhanos, em território hoje pertencentes ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, antiga colônia do Sacramento. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2020).

A narrativa empreendida pelo *site* da Prefeitura Municipal deve ser analisada. A partir dessa narrativa pode-se denotar uma história voltada para fatos heroicos e personalidades históricas notáveis, além da evidência dos laços com Portugal. Apesar disso, pouco se discorre sobre a presença indígena e negra no território rio-grandino, sendo a mesma não evidenciada no texto de cunho informativo. O texto segue afirmando que:

Na primeira fortaleza, levantada em local julgado mais propício a operações portuárias, erigiu-se o primeiro templo. O Brigadeiro Silva Paes, devoto da

¹ Maiores informações poderão ser obtidas em: <<https://www.riogrande.rs.gov.br/rio-grande-2/#link>>. Acesso em 10 fev. 2020.

Sagrada Família, deu ao Estabelecimento Militar, classificado como Presídio, o nome Jesus, Maria e José. [...].

Com o Estabelecimento Militar, deu-se conseqüentemente o início oficial da colonização desta região. A Freguesia transformou-se rapidamente em Povoado, graças ao impulso dado pelos colonos, provenientes das Ilhas dos Açores e Madeira, aqui chegados na década de 1750. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2020).

É interessante discorrer sobre questões de cunho político e econômico no que tange ao fazer historiográfico. Apesar disso, certos elementos não podem ser relegados ao esquecimento. A presença portuguesa é exaltada na sessão referida no *site* da prefeitura como “Rio Grande”, a qual hospeda o referido texto de nome “Rio Grande, Cidade Histórica”. O texto traz informações importantes; no entanto, peca ao apagar a presença negra e indígena no que refere a história e cultura do município. Esses silenciamentos devem ser observados e trazidos à tona, pois em casos como estes demonstram uma cidade que apesar de possuir elementos negros e indígenas, pouco se identifica com os mesmos, tendo respaldo do poder público para a realização de tais apagamentos. Tendo isso em vista, torna-se necessário ressaltar a presença negra e como a mesma se apresenta na configuração do mapa político, histórico e cultural da população rio-grandina. Segundo Torres:

Na chegada da expedição do Brigadeiro José da Silva Paes em fevereiro de 1737, alguns negros, possivelmente escravos de oficiais, estavam a bordo das embarcações quando da oficialização do controle português na barra do Rio Grande. No ano de 1738, na Freguesia do Rio Grande de São Pedro, foram batizados dois escravos, sendo um nascido no Brasil e outro na África. Até 1749 foram batizados 98 escravos. Já os óbitos de escravos entre 1738 e 1749 totalizaram 54 indivíduos. (TORRES, 2008, p. 102.).

Faz-se interessante analisar o papel da presença negra na cidade não somente por causa do indicativo de registros escritos, mas pelo fato de que os documentos históricos apresentam elementos ricos no que tange a verificar e demarcar o espaço negro no Rio Grande do Sul e em seus municípios. Tendo uma rica presença cultural, social e política na cidade do Rio Grande, negros e negras foram desenvolvendo contatos e produzindo uma marca profunda na vida da cidade. A participação em agremiações, associações beneficentes e de mutualidade foram dando cores e marcando um lugar cativo. O debate político também foi demarcado pela presença negra na esfera rio-grandina, sendo um dos campos de luta e de demanda social. Sobre os clubes e associações negras faz-se necessário observá-los no período inicial da República no Brasil. A partir deste momento, os clubes e sociedades de mutualismo vão adquirindo força, sendo responsáveis pelo apoio à população negra liberta;

porém, sem a existência de um plano em nível governamental. Então, a partir da historiografia entende-se que na comunidade rio-grandina:

[...] com a abolição e a República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais, tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras. As associações beneficentes diminuem em 1910 e passam a nascer instituições mais de cunho recreativo e carnavalesco. (PAIXÃO; SPOLLE, 2017, p. 182).

Por meio dessa discussão percebe-se que a presença de entidades mistas ou voltadas para a promoção da negritude surge devido a demanda da população. Essa demanda por proteção e por lazer criou um espaço social, no qual o contingente negro pode obter apoio e representação. O Rio Grande do Sul como um todo é negro, sendo necessário afirmar e discorrer sobre tal fato, para assim ratificar demandas do povo acerca do trato com os sujeitos de descendência africana, seja no âmbito político, cultural e nas pautas educacionais. Apesar da pouca expressividade da população negra na política, seja por meio da desigualdade ampla existente ou pelo racismo, existem exceções à regra, como o exemplo de Carlos Santos, político que se tornou parlamentar e o primeiro governador negro no Estado do Rio Grande do Sul. Com atuação política desde a década de 1930, até a década de 1980, foi um parlamentar que fez parte do campo democrático e atuou na política partidária da Era Vargas para além. Segundo Gomes,

Por intermédio dos discursos de Carlos Santos percebe-se a possibilidade de contribuir para a interpretação das ideias reivindicativas e das agências sociais e políticas do negro brasileiro a partir do Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1982, tempo de sua vida pública, e quiçá, por meio de sua existência, conhecer um pouco mais sobre a história das reivindicações políticas das populações negras durante praticamente toda a república. (GOMES, 2014, p. 52).

Observa-se, assim, o papel que Carlos Santos teve como um ator político negro de destaque em um período no qual a segregação racial e a desigualdade de oportunidades para pessoas negras se faziam regra no Brasil. A partir desta figura, percebemos que o Brasil é negro e que os mesmos devem ser proporcionalmente representados no campo político e social. Segundo o último Censo realizado pelo IBGE (2010), a população autodeclarada negra (pretos e pardos)² do Rio Grande do Sul totaliza 1.725.166 pessoas, o que representa 16,13% dos habitantes do estado³. São dados que se farão importantes para um comparativo com o

² Deve-se ter a noção de que o conceito de identidade negra/negritude é uma construção política, cultural e social. Sobre o conceito faz-se interessante uma leitura atenta na produção de Nilma Lino Gomes.

³ Para mais dados acerca da população negra do Estado do Rio Grande do Sul e sobre sua saúde, ver: <https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-negra>. Acesso em 10 fev. 2020.

próximo censo a ser empreendido (2022) no território brasileiro e trazem uma noção do quão negro e plural se apresenta o estado do Rio Grande do Sul e seus municípios. A pandemia de COVID-19 fez-se crucial, sendo responsável pelo adiamento do Censo de 2020. Deve-se observar assim um aumento da desigualdade e da desinformação no território brasileiro. Além disso, a educação pública ficou muito prejudicada. É fundamental dessa maneira analisar as políticas educacionais e como os diferentes entes da federação empreendem esforços mediante a implementação das mesmas. Mais do que isso, faz-se necessário um estudo acerca da atual configuração do ensino nas escolas públicas, assim como do trato com as questões étnico-raciais nesses estabelecimentos.

Além da Lei 10.639/2003, no que tange a política pública referente a igualdade social e respeito a cultura e modos de vida da população negra, tem-se em 2010 a homologação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010⁴, documento que aborda uma perspectiva de inclusão e de promoção da paridade social. Nesta Lei, trabalha-se com a noção de que a igualdade é necessária, e que algumas medidas sociais são essenciais para empreender esse objetivo. No primeiro artigo desvela-se de maneira clara o objetivo da Lei, com a redação de que “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). Essa Lei é resultado de uma grande demanda social, transparecendo os anseios de um setor da sociedade civil. Quando se reconhece os séculos de opressão, abuso e de silenciamento da população negra e formula-se um Estatuto almejando sanar feridas históricas e trazer equidade, um grande passo é dado, sendo ouvida a demanda da população. Questões são discutidas no Estatuto da Igualdade Racial, envolvendo tópicos como política, empreendedorismo, lazer, cultura e educação.

A afirmação da obrigatoriedade da Lei 10.639 e da necessidade do apoio à ações afirmativas é patente no que se refere à Lei 12.288/2010. No artigo de número onze desta lei, afirma-se que “os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País” (BRASIL, 2010). A cultura escolar, o apoio da direção, o respeito do alunado, são elementos que devem ser analisados,

⁴ Interessante ressaltar a Lei 12.289/2010, a qual dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Deve-se perceber o papel da UNILAB como um marco das Ações Afirmativas no Brasil, sendo uma demanda da sociedade brasileira e do Movimento Negro. Texto da Lei disponível em “http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm”. Acesso em 11 set. 2020.

porque podem exercer função positiva no que se refere ao ensino de questões voltadas à pluralidade cultural presente no Brasil Africano e nas relações com a África(s). Deve-se dessa forma compreender como os professores empreendem suas práticas, mas sempre tendo em vista os contextos sociais, culturais e políticos nos quais estes atores estão inseridos, além das possibilidades no trato de pesquisa no que tange as principais ações realizadas nas escolas do município do Rio Grande.

Além dos dispositivos já citados, tem-se um documento responsável por aprofundar a discussão sobre os conteúdos étnico raciais e definir as possibilidades de trabalho com os mesmos. O texto das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, de 2004, é singular no sentido de debater sobre o respeito às práticas educativas voltadas para as pautas culturais, religiosas e sociais negras. Segundo a redação do documento, em 2004:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. (BRASIL, 2004, p. 10-11).

Debater sobre as políticas de Ação Afirmativas no Brasil é fundamental, seja para pensar o espaço educacional, a configuração social e o papel da sociedade como um todo. Sendo assim, faz-se interessante observar como a promoção de práticas educativas que fomentam o ensino das relações étnico-raciais, a pluralidade cultural e que debatam a problemática do racismo (e suas facetas na contemporaneidade) são empreendidas se configura de suma importância. Ter a noção de que esses elementos se fazem presentes no ensino de Cultura Afro-Brasileira e História da África em sala de aula é fundamental para ampliar as noções acerca do que anda sendo produzido dentro dos espaços escolares. Conseguir compreender a presença e o papel dos elementos acima elencados é fundamental para o entendimento das possibilidades de pesquisa e como as mesmas podem ser construídas tendo como base tema tão plural; porém, controverso.

Analisar as principais ações afirmativas realizadas nas escolas municipais na cidade do Rio Grande no que tange ao ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira não é uma

tarefa simples. Faz-se necessário o uso de metodologias efetivas e que consigam abarcar a complexidade dos conhecimentos construídos na esfera escolar. A partir de técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas pode-se obter um instrumento efetivo no que se refere à compreensão dos mecanismos presentes em sala de aula, assim como do planejamento do professorado acerca de conteúdos voltados para as temáticas das identidades e culturas. Um tipo de metodologia (ou técnica de pesquisa) que abarca essas duas vertentes (pesquisa quantitativa e qualitativa) é a análise de conteúdo. Por meio desta, pode-se atingir uma precisão muito grande no que tange à decodificação de mensagens presentes em documentos (entrevistas, atas, regimento escolar, etc.) trazendo não somente uma observação aprofundada, mas uma forma de compreender diversos aspectos presentes nos discursos e realidades estudadas. Torna-se mais fácil, por exemplo, compreender os ditos, os interditos e as omissões presentes no que se refere aos documentos (escritos ou orais). Segundo Arostegui:

A análise de conteúdo (AC) é uma técnica antiga, mas desenvolvida sobre bases muito mais sofisticadas, que acaba sendo essencial na análise qualitativa de dados. Trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma mas “inferir” alguma outra realidade distinta por meio dela. A AC começou como análise da propaganda e da linguagem política. A AC foi definida por B. Berelson como “uma técnica de pesquisa, para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. (AROSTEGUI, 2006, p. 525).

Tendo isso em vista, fica mais fácil definir o que configura a análise de conteúdo e seu campo de trabalho. Deve-se observar que a partir da mesma, se apresenta possível analisar contextos variados, e pelo mecanismo de inferência realizar uma leitura dos elementos que são apresentados, produzindo assim sentido e compreensão acerca do que se almeja pesquisar. No caso do ensino de Cultura Afro-Brasileira e História da África faz-se patente o trabalho com a técnica da análise de conteúdo, devido à mesma abarcar possibilidades fortuitas para a compreensão e expansão do tema. O aprofundamento em registros escritos como o regimento escolar, o projeto político-pedagógico, assim como a partir de falas de professores da rede (suas experiências e contextos de trabalho) são elementos que quando descritos e analisados podem ser úteis na compreensão do quadro geral presente no contexto social. Mediante esses fatores se faz possível concatenar uma pesquisa de qualidade, voltada para a decomposição e observação dos principais indicadores sociais, culturais e políticos, almejando dar conta de compreender os meios pelos quais o trabalho com elementos das culturas afro-brasileiras são desenvolvidos nas escolas do município do Rio Grande.

A partir da pergunta “existem ações efetivas no âmbito da rede pública escolar da

cidade do Rio Grande no que se refere ao ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira?” é que o método de pesquisa pode criar corpo. Compreender se e como o ensino se desvela no contexto rio-grandino é uma questão ampla, a qual pode ser respondida com a aplicação da análise de conteúdo. Passando pelas etapas basilares da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados é que podemos ao menos estipular uma forma de aplicar e entender como a produção de conhecimentos se desenvolve dentro das escolas, ambiente rico, marcado por contratos, conceitos e por uma cultura própria. Esse local deve ser entendido, sendo sua leitura realizada de modo atento, almejando dissecar tanto seus elementos aparentes quanto os mais subliminares. No referente ao aspecto teórico, um aprofundamento atento às legislações voltadas para a promoção das culturas afro e afro-brasileiras se apresenta fundamental.

A leitura atenta de dispositivos legais como a Lei 10.639/2003, a Lei 12.288/2010 e aos PCNs se configura como passo obrigatório na compreensão do desenvolvimento de ações afirmativas referentes ao ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira. As obras de Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Ana Canen são extremamente necessárias neste trabalho, sendo aportes fundamentais para a análise do Ensino das temáticas afro-raciais e de seus desdobramentos no sistema educacional brasileiro. A partir de um exame atento das políticas afirmativas e dos documentos produzidos na esfera da rede municipal de educação, pode-se aferir uma variedade de questões acerca do trato com os conteúdos étnico-raciais e de seus usos no âmbito educativo. Pretende-se observar que de fato ocorrem ações positivas na cidade do Rio Grande no tocante ao ensino de Cultura Afro-Brasileira e de História da África, sendo realizadas na cidade aprendizagens efetivas sobre as temáticas étnico-raciais. Pretende-se demonstrar que apesar da pouca publicização, o tratamento com a pluralidade cultural se faz efetivo. O ensino na rede municipal deve ser valorizado, sendo percebido como um elemento primordial na educação étnico-racial. É essencial a percepção dos elementos afro-brasileiros na cultura da cidade e o entendimento da pluralidade existente na mesma. Sendo assim essa pesquisa tem o cunho de discorrer sobre as experiências positivas realizadas na rede de ensino almejando observar como os profissionais da rede básica de educação tratam os conteúdos voltados à pluralidade cultural e como os mesmos constroem um aprendizado efetivo e para além dos muros da escola.

Neste trabalho, pretende-se analisar com maior profundidade o que é produzido na rede escolar municipal, tendo o enfoque na disciplina de História e nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) discorrerá sobre as ações positivas empreendidas pelos profissionais da rede básica de educação rio-grandina,

almejando trazer a noção de que o trato com os conteúdos étnico-raciais é empreendido no município e deve ser valorizado, tendo em vista os atores que produzem e discutem acerca das temáticas elencadas. Nos sessões que seguem, pretende-se realizar uma imersão tanto no aspecto político, quanto social e cultural referentes ao Ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira na cidade do Rio Grande. Essa imersão tem por direcionamento trazer a compreensão de que para além das ações positivas contribuírem para a divulgação do conhecimento, as mesmas podem se constituir em instrumento de formação continuada para a própria rede básica de educação. Na sessão, denominada “Ensino de História Afro-Brasileira (uma luta política): desdobramentos, conquistas e marcos legais”, pretende-se analisar como foi sendo concatenada uma prática de ensino de História Afro-Brasileira e como este tópico faz parte de um movimento forte de luta política da sociedade civil. A partir das subseções “2.1 Do ensino de temáticas de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica: movimentos de resistência e de valorização cultural” e “2.2 Implementação da Lei 10.639/2003 no território brasileiro: luta política, trajetória e discussão” será realizado um exame sobre as maneiras pelas quais o ensino de conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira são empreendidos, assim como o respaldo legal que tais tópicos possuem na legislação brasileira. Pretende-se demonstrar que a partir da luta de movimentos organizados, o ensino de conteúdos étnico-raciais se faz possível, sendo estes parte de demandas da sociedade civil. Será apresentado também um apanhado de como a legislação brasileira foi se adaptando as demandas dos movimentos sociais e incluindo o ensino de Cultura Afro-Brasileira nos currículos da rede básica, além da criação de mecanismos de proteção e de formulação de paridade social. Discute-se assim sobre a Lei 10.639/2003, suas legislações correlatas e elementos precursores.

Na sessão denominada “A rede municipal de educação rio-grandina: contextos, área de atuação e seus profissionais” pretende-se demonstrar como se apresentam os principais aspectos organizacionais na rede de educação municipal. A partir das subseções “3.1 Contexto escolar no município do Rio Grande” e “3.2 Práticas docentes no município do Rio Grande: exemplos positivos de trabalho com a Lei 10.639/2003” irá ser realizado um trabalho mais aprofundado acerca dos elementos constituintes da rede escolar do município e sobre o perfil das unidades presentes no mesmo. Para tanto, serão analisadas legislações e a composição da rede municipal, tendo em vista seu aspecto institucional e demandas. Será analisada a quantidade de escolas presentes no município e como as mesmas se incluem na rede básica, dando ênfase para a amplitude de clientela atendidas nos bairros e distritos do Rio Grande. Será, também, traçado um panorama acerca dos professores e de dados concernentes à

formação dos mesmos.

Por fim, na sessão denominada “Cartilha informativa: um formato multiplataforma”, será analisado a forma como profissionais da educação acerca abordam os conteúdos étnico-raciais, na rede municipal. Para além disso, será realizada a discussão sobre o produto pedagógico, sua construção e principais pontos. Neste sentido, a análise terá por base a forma como os profissionais da educação empreendem ações positivas e quebram com estereótipos negativos no que tange à Cultura Afro-Brasileira e seu ensino é o cerne deste trabalho, assim como desta sessão. Por isso, almeja-se trazer o protagonismo aos professores, os quais empreendem suas práticas educativas no município e, para tanto, pretende-se elencar as falas dos professores de História da rede básica de educação, trazendo suas percepções acerca do ensino de História, de suas práticas e sobre o retorno que recebem em relação às mesmas. Assim, pretende-se a partir da análise de cinco professoras da cidade do Rio Grande, discutir os contextos em que atuam e o trato com a Cultura Afro-Brasileira e de História da África, trazendo um panorama destas realidades.

Na última subseção, “Usos e potencialidades da cartilha pedagógica: o trato com os conteúdos étnico-raciais”, almeja-se realizar uma discussão sobre como as falas empreendidas pelos professores da rede básica podem contribuir para a formação continuada de professores da própria rede escolar rio-grandina e que suas práticas podem ser utilizadas em contextos diversos, trazendo uma contribuição para com a produção de conhecimentos e saberes científicos. Desse modo, pretende-se discorrer sobre as principais ações empreendidas pelos profissionais da educação dos anos finais do ensino fundamental, na disciplina de História, trazendo a noção de que no município se produz conhecimento e faz-se presente o trato com elementos das culturas afro-brasileiras e de História da África. Assim, trabalhar-se-á com noção de que existem ações efetivas no trato com os conteúdos étnico-raciais no Rio Grande; porém, essas ações não são publicizadas.

2 ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA (UMA LUTA POLÍTICA): DESDOBRAMENTOS, CONQUISTAS E MARCOS LEGAIS

Conceitualizar e discorrer sobre questões voltadas à pluralidade e à promoção de identidades em sala de aula é um tema que ainda suscita polêmicas e debates acalorados. Compreender a pertinência da discussão destes temas é algo difícil em certos espaços, sendo que nem sempre os ambientes escolares conseguem abarcar tais temáticas, seja devido a um currículo excludente, à resistência do professorado ou, até mesmo, por medo de represálias dos pais de alunos. Desde o período da redemocratização, políticas públicas foram empreendidas almejando garantir direitos básicos à população negra no Brasil. Contudo, deve-se observar que estas políticas são fruto de um trabalho constante do Movimento Negro Brasileiro, o qual trouxe a pauta dos direitos da população negra no Brasil. Direito à cidadania, a educação, a moradia, a cultura e lazer são elementos básicos, os quais são garantidos a todos os brasileiros mediante os dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988, a qual prega em seu quinto artigo⁵ que todos os brasileiros “são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. A partir da Constituição de 1988, pode-se perceber uma abordagem mais inclusiva do negro nas políticas públicas, sendo o mesmo reconhecido como possuidor de direitos sociais. Esse reconhecimento faz parte de todo um processo advindo do contexto político-cultural do período da redemocratização no Brasil, um momento no qual elementos da sociedade civil puderam retornar a participação ativa na arena política. Com esperanças renovadas, entendeu-se que as demandas populares podem e devem ser incluídas nos dispositivos legais e nas políticas do governo brasileiro.

Além do reconhecimento do negro e do indígena na Carta Magna, percebe-se que os mesmos são reconhecidos no documento como parte da sociedade civil, com direitos e deveres necessários ao papel de cidadãos. Apesar da presença da temática da Pluralidade Cultural, no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBN/1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN/1997, somente em 2003, um dispositivo legal foi implementado almejando o ensino de Cultura Afro-Brasileira e de História da África nas escolas brasileiras. A Lei 10.639/2003 é um marco social devido a seu cuidado com o ensino

⁵ A redação da Lei 7.716 de Janeiro de 1989 é responsável por definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor no território brasileiro. Essa Lei é reconhecida como Lei Caó, em homenagem ao seu autor Carlos Alberto de Oliveira, militante e político, atuante na causa da discussão do racismo e de sua criminalização.

de culturas africanas e afro-brasileiras no território nacional, trazendo uma demanda popular para o âmbito legal. A partir desta atualização à LDBN, torna-se obrigatório o ensino de elementos da História da África e das culturas afro-brasileiras no sistema de ensino do país, sendo de extrema importância a construção desse dispositivo e o papel da sociedade civil (vide Movimento Negro) na confecção do mesmo. A partir desse momento, ocorrem mudanças estruturais importantes na formulação de materiais didáticos, na formação pedagógica e na estrutura de cursos de graduação no país, trazendo um leque de abordagens e de possibilidades de trabalho com a temática no âmbito da sala de aula. Percebe-se assim, que toda uma luta política empreendida reformulou dispositivos legais da área da educação e a formação dos professores da rede básica.

Se faz relevante discorrer sobre as ações afirmativas implementadas no território brasileiro, almejando abarcar a relevância de tais políticas para o fomento do campo democrático. O papel das ações afirmativas é justamente o de trazer a oportunidade para grupos menos favorecidos e de promover equidade entre os grupos. Quando se formula um debate sobre o assunto, muito se discorre sobre seus prós e contras. O que se deve ter em vista é justamente sua necessidade, sendo fundamental para auxiliar múltiplos grupos sociais a terem seus direitos políticos, sociais, educativos e culturais respeitados e ampliados. Segundo Feres *et al*, as ações afirmativas configuram-se como

[...] parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (FERES *et al*, 2018, p. 13).

Percebe-se, assim, a necessidade de um conjunto de ações afirmativas para a promoção da equidade em um território. Apesar de toda crítica realizada, de que os dispositivos legais são “letra morta” e que os mesmos não abarcam a realidade brasileira, isto não pode ser generalizado. Existem exemplos positivos e ressalvas devem ser feitas. No município do Rio Grande diversos profissionais tratam com a temática da História e Cultura Afro-Brasileira de forma efetiva, sendo relevante apontar e analisar os casos presentes no contexto rio-grandino. No que tange à pesquisa, métodos quantitativos e qualitativos podem ser somados almejando compreender como os elementos sociais, políticos e culturais se configuram no que se refere ao ensino e promoção das culturas africanas e afro-brasileiras em

sala de aula. Sendo assim, nesta sessão será abordado como a Cultura Afro-Brasileira e História da África vem sendo discutida e como a mesma vem sendo empreendida em sala de aula. O histórico de lutas políticas e de movimentos da sociedade civil acerca dos conteúdos étnico-raciais também será analisado, almejando demonstrar o papel da população na formulação de políticas públicas na área da educação.

2.1 Do ensino História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica: movimentos de resistência e de valorização cultural

Nesta subseção, será observado como ocorrem os mecanismos de silenciamento das culturas africanas e afro-brasileiras e como se pode, a partir de práticas que incluam essas matrizes culturais, promover a diversidade e a aceitação. O racismo se apresenta de forma velada em nossa sociedade, e isso é uma questão extremamente debatida nos meios acadêmicos e nos debates políticos atuais. Porém, se faz necessário observar como os mecanismos do racismo estrutural se configuram na esfera da educação. Quando conteúdos relacionados as culturas africanas e afro-brasileiras são excluídos dos planos de trabalho dos professores ou da rotina escolar, percebe-se o mecanismo do silenciamento. O racismo estrutural surge a partir de mecanismos, os quais são engendrados no espectro social brasileiro. Compreender o que define o racismo é discutir sobre o papel dos indivíduos, suas relações e, até mesmo, sobre o sistema educacional. Segundo Sílvia Almeida:

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. [...] O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. (ALMEIDA, 2018, p. 39).

A partir da fala do autor pode-se ter uma visão mais aguçada acerca da problemática do racismo no Brasil. Por meio dessa estrutura ocorre a segregação e a exclusão de sujeitos, os quais são colocados em posição desigual, construindo-se um vão entre seus modos de vida e os dos indivíduos não-negros. Essa desigualdade permeia todas as esferas do convívio em sociedade, sendo as práticas educativas ou negadas, ou formuladas somente de acordo com um padrão hegemônico, o qual sustenta o privilégio da branquitude. Quando não se discute sobre História e Cultura Afro-Brasileira, além de ocorrer o descumprimento de uma Lei fundamental (10.639/2003), o racismo demonstra sua face mais cruel, a da indiferença.

Conteúdos basilares para a prática educativa e de fomento a pluralidade cultural são excluídos do âmbito da sala de aula e transformados em letra morta, ferindo preceitos éticos e diminuindo a luta política, social e cultural de diversos povos. Segundo Gomes,

Para o Brasil – que, com a escravização forçada de várias etnias africanas, recebeu nagôs, jejes, benguelas, fulos, fulas, tuaregues, iourubás, mandingas, minas, háussas, adamauás entre outros – identificar essas pessoas somente como negros é desconsiderar a profundidade étnico-cultural desses povos. (GOMES, 2017, p. 196).

Quando se fala sobre educação e ensino de História da África, se faz indispensável discorrer com profundidade acerca de algumas das principais etnias advindas de África, as quais fizeram sua migração forçada rumo ao Brasil. É fundamental realizar o reconhecimento desses povos devido ao seu histórico de lutas, sua história marcada pela diáspora e suas ressignificações à partir da cultura. É aí que se faz necessário o ensino para a compreensão da pluralidade cultural, racial e religiosa. O território brasileiro é amplo, e a penetração advinda de África deve ser vista como um elemento aglutinador, formador de nossa cultura e do Brasil Africano. Para uma educação antirracista, deve ser compreendida a complexidade de tal penetração advinda do continente africano e como estes contatos são fundamentais para nossa formação cultural e social. Sendo assim, o trato com os conteúdos étnico-raciais é imprescindível no âmbito escolar, pois trata não somente de matérias específicas, mas de todo um aporte cultural diferenciado, o qual por meio de sincretismos e de ressignificações, fez perdurar pela resistência, culturas negras dos povos africanos. Nilma Lino Gomes afirma que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2005, p. 147).

Empreender uma educação voltada para a pluralidade cultural e respeito a diversidade é parte do processo educativo, sendo um elemento ético fundamental na promoção da igualdade social. Quando se trabalha com elementos de culturas africanas e afro-brasileiras, está se fazendo um trabalho necessário, pois o mesmo é obrigatório a partir da legislação brasileira, além de ser fundamental no que se refere a empreender uma prática mais igualitária e voltada para um tratamento plural com aspectos sociais, culturais e históricos da realidade brasileira. Uma das principais dificuldades na abordagem de conteúdos étnico-raciais se faz

presente no fato de que culturas que divergem do padrão hegemônico e seus elementos são vistos com ressalvas. O Brasil é extremamente plural porém não se enxerga como tal. Interpretar as relações culturais de África com o território brasileiro se apresenta necessário na conjuntura educacional brasileira. Segundo Silva:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2005, p. 155).

Compreender o papel das africanidades brasileiras vai no cerne do entendimento das raízes da formação histórica do Brasil. É fazer uma arguição fundamental sobre as estruturas sociais, políticas e culturais de nosso território. A fala de Petronilha Gomes Silva (2005) é fundamental neste sentido, pois a mesma discorre sobre como a cultura africana faz parte da origem de cada brasileiro e como é fundamental na composição de todo o espectro político-cultural nacional. Seguindo com a fala de Petronilha, se faz necessário compreender os processos de formação das africanidades em solo brasileiro pois elas,

[...] vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira. (SILVA, 2005, p. 157).

A necessidade de trabalhar com as culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula se apresenta dessa forma como questão essencial para a compreensão acerca da História da África, de sua diáspora forçada e de seus contatos com o território brasileiro, aproximações as quais são peça-chave de nosso construto social. Compreender as relações empreendidas entre africanos e brasileiros é entender um pouco mais acerca de nossa história e sobre como foi sendo engendrada a realidade social de nosso país. A sociedade brasileira é extremamente plural, rica no que tange à pluralidade cultural, sendo necessário o estudo das culturas afro-brasileiras. Faz-se necessário assim uma discussão acerca do papel da negritude e sua conceitualização.

A discussão das identidades negras é perpassada pelo debate centrado no papel das

negritudes. Por meio da figura da negritude, tem-se uma forma de promover resistência política, social e cultural baseada nas culturas afro-brasileiras. A negritude surge como uma resposta necessária as práticas de cunho racista formuladas no espectro social, sendo primordial discutir seu embasamento e necessidade. A promoção das identidades negras surge como uma forma de desconstruir práticas racistas e pseudocientíficas, almejando demonstrar a pluralidade da construção de espectros culturais descolados do contexto hegemônico⁶. De acordo com Munanga, deve-se discutir e situar a questão da negritude sendo:

[...] uma perspectiva mais viável do meu ponto de vista: situar e colocar a questão da negritude e da identidade dentro do movimento histórico, apontar seus lugares de emergência e seus contextos de desenvolvimento. Se historicamente a negritude é, sem dúvida, uma reação racial negra a uma agressão racial branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la cientificamente sem aproximá-la com o racismo do qual é consequência e resultado. (MUNANGA, 1990, p. 110).

Segundo Munanga, quando se situa dentro de uma perspectiva histórica, o fenômeno da negritude, tem-se a possibilidade de compreender sua extensão de forma mais completa, percebendo sua presença e necessidade. A resistência cultural se apresenta assim como um caminho de possibilidades e uma necessidade, a qual deve ser apresentada em todos os espaços públicos e principalmente, nos locais voltados para o ensino. O currículo na estrutura básica de educação sempre teve uma tendência eurocêntrica no tocante ao trabalho com os conteúdos em sala de aula. O conceito de aula voltado para a transmissão e cópia de conteúdos por si só já é um sistema cercado por falhas. Quando se trata de questões de cunho cultural, não é somente pela metodologia de reprodução que ocorre a assimilação do conteúdo pelo alunado. Deve ocorrer a existência de diálogo, de debate, de outras formas de abordagens para a construção de conhecimentos acerca da própria história. Produzir um entendimento acerca dos elementos que formam a sociedade brasileira é necessário não somente para aprofundar conhecimentos, mas também para questionar atitudes racistas, discutir sobre apagamentos e sobre feridas históricas. Segundo o livro *Parâmetros Curriculares Nacionais - Pluralidade Cultural*:

Ao mostrar as diversas formas de organização, como parentesco, grupos de idade, formas de governo, alianças político-econômicas, desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e diferentes grupos sociais, explicita-se que a pluralidade é fator de fortalecimento da democracia pelo adensamento do tecido social que se dá, pelo fortalecimento das culturas e pelo

⁶ Sobre o histórico de teorias raciais na sociedade brasileira, ler o trabalho de Maria Rita de Jesus Barbosa *A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei n.º 10.639/03*. Disponível em: < <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1525>>. Acesso 13 ago. 2021.

entrelaçamento das diversas formas de organização social de diferentes grupos. (BRASIL, 1997, p. 137).

Percebe-se que até mesmo documentos normativos como os PCNs trabalham com a noção de pluralidade cultural e de uma prática pautada na interdisciplinaridade. Dessa maneira ressalta-se o papel do estudo elencado em diversos matizes sociais e na diversidade existente no território brasileiro. Além da política educacional atual e da produção de documentos normativos voltados para a promoção da pluralidade, existe em nosso país pesquisadores, professores e teóricos da educação, os quais compreendem o papel da Cultura Afro-Brasileira e seus contatos com África. Essa noção se encontra presente na prática educativa brasileira, tendo respaldo e sendo discutida tanto em materiais paradidáticos quanto em livros voltados para o público escolar. Diferentes correntes na atualidade discutem a necessidade do debate acerca das culturas africanas e afro-brasileiras e pregam uma educação de base antirracista, voltada para a compreensão das diferenças, promoção de igualdade e combate ao racismo.

Objetivando contribuir com essa pesquisa, faz-se necessário analisar obras de autores contemporâneos e sua produção acerca do ensino de cultura Afro-Brasileira e de História da África, também trazendo relatos de professoras de História sobre suas práticas. Autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Ana Canen tem trabalhos significativos publicados acerca da temática, tendo em vista suas vivências pessoais, práticas em sala de aula e as correntes teóricas as quais seguem. O trabalho com os conteúdos acima citados se faz fundamental, pois traz para o âmbito da sala de aula o debate e expande as reflexões acerca das africanidades e de questões identitárias. É essencial dar um sentido para todas essas pautas, sendo necessário a compreensão do porquê estudar esses elementos culturais, formando uma pergunta-chave para o profissional-professor e para os discentes, os quais devem ser parte ativa na discussão e produção de conhecimento em sala de aula. De acordo com Gomes:

É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros (e as negras) brasileiros constroem sua identidade e, entre ela, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, uma vez que se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social. (GOMES, 2011, p. 110).

A fala de Gomes deixa bem demarcada a configuração política e cultural do Brasil, tendo em vista sua formação histórica e social eurocêntrica. O racismo se apresenta como

peça existente na formação dessa construção do elemento identitário, trazendo dificuldades na aceitação das negritudes e do contato de África com o Brasil. Essas interações são sumariamente apagadas, neutralizando o papel dos negros na formação do país, reafirmando assim a falácia de que no Brasil a composição histórica e cultural foi permeada por uma “democracia racial”, elemento que traz normatividade e complacência com questões como escravidão, racismo e silenciamento cultural.

Tendo em vista essas demandas é interessante ressaltar o papel da discussão voltada para a pluralidade e identidade dos sujeitos, pois é a partir destes elementos que se pode trabalhar com uma amplitude de culturas e de fatores históricos, trazendo um sentido particular. Segundo Canen,

[...] se percebemos a construção e reconstrução identitária negra à luz de um projeto que construa, sobre esse processo emblemático, estratégias de desafio à construção das diferenças e preconceitos contra quaisquer identidades, bem como que reconheçam o caráter provisório, discursivamente construído das identidades, podemos promover movimentos de síntese criativos e viabilizadores de estratégias que efetivamente resultem em pedagogias transformadoras e multiculturais. (CANEN, 2003, p. 56).

Analisar as identidades, assim como os discursos produzidos sobre as mesmas surge como uma necessidade perante as implicações presentes no trato com as questões históricas e culturais africanas. Observar esse assunto faz parte de um movimento que toma corpo na instituição escolar, sendo construída dessa forma, a ideia de que o currículo pode ser moldado, reformulado e discutido de acordo com as necessidades dos educadores, educandos e do construto social. Quando se trabalha com o conceito de identidade, entender a Cultura Afro-Brasileira e a História da África se torna mais fácil, imbricando de sentido a presença efetiva desses conteúdos no currículo, os quais são pouco privilegiados na esfera escolar de nosso país como um todo. Entender a existência das múltiplas identidades presentes nos contextos sociais e trazer isso para a sala de aula é fundamental, tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve com intento de construir em conjunto com os alunos, saberes e habilidades, competências responsáveis pela passagem da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica, na qual o educando consegue organizar seus conhecimentos e ter noção de que está aprendendo (FREIRE, 1996). Essa noção é fundamental para o trabalho com os conhecimentos étnico-raciais em sala de aula. A Cultura Afro-Brasileira e História da África são muito mais que conteúdos compartimentados, configuram-se como partes de um espectro plural, no qual se discute sobre questões raciais, identitárias, políticas e culturais. Em muitos contextos, faz-se a assunção de que os alunos são “tabulas rasas”, podendo serem

moldados de acordo com os desejos da direção escolar, dos professores e demais profissionais da educação. Essa afirmação deve sempre ser questionada, tendo em vista o papel aglutinador do processo educativo. O debate, o diálogo e as aulas voltadas a participação do alunado são fundamentais, pois trazem o principal aspecto da educação: a construção coletiva dos conhecimentos. Alunos e professores são parte de uma engrenagem muito importante, sendo fundamental observar as interações desses atores nos espaços escolares, tendo em vista a importância de tais contatos. Os contatos que são produzidos na rede escolar, a aprendizagem nessa esfera educativa e a presença da cultura escolar nessa teia de produção de conhecimentos se apresentam como essenciais para compreender como se faz possível superar modelos e aceitar diferenças. Segundo Antoni e Zalla:

Nos últimos anos, as necessidades de superar o modelo tradicional de escola, com suas metodologias de ensino comumente excludentes, e de relacionar ao plano do vivido os saberes artísticos e científicos historicamente acumulados, professores e pesquisadores da educação têm proposto e analisado práticas de ensino adequadas às novas linguagens e tecnologias, buscando construir aprendizagens significativas a partir de situações de interação [...] (ANTONI; ZALLA, 2013, p. 150).

É interessante observar a fala dos autores, pois nela se encontram questionamentos, os quais direcionam esta discussão. O modelo tradicional de escola se apresenta como um dos motivos para a “ainda” existente exclusão de conteúdos étnico-raciais no que se refere à educação brasileira. Em toda história da produção do conhecimento escolar no Brasil percebesse a inclinação eurocêntrica no que se refere ao trato e análise dos conteúdos em sala de aula. O Ensino no Brasil configura-se assim como herdeiro dessa vertente educacional advinda do continente europeu, a qual enxerga certos grupos como inferiores e certos grupos (brancos) como vencedores e possuidores de superioridade racial e intelectual. Deve-se ter em vista que os principais objetivos do governo brasileiro com as reformas educacionais empreendidas em meados do século XX é a consolidação do ideal de cidadão pertencente as elites: branco, culto e patriota. Tanto na política de educação do governo federal quanto na Consolidação do Código da disciplina de História no Brasil⁷, percebe-se a necessidade e a construção de discursos acerca do ideal de identidade e do papel do patriotismo e do civismo na nascente república brasileira. Somente a partir das décadas de 1970 e 1980, começa-se a perceber um caminho diferenciado no que se refere ao campo da educação. Com os movimentos pró anistia política e pelo fim do período ditatorial, surgem correntes mais

⁷ Sobre a consolidação do Código Disciplinar da disciplina de História e sobre a produção de manuais de história no início do século XX, analisar Schimdt (2011).

progressistas, voltadas para a compreensão dos movimentos sociais e aceitação da pluralidade existente no território brasileiro. Debates acerca da presença negra e indígena perpassam tanto a formulação da Constituição Federal de 1988, quanto as políticas públicas acerca do ensino. História da África, Cultura Afro-Brasileira e História Indígena vão adquirindo cada vez mais espaço nas normas e regimentos educativos. Essa abrangência vai tomando cada vez mais corpo durante os anos 2000, com a promulgação da Lei 10.639/03 e sua complementação mediante a Lei 11.645/08. Ensinar, discutir e formular conhecimentos acerca das identidades negras e indígenas além de demanda pública torna-se Lei, demonstrando o significado de trabalhar com tais elementos, trazendo para dentro da prática educativa um direcionamento antirracista e voltado ao respeito à diversidade existente no território brasileiro.

Compreender os mecanismos os quais possibilitam e incentivam o professorado ao ensino de História da África e de cultura Afro-Brasileira é uma questão essencial devendo ser estudada, almejando trazer não fórmulas, mas sim possibilidades. Devido a um sistema excludente e à existência de práticas de ensino descoladas dos contextos aos quais são aplicadas, surgem novas formas de trabalho, novos estudos e pesquisas acerca de metodologias que abarquem elementos culturais, além da revisão de conceitos pouco trabalhados nas disciplinas escolares, conseguindo assim, angariar novos espaços e locais de protagonismo. Não é fácil discorrer sobre esses conteúdos, seja devido à pressão invisível do currículo escolar, seja pela falta de apoio institucional e até mesmo devido à marginalização presente com relação as culturas africanas e afro-brasileiras. Contudo, estes elementos vêm angariando apoio, com novas abordagens no formato de trabalhar e de discutir começando a ser empreendidas. O ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira é necessário tanto para discutir sobre feridas históricas quanto sobre problemáticas sociais. O negro e seu papel na formação da identidade nacional, o qual foi muitas vezes negado, tem hoje, mecanismos pelos quais pode ser discorrido e apresentado em locais de formação. A sala de aula é um local de formação e de produção de conhecimento científico por excelência. Kabengele Munanga afirma que:

[...] a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc. Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. (MUNANGA, 2015, p. 31).

A citação do autor possui um viés de denúncia, trazendo uma crítica necessária. A História da África e a Cultura Afro-Brasileira se configuram como questões extremamente marginalizadas no que se refere a população em geral. Desde os movimentos pró-democracia no pós-ditadura, surge espaço e local para a produção de debates, livros e pesquisas sobre o assunto. A negritude e as identidades negras começam a ser debatidas em espaços políticos e de poder. A escola, como um espaço de produção de conhecimento não ficou fora desse movimento. Com as alterações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tem-se um comprometimento maior com uma educação antirracista e com o debate plural sobre questões como escravidão, racismo, indicadores sociais e raciais, assim como sobre elementos culturais e religiosos negros. A escola vai adequando sua cultura as peculiaridades e demandas da sociedade. A instituição escolar é um espaço plural e como tal, deve promover relações de igualdade e promoção do respeito a diversidade.

É notório o exame de como os aspectos da cultura Afro-Brasileira e de História da África são trabalhados, sendo importante no que se refere a investigação do papel das identidades para entender a pluralidade existente no Brasil, tendo enfoque no nível local. Compreender como nas escolas do município, com contextos sociais diferentes e clientelas variadas faz-se presente o Ensino de Cultura Afro-Brasileira e de História da África é um ponto essencial deste trabalho, almejando fazer um exame da realidade social tendo em vista que a mesma é indispensável de ser publicizada, pois traz produção de conhecimento científico e cultural. Enxergar como o currículo, a escola e as práticas de ensino podem fundamentar discursos e até mesmo ser um empecilho no que se refere à promoção de determinadas discussões e demandas é indispensável podendo tornar-se peça-chave na inclusão de determinadas propostas e assuntos nos espaços da instituição escolar. Sobre as relações dos espaços escolares com suas comunidades e com as legislações federais se faz necessário um exame atento.

2.2 Implementação da Lei 10.639/2003 no território brasileiro: luta política, trajetória e discussão

Quando observamos as maneiras pelas quais o processo de ensino-aprendizagem é formulado em sala de aula, uma infinidade de possibilidades são apresentadas. Conteúdos, materiais didáticos, quadro escolar, fala, microfone e mídia audiovisual são elementos que podem se fazer presentes em sala de aula, porém não é sobre eles que o processo educativo se

concentra. Os processos de ensino-aprendizagem são embasados nas relações sociais. As interações realizadas pelos educandos e docentes são a peça fundamental para a formulação dos conhecimentos, seu significado e potencialidades. Conteúdos não são a base do conhecimento, porém se configuram como componentes interessantes, responsáveis por agrupar e formar algum sentido sobre certos aspectos da produção científica. História da África e Cultura Afro-Brasileira não são somente conteúdos estanques, mas se configuram como elementos fundamentais em algumas correntes teóricas voltadas para o ensino e suas relações com a sociedade civil. Os espaços de ensino são parte da sociedade brasileira, com suas produções tendo valor ímpar no que se refere a formulação de conhecimentos científicos. A escola como espaço social e de ensino por excelência possui papel basilar na produção de conhecimentos, os quais são reflexo da sociedade e das demandas da mesma. Quando ocorre o ensino de questões de pautas étnico-raciais está se fazendo uma opção, tanto metodológica quanto teórica. Estudar sobre as identidades negras em sala de aula é um ato político, o qual se faz necessário para a construção de uma prática antirracista. Sendo assim, o Ensino de História se apresenta como um elemento fortuito para a construção de conhecimentos acerca das africanidades e isto o coloca como um suporte necessário na fomentação do debate sobre a pluralidade cultural em nosso país. Ensinar sobre África e Brasil Africano é um direito social, garantido a partir da Lei 10.639/2003, tendo sua obrigatoriedade estendida para todo território nacional. Apesar disso, deve-se discorrer sobre o histórico de lutas políticas e sociais envolvidas no processo longo no qual culmina na Lei. A demanda social e a luta política travada para a promulgação e posterior cumprimento da Lei é um elemento primordial da História da Educação no Brasil, assim como parte fundamental da luta do Movimento Negro Brasileiro a favor da promoção de equidade racial.

A educação no Brasil sempre foi permeada por um caráter excludente. Surgindo no Brasil como um modelo de educação, o Colégio Pedro II tornou-se a partir de sua fundação em 1837, um dos principais pilares da produção de conhecimento científico e um dos primeiros colégios fundados em nosso país. Sendo instalado no Rio de Janeiro, capital federal, o Colégio prosperou e foi necessário como laboratório para experiências educativas no Brasil. A partir do Regulamento do Colégio Pedro II, disciplinas escolares como a História foram tomando corpo, promovendo seu espaço e sendo transformadas em parte da cultura escolar. Compreender a educação e seus primeiros ensejos como política pública nos séculos XIX e meados do século XX traz uma maior compreensão acerca do ideal de projeto educativo almejado pelo estado brasileiro, elemento o qual ainda reflete nas práticas realizadas em sala de aula na atualidade. Disciplinas como a de História tiveram seu Código Disciplinar e sua

configuração no bojo do sistema educacional brasileiro a partir do referido Regulamento, o qual tem grande valor perante as nascentes práticas de Ensino de História. Deve-se ter em vista o papel do estado, principalmente, no período de transição Monarquia/República para assim compreender como a disciplina de História vai se formulando, seu objetivo mediante a construção de um estado nacional renovado e sua necessidade no que tange à criação de uma identidade nacional. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt:

Ademais, o processo de construção da História como disciplina escolar insere-se, a partir da segunda metade do século XIX, no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, no qual se destacam os embates entre monarquistas e republicanos e a necessidade de definição de uma identidade nacional. A proclamação da República, em 1889, explicita a importância da História, principalmente a História do Brasil, para a formação de um determinado tipo de cidadão. Este processo consolida-se com a Revolução de 1930, no bojo do movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e para o desenvolvimento do país. (SCHMIDT, 2011, p. 130).

A partir da fala de Maria Auxiliadora Schmidt, pode-se discorrer sobre o processo educativo no Brasil do fim do século XIX e meados do século XX. Apesar de ser um país que teve uma abolição tardia, pouco se discutiu acerca do negro e de seu papel na sociedade, sendo o mesmo excluído tanto do mercado de trabalho formal quanto das oportunidades de estudo. O cidadão que o Estado deseja formar é patriota, voltado para valores cívicos, entendedor de que existe uma cultura nacional, uma identidade nacional. Nesse bojo não havia espaço para a população negra, a qual foi subindo os morros das principais metrópoles, se afastando dos espaços escolares e dos centros urbanos. O ideal de cidadão não inclui negros, índios e brancos pobres, sendo um conceito restrito para poucos sujeitos. A pluralidade cultural e social é forte e latente no país, porém pouco é representada nos espaços escolares. O currículo da escola de meados do século XX, ignora o plural. Apesar das reformas educacionais de Francisco Campos (1931) e de Eduardo Capanema (1942), as quais foram necessárias para definir as bases curriculares, produção de materiais didáticos, formulação de novas metodologias e da expansão da rede escolar, pouco espaço teve a pluralidade de culturas nesse sistema. A educação formal consegue atingir um maior número de pessoas, porém o debate ainda é cerceado, visto como algo desnecessário. A formação de um cidadão consciente dos valores republicanos, o qual exalta valores morais e cívicos se configura como a primeira ordem na esfera educativa. Somente a partir de movimentos organizados é que a diferença vai sendo concretizada e a educação a partir de conteúdos étnico-raciais vai tomando corpo.

Desde o século XIX, movimentos que pregam o fim do racismo e a igualdade de direitos entre brancos e negros se fazem presentes. As lutas desses movimentos são travadas em amplos contextos, sendo fundamental observar que a partir do Movimento Negro Brasileiro observa-se uma unidade no sentido da promoção dos direitos sociais de pessoas negras. Desde os primórdios da República no Brasil existe uma articulação de pessoas almejando a promoção de direitos sociais para as pessoas negras, ocorrendo o surgimento de imprensa, associações beneficentes, assim como agremiações. Em diversos campos percebe-se a influência do movimento negro para a promoção da equidade. Segundo Petrônio Domingues:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, p. 101-102).

Domingues discorre basicamente sobre o conceito de Movimento Negro e faz isso observando a esfera política, cultural e social concernente ao mesmo. É primordial analisar que durante todos os anos de sua atuação política em nosso país, os movimentos organizados em torno da negritude e de seu papel são patentes no desejo pela formação política, social e intelectual do povo negro. A educação entra nesse bojo, sendo um fator de luta política desde a abolição da escravatura a escolarização do negro e sua promoção no mercado de trabalho. Durante todos os períodos históricos da sociedade brasileira pós-escravidão, percebe-se a presença de um Movimento Negro articulado, almejando os direitos sociais básicos para a população negra em nosso país. Observa-se que nas experiências ditatoriais brasileiras (Estado Novo de Vargas e Ditadura Militar no Brasil) ocorre o esvaziamento dos movimentos de promoção à equidade de direitos das pessoas negras, sendo esses movimentos colocados em segundo plano no que se refere as instituições de poder controlados pelo aparato dos governos ditatoriais.

No que se refere à história brasileira recente, surge a partir da abertura política gradual no final dos anos 70, uma organização política mais articulada e voltada para a promoção social, cultural e política do contingente negro no Brasil. A partir do fim do Regime Ditatorial, da formulação da Constituinte e da promulgação da Constituição Brasileira, tem-se uma reconfiguração do papel do negro perante as instituições públicas e no que se refere às políticas sociais. Mediante a promulgação da Constituição de 1988, percebe-se a presença do

negro e do indígena⁸, elemento antes não visto nas constituições anteriores. Esse movimento que caminha para a representação não surge de forma espontânea, mas sim a partir de luta política concreta, tendo o Movimento Negro Unificado (MNU), como o precursor deste debate. Almejando uma integração social, cultural e política, o Movimento vai tomando corpo e cobrando demandas da sociedade civil. Cobrando até mesmo que o dia 20 de novembro seja o dia da Consciência Negra. Segundo Campos:

A adoção da proposta do Grupo Palmares de adesão ao 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, foi aprovada em novembro, durante assembléia nacional realizada na Bahia. Antes disso, já dedicados a publicação da revista *Tiçã*, os integrantes decidiram encerrar as atividades do Palmares. Consolidado e institucionalizado o 20, os atos evocativos que surgiram com o objetivo de afirmar a data e todo seu simbolismo acabaram perdendo a motivação. O Grupo Palmares havia atingido plenamente seu principal objetivo e deixou de existir, em sua primeira fase, em 08 de agosto de 1978. (CAMPOS, 2006, p. 65).

Tendo em vista a fala do autor, observa-se que os desdobramentos da atividade política do Movimento Negro Unificado são de suma importância para a retomada de um campo de discussão democratizado no território brasileiro. Sendo assim, com a construção de um significado sobre representação negra, tem-se um debate político, o qual traz a idealização do 20 de novembro como homenagem à Zumbi dos Palmares, fator que inaugurou uma nova fase de disputa por este espaço na memória nacional. Esta significou uma retomada do protagonismo negro na sociedade (ZORZI, 2019). É necessário apresentar esta contribuição do MNU, tendo em vista seu surgimento no Rio Grande do Sul e o contexto afro-gaúcho. Partindo da promulgação da Constituição Federal, uma ampliação da participação e do levantamento das demandas da população negra no Brasil foi sendo efetivada. A equidade política, cultural e educacional tornou-se elemento-chave no que se refere à promoção de direitos sociais e das negritudes, podendo o negro ter seus modos de cultura e de vida legitimados a partir de política pública, tendo um respaldo legal. O racismo sendo tornado crime imprescritível e inafiançável também foi um avanço político, advindo da luta política do Movimento Negro Brasileiro e de seus partidários.

A partir deste ponto, percebe-se uma presença maior da temática da “pluralidade cultural” nos documentos homologados pelo poder público. Além do processo de revisão da historiografia brasileira sobre o negro e seu papel na sociedade, a área da educação torna-se

⁸ Os movimentos indígenas possuem todo um histórico de luta política e por afirmação no espectro social brasileiro, questão demarcada durante a Constituinte. Sobre o assunto, ler: Carlos Alberto Ricardo, ““Os Índios” e o futuro da sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil”. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/14D00007.pdf>. Acesso em 23 set. 2020.

imbricada pelo ideal que se faz necessário o ensino de conteúdos étnico-raciais. Já, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, observa-se uma preocupação com a aprendizagem de elementos locais e de questões culturais. Porém, a partir da homologação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, é que se observa uma forma prática de realizar o debate em sala de aula. Questões como Ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira, assim como História Indígena começam a ter respaldo tendo em vista a necessidade do trabalho com a pluralidade de culturas existentes no território brasileiro. Segundo o livro *Pluralidade Cultural*:

A idéia veiculada na escola de um Brasil sem diferenças, formado originalmente pelas três raças — o índio, o branco e o negro — que se dissolveram, dando origem ao brasileiro, também tem sido difundida nos livros didáticos, neutralizando as diferenças culturais e, às vezes, subordinando uma cultura à outra. Divulgou-se, então, uma concepção de cultura uniforme, depreciando as diversas contribuições que compuseram e compõem a identidade nacional. (BRASIL, 1997, p. 126).

Quando em um documento que discorre sobre parâmetros curriculares para a educação no Brasil a presença de racismo é admitida na rede escolar, pode-se perceber um grande avanço. A suavização dos processos de racismo é discutida nos PCNs, sendo analisado como o mesmo se perpetua em nossa sociedade e como o trato com elementos políticos, culturais e sociais se faz de significativo na esfera educativa. Ter a noção em sala de aula dos processos sistemáticos de racismo e de silenciamento cultural é significativo, pois traz discussão, traz para o espectro escolar sujeitos que antes marginalizados, agora podem ter voz e terem sua cultura difundida dentro dos espaços institucionalizados. Apesar disso, uma Lei específica se fez necessária para atender a demanda da população. Tendo em vista que nos Parâmetros Curriculares Nacionais se discorre sobre a temática da pluralidade cultural, fez-se necessária uma lei específica, a qual abarcasse a totalidade das identidades negras e de sua historicidade no Brasil. Advinda de demanda popular e de trabalho árduo do Movimento Negro, surge a Lei 10.639/2003, a qual altera a LDBN/1996, trazendo a obrigatoriedade do ensino de Cultura Afro-Brasileira e de História da África no Brasil.

Quando da promulgação da Lei 10.639/2003, pode-se perceber uma série de mudanças na estrutura educacional brasileira almejando se adequar à nova Lei. Mudanças no currículo, nos conteúdos programáticos, na produção dos livros didáticos e até mesmo nas maneiras pelas quais os conteúdos são trabalhados. A referida Lei é de cunho obrigatório em todo território nacional, tornando-se um respaldo legal para o trato com as questões culturais e

históricas afro-brasileiras, sendo um marco para a afirmação cultural e identitária negra. Segundo a redação da Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL, 2003).

A redação da Lei é explícita, fazendo-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino da rede básica, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, sendo necessário observar que a mesma está incluída na LDBN e configura-se como o principal dispositivo regulador do ensino de conteúdos voltados às pautas afro-brasileiras. Além de toda luta política e social anterior a sua promulgação, deve-se observar a importância do documento no que tange ao seu papel como elemento aglutinador e de promoção da pluralidade cultural. Vindo na esteira de diversos documentos normativos e de movimentos da sociedade civil, a Lei se configura como um aparato primordial, principalmente, no que tange à obrigatoriedade do ensino de elementos culturais e históricos advindos de África e do Brasil Africano. Apesar de ser obrigatório, o caráter ético, moral e filosófico deve ser colocado em voga. Quando se trabalha com tais conteúdos se está promovendo uma cultura que por anos fora silenciada, colocada como um coadjuvante no que se refere à base cultural brasileira. Quando se tem a Lei faz-se necessário o trabalho, mesmo que o professor não o deseje, pois o mesmo é parte de um dispositivo legal, o qual deve ser cumprido. Jacira Silva afirma que a Lei 10.639/2003 “vem para estimular a reflexão sobre a valorização e respeito às diferenças; repensar o currículo, os conteúdos, as práticas pedagógicas; questionar as representações sociais hegemônicas sobre determinados grupos” (SILVA, p. 300, 2009.). É sobre a discussão e reformulação de toda uma estrutura excludente e racista que a Lei surge como possibilidade de mudança e de construção de novas possibilidades. Deve-se ter em vista que mediante a esparsa reflexão realizada no âmbito escolar sobre conteúdos étnico-raciais no período ditatorial, faz-se necessário a promulgação de dispositivos legais voltados para a promoção de questões raciais.

É inegável o quanto a historiografia teve um papel indispensável no sentido de segmentar e marginalizar as culturas de base africana e indígena no Brasil. A partir do mito da democracia racial e de sua propagação, uma amplitude de pesquisadores acabou desconsiderando a história do negro e do índio e de seu papel na formação de nossa sociedade como um todo. Tendo isso em vista, a escola como uma parte da sociedade tornou-se local de reprodução de estereótipos e de conteúdos os quais colocavam o negro e o indígena em

posição inferior. Cada escola tem sua cultura escolar própria, seus códigos verbais e não verbais, assim como normas de conduta, elementos os quais integram a instituição ao espectro social. Dentro da escola se reproduzem preconceitos, estereótipos, modelos comportamentais e discursos, devendo a mesma ser percebida como um espaço de formação de cidadãos e como bem comum do local na qual se insere. Tendo isso em vista, tem-se os professores, sujeitos fundamentais para a produção de conhecimentos e concatenação do processo de ensino-aprendizagem. Entende-se que a prática educativa não surge solta do contexto cultural e político da escola mas, também, é imbricada pelas visões de mundo de seus atores, sejam estes professores, gestores e alunos. Segundo Silva,

[...] nas suas práticas pedagógicas os(as) professores(as) tendem a reproduzir as representações que têm de si e dos outros e uma prática pedagógica diferenciada envolve o questionamento das representações de si e das que circulam no contexto mais amplo. São essas representações que, “como teorias do senso comum”, orientam muitas das práticas pedagógicas. (SILVA, 2009, p. 299.).

Tanto os docentes quanto os discentes possuem visões próprias de mundo, locais de fala pelos quais conseguem observar, descrever e analisar os elementos apresentados nas esferas do social. Por isso se faz interessante observar que a prática educativa não vem descolada dos contextos sociais e da realidade de cada localidade. A prática pedagógica deve ser vista assim, como uma questão em construção, sendo necessário observar seu papel no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem na sala de aula. Os conteúdos voltados à pluralidade cultural devem ser observados de maneira que não ocorram visões estereotipadas, reprodução de preconceitos e silenciamento de sujeitos. A Lei 10.639/2003 surge dessa forma, como um dispositivo responsável por regulamentar e concretizar um ensino mais plural, assentando uma educação antirracista. O professorado deve ter ética e profissionalismo para não deixar noções do “senso comum” atingirem sua prática e empreender assim um discurso educativo efetivo, trazendo para o centro do debate elementos como as identidades negras, o racismo, cotas raciais e principalmente a Cultura Afro-Brasileira. Compreender como as relações de África com o Brasil Africano são empreendidas, seus contatos e sincretismos é necessário para trazer um entendimento acerca de nossa história, do papel do negro e de seu local como sujeito possuidor de uma rica cultura, advinda de contatos religiosos, políticos e históricos. Entender a necessidade do ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira nos espaços de ensino da rede básica de educação é ter a noção da necessidade de uma educação antirracista, é ter o entendimento de que o Brasil é plural, composto de diversos espectros culturais, e que isto deve ser explorado. A Lei analisada sobre essa base demonstra

seu significado e necessidade: educar para a compreensão, entendimento e respeito acerca das culturas africanas e afro-brasileiras.

Dispositivos como a Lei 10.639/2003 são essenciais pois trazem uma contribuição, uma resposta do sistema legislativo brasileiro perante as demandas da população, da sociedade como um todo. O Movimento Negro Brasileiro fez parte de toda uma movimentação voltada para a promoção dos direitos sociais básicos, assim como do ensino de conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileiro na esfera do ensino formal. Ter tais conteúdos apresentados no currículo escolar, nas universidades e nos espaços de ensino é um avanço em política pública e em termos de compromisso social da parte do poder instituído. No documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, de 2004, tem-se um dispositivo regulamentador do ensino e das possibilidades com relação as temáticas afro-brasileiras. Logo na parte inicial das “Diretrizes”, fica bem claro o público alvo e os objetivos empreendidos com o documento. O texto afirma que:

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2004, p. 10).

Tendo isto em vista, observa-se que o dispositivo legal tem como objetivo reforçar e trazer uma valorização acerca dos conteúdos correlatos à História e Cultura Afro-Brasileira e da necessidade do ensino dos mesmos, visto as demandas advindas da sociedade civil. Deve-se observar que as Diretrizes caminham de maneira conjunta com a legislação educacional brasileira, almejando a produção de conhecimentos voltados para a pluralidade cultural existente no território nacional. Todo esse avanço nas políticas públicas, fruto de debates angariados pelo Movimento Negro Brasileiro, se configura como um fator positivo, o qual faz crescer o espaço oportunizado para tais temáticas e desta forma, contribuir na produção de conhecimento nas instituições de ensino público formal. Abreu e Mattos descrevem a importância das Diretrizes, assim como o avanço perpetrado por tal documento afirmando

que:

É o chamado “mito da democracia racial”, um dos eixos centrais abordados e denunciados pelas “Diretrizes”. Também redigido por especialistas, no âmbito do campo especificamente pedagógico, o texto do parecer aprovado pelas “Diretrizes” possui um tom claramente mais político que o dos PCNs, já que diretamente relacionado à questão do combate ao racismo. De maneira inequívoca, educadores diretamente ligados aos movimentos negros respondem agora pela redação do documento. Nesse sentido, o parecer se propõe “oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade”. (ABREU e MATTOS, 2008, p. 9).

Colocado em contraposição aos PCN’s, as autoras salientam que as Diretrizes tem um aspecto muito mais político, trazendo toda uma proposta de combate ao racismo e além disso, é redigido por pessoas ligadas ao Movimento Negro, produzindo uma simbiose de discurso com prática⁹. Deve-se notar que, à época dos PCN’s, um forte movimento de mercantilização da educação, o qual se desenvolveu durante o governo FHC, fez-se presente, sendo incorporado até mesmo aos dispositivos educacionais. Não se pode excluir o caráter efetivo das políticas públicas; porém, deve-se denotar que em alguns documentos percebe-se uma maior politização e entrosamento dos atores da sociedade civil. Isto se faz presente tanto na formulação, quanto na redação das referidas Diretrizes.

A Legislação acompanha a sociedade, assim como os anseios da mesma. Deve-se, desse modo, perceber que leis não são “letra morta”, ou parte de interesses de particulares. O objetivo dos dispositivos legais é atender a maior parte da população. A partir disso, surge a necessidade de realizar uma leitura prudente acerca dos documentos voltados à educação brasileira. A Lei 10.639/2003, assim como a Lei 11.645/2008¹⁰, tem um valor ímpar para o empreendimento de uma educação antirracista, voltada para a promoção da igualdade no âmbito da rede escolar pública, sendo necessário entender a necessidade desses dispositivos para a sociedade civil. Outro aparato legal fundamental construído a partir de demanda popular foi o Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/2010, documento que se configura como um marco no histórico de lutas da população negra. A partir da promulgação desta legislação, tem-se um respaldo que se desvela em múltiplas áreas da sociedade. Questões religiosas, políticas, culturais, educacionais e sociais são tratadas neste Estatuto, o qual tem

⁹ A relatora das Diretrizes, Petronilha Silva é reconhecida por sua trajetória, demarcada pela luta política e educacional voltada para os direitos da população afro-brasileira. Sobre a sua trajetória acadêmica, ver: “<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87194/petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>”. Acesso em 15 set. 2020.

¹⁰ A Lei 11.645/2008 altera a LDBN no que tange ao trabalho com a História Indígena e da Cultura Indígena em sala de aula. Para o texto completo faz-se necessário acessar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

um papel fundamental como política pública para a população negra brasileira. Com este aparato pretende-se melhorar as condições sociais da população negra, além de trazer equidade no tocante aos direitos sociais básicos. Os artigos presentes na Lei definem de forma concreta e trazem a noção de que a equidade se configura como o caminho correto para a devida inserção social. A Lei é precisa quando afirma em seu terceiro artigo que:

Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira. (BRASIL, 2010, p. 14.).

A percepção de que existem pessoas vítimas de desigualdade étnico-racial é algo patente na Lei 12.288/2010. Tem-se na redação do texto do Estatuto um cuidado no trato com o racismo, tendo em vista a promoção do respeito e de oportunidades para as pessoas negras no Brasil. Não se trata de algo dado de graça, mas sim de um movimento advindo de luta política, almejando reparar desigualdades raciais perpetuadas durante mais de quinhentos anos de história no território brasileiro. A escravidão e suas marcas são visíveis até hoje, seja na desigualdade de renda, escolaridade e de oportunidades no mercado de trabalho. Um documento normativo é patente devido à fomentar medidas de equidade e ações cabíveis percebendo o contexto brasileiro e o racismo institucionalizado no país. Um instrumento como a Lei é importante pois incorpora todos os direitos sociais pertinentes a população negra brasileira, sendo seu cumprimento algo fundamental, devido aos valores imbricados no texto de tal medida. Muito além da educação e da sala de aula, o Estatuto discorre sobre os direitos e deveres da população negra e como estes elementos podem ser respeitados. Retomando aspectos da Lei, o exame de alguns conceitos e de como a mesma os emprega se faz necessário. No que se refere aos incisos I e II presentes no primeiro artigo da Lei nota-se a distinção entre os conceitos de discriminação racial e de desigualdade racial

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica (BRASIL, 2010, p. 13).

Na própria Constituição Federal de 1988, tem-se dispositivos os quais colocam a discriminação racial como crime, sendo o racismo configurado como um crime inafiançável e imprescritível. Mesmo assim, faz-se necessário distinguir entre o que é discriminação racial e desigualdade racial. No primeiro caso, percebe-se que a cor da pele, a raça e até mesmo a descendência é motivo de tratamento diferenciado perante o espectro social. O racismo surge nesse ponto, quando por motivos de raça, ocorre a exclusão, a anulação de direitos humanos básicos e até mesmo o desrespeito ao princípio básico da liberdade nos campos da vida pública e privada. Por outro lado, a desigualdade social surge devido a toda uma estrutura hierarquizada, na qual devido à raça, cor da pele ou pela descendência, indivíduos são privados de oportunidades, de convívio em espaços sociais ou simplesmente não conseguem atingir os mesmos padrões culturais, educacionais e de renda do restante da população. Ser negro no Brasil é estar imbricado em uma estrutura social excludente, a qual marginaliza e segrega devido a questões raciais e culturais. Por isso a importância de um Estatuto que preze pelos direitos sociais de todo um coletivo, o qual se configura como maioria no território nacional¹¹. Compreender o papel do negro em nossa sociedade faz-se assim um dever tanto social quanto político, pois é uma tomada de posição. É se posicionar ética e moralmente, demonstrando não somente cumprir leis, mas respeitá-las e compreendê-las como parte de toda uma esfera legal necessária, montada para a promoção da pluralidade cultural no Brasil. É por isso que se faz imprescindível o estudo de História da África e de Cultura Afro-Brasileira, não somente para uma consciência mais abrangente de tais temáticas, mas também para o debate sobre as problemáticas advindas do preconceito, do racismo e do silenciamento cultural. Se faz necessário assim compreender como que na escola surgem possibilidades, e como estão sendo empreendidas produções de qualidade voltadas para as relações étnico raciais e pluralidade cultural, pois isso faz parte de um movimento, o qual analisa sujeitos e percepções antes questionadas. Deve-se, assim, observar que uma educação antirracista é possível, sendo que na cidade do Rio Grande isso já vem sendo feito, dentro das escolas da rede municipal, locais de produção de conhecimento científico único.

Tendo em vista que as escolas e os professores, profissionais da educação responsáveis pela docência em sala de aula, possuem uma amplitude de vivências culturais, políticas e sociais, faz-se necessária uma metodologia de pesquisa efetiva. Almeja-se observar como em determinados casos na cidade do Rio Grande ocorre a produção de conhecimentos voltados

¹¹ Para uma leitura de dados mais abrangente acerca dos indicadores raciais no Brasil, analisar matéria veiculada no endereço <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/ibge-em-todas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declaram-pretos.htm>. Acesso em 15 out. 2020.

para os conteúdos étnico-raciais. A utilização de técnicas de cunho qualitativo (e quantitativo) se faz de suma necessidade para compreender as interações sociais em um ambiente tão plural e vivo como a instituição escolar. Sendo assim, a análise de conteúdo será utilizada, almejando abarcar por meio de sua técnica, a totalidade dos conhecimentos produzidos nas escolas rio-grandinas. Inicialmente será feita uma análise de fontes escritas sobre as temáticas de ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, sendo fundamental o contato com leituras focadas nesses assuntos para uma maior compreensão do que está sendo trabalhado em sala de aula pelos professores de História. Para que isso ocorra de forma prudente faz-se necessário averiguar obras que ressaltam e constroem posições coerentes acerca da metodologia da análise de conteúdo e de seus usos científicos. Obras como “Análise de conteúdo” de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2008), “A pesquisa histórica”, de Julio Arostegui (2006) e a “Análise de Conteúdo”, de Laurence Bardin (1977), apresentam-se como fundamentais para a compreensão das práticas qualitativas e quantitativas de pesquisa, além de aprofundarem conceitos sobre a análise de conteúdo e seus possíveis usos

Por meio do cruzamento de leituras sobre a temática de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, além de trabalhos relacionados à aplicação da Lei 10.639/2003 e dos PCNs (principalmente, no que se refere à pluralidade cultural), almeja-se trazer elementos os quais produzam uma maior compreensão sobre as possibilidades de trabalho com a temática africana e afro-brasileira, em sala de aula na rede pública. Sendo assim, faz-se fundamental destacar a fala de Bardin:

[...] designa-se sob o termo de análise de conteúdo: Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Tendo esta definição em vista, pretende-se compreender a partir desta perspectiva, os principais elementos a serem analisados, trabalhando os mesmos com base nas técnicas empregadas na análise de conteúdo.

Seguindo as etapas da análise de conteúdo (Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados), inicialmente, será trabalhada a leitura de fontes escritas, assim como as primeiras hipóteses serão delineadas. Após o período inicial de levantamento de dados, de leituras e de contatos iniciais com as escolas, as observações serão iniciadas, almejando a compreensão dos principais fatores presentes nas instituições, tendo como suporte tanto a parte teórica, quanto os elementos adquiridos a partir das interações com os

contextos escolares. Durante as observações, além da análise das experiências presentes nas salas de aula, a investigação do Projeto Político Pedagógico, do currículo e das práticas institucionais acerca das relações étnico-raciais será contemplada, construindo desta maneira, um escopo fundamental de material sobre os contextos presentes na rede municipal rio-grandina. Um questionário composto por cinco perguntas será direcionado as professoras da rede básica que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, almejando observar suas posições acerca de suas experiências e do impacto que as mesmas mantem sobre seus alunos. Esse exame é patente, pois é centrado na autoanálise das práticas educativas empreendidas pelos profissionais-professoras em seus contextos de trabalho.

Somado às obras lidas, serão elencadas, as experiências realizadas nas escolas investigadas, tentando trazer uma análise aprofundada do que está sendo feito nas mesmas, e se essas tem conhecimento da Lei 10.639/2003 e se existe apoio por parte da direção das instituições ao ensino das temáticas voltadas para a Cultura Afro-Brasileira e História da África. Ao final do processo de observação nas escolas, depois do levantamento de dados acerca das mesmas e de como seus professoras tratam as questões étnico-raciais, pretende-se trabalhar com os resultados adquiridos. Interpretar tanto as fontes escritas, quanto os discursos e práticas presentes nas escolas se faz de fundamental importância neste momento, sendo fortuito o cruzamento dos elementos teóricos com os relatos das práticas realizadas nos contextos escolares.

Desta forma, pretende-se elencar múltiplos pontos de vista sobre experiências, relatos e dados acerca do ensino de elementos culturais e históricos afro-brasileiros nas escolas públicas rio-grandinas, tentando ampliar o mosaico de entendimento acerca do espaço utilizado para tal temática em sala de aula. Deve-se observar que os elementos quantitativos coletados nas salas de aula e as pesquisas referentes às práticas utilizadas pelas professoras na medida em que forem compilados, podem construir um produto necessário para a compreensão das práticas positivas realizadas pelas professoras de História da rede de educação básica do município do Rio Grande. Por meio das técnicas da análise de conteúdo isso se apresenta possível. Elencando os fatores sociais, culturais e políticos do contexto a ser trabalhado, as inferências podem ser realizadas, almejando assim, compreender os elementos explícitos, assim como os ocultos, seja no discurso, seja na configuração espacial da instituição escolar. Desta maneira, os documentos, as paredes, o chão e a dinâmica das relações sociais contam algo, possuem em sua natureza mensagens, as quais devem ser decodificadas, almejando compreender como o social, o político e o cultural conseguem andar de maneira conjunta. A necessidade de analisar os mecanismos presentes tanto na escola,

quanto os silenciamentos no que se refere aos conteúdos étnico-raciais é essencial.

Essa análise das escolas e da presença dos conteúdos de Cultura Afro- Brasileira e História da África se apresenta como um elemento fundamental, almejando contribuir na promoção e no trato com essas questões no município do Rio Grande, além de valorizar o trabalho empreendido pelas professoras da rede municipal, os quais produzem diariamente práticas educativas de qualidade, voltadas para o respeito à diversidade.

3 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RIO-GRANDINA: CONTEXTOS, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEUS PROFISSIONAIS

Observar como se desenvolve o sistema de educação a nível nacional é uma tarefa árdua. Diversos componentes, políticas públicas e teorias da educação perfazem as múltiplas esferas da educação básica em nosso país. Os quadros da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio são partes de todo um sistema de educação intrincado, o qual é permeado por aspectos políticos e culturais do território brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBN/1996 é um instrumento legal essencial e se apresenta como uma das bases da educação no país. Segundo o Artigo 26 da Lei:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2018, p.19).

Neste artigo, percebem-se estruturas basilares da educação básica no Brasil. Ademais, o papel da Base Nacional Comum Curricular é fundamental, assim como da parte diversificada¹². Cada estabelecimento de ensino no Brasil possui suas particularidades, sendo os aspectos regionais e locais peça-chave para que isto se apresente possível. Em um país tão plural como o nosso, se faz necessário uma Base para padronizar a forma de cobrança, os conteúdos e o currículo escolar, respeitando, porém, os aspectos regionais e culturais locais. É isso que deve ser observado quando se discorre sobre o município do Rio Grande e suas particularidades. Município portuário, localizado no sul do Rio Grande do Sul, possui um valor histórico primordial perante a história nacional e do Estado Gaúcho. Seu papel histórico, cultural e social é imperativo, sendo uma cidade forjada nos laços com africanos, indígenas e europeus. Rio Grande se configura como uma cidade de presença negra forte, sendo marcada desde seus primórdios pela escravidão e o uso de mão de obra negra escravizada. O histórico de lutas políticas e de resistência negra se faz patente. Deve-se analisar que o negro faz parte da história rio-grandina, mesmo com a negação dessa afirmação até mesmo pelos veículos oficiais do poder público. Segundo Torres,

Nas tarefas urbanas de prestação de serviços aos senhores, ou alugados para atividades gerais para o público, a presença negra é constante em diferentes modalidades de trabalho na Vila do Rio Grande. As atividades ligadas ao porto, carregamento e descarregamento das mercadorias das embarcações,

¹² Acessar o documento da Base Nacional Comum Curricular em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>.

também contavam com a presença do escravo negro. (TORRES, 2008, p. 105).

A partir da fala do historiador, uma diversidade de questões podem ser abarcadas. Pode-se perceber não somente questões históricas, como sociais e culturais da cidade do Rio Grande. A presença negra se apresenta desde os primórdios da colonização do território, sendo primordial o trabalho com tais elementos em âmbitos como o da educação básica. Na cidade do Rio Grande, a rede municipal de educação produz eventos culturais e exposições acerca das africanidades. Esse espaço foi batalhado arduamente pela sociedade civil, principalmente, pela população negra da cidade. No aspecto educacional percebe-se um cuidado nas unidades da rede escolar, as quais almejam discorrer sobre os conteúdos étnico-raciais, elementos basilares e fundamentais no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem. Compreender tais elementos é necessário para a produção de conhecimentos acerca de nossa sociedade e de como os atores do processo educativo o enxergam. Segundo Souza,

A escola tem se constituído como um lugar de práticas preconceituosas e discriminatórias quando não problematiza o currículo eurocentrado, europeizado, branco, masculino e cristão e, portanto, racista. Quando não se discutem relações raciais na escola, ou quando não oportuniza que outras pessoas, sejam brancas ou negras o façam. Quando enfim estes temas não ganham espaço na unidade escolar. No entanto, existem negros/negras e brancos/brancas que tentam fazer uma educação antirracista. (SOUZA, 2018, p. 51).

As instituições escolares produzem suas próprias percepções acerca dos aspectos sociais, políticos e culturais presentes em nossa sociedade. A escola é uma parte de todo um espectro social, realizando (re)significações e representações do que se apresenta como sociedade dentro e fora de seus muros. Diversas instituições, estão reformulando sua cultura escolar e trazendo uma leitura mais abrangente da sociedade para dentro da sala de aula se fazem cada vez mais presentes, repensando e produzindo práticas positivas de trabalho com a pluralidade cultural.

Analisar a educação pública e suas relações com o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira só se faz possível devido as lutas políticas empreendidas pelos atores sociais negros e não-negros do município, os quais observaram a importância de conteúdos étnico-raciais nas práticas em sala de aula. A seguir, será observado como é estruturada a rede municipal de educação, as escolas do município, seus profissionais e como são abordados conteúdos étnico-raciais. Deve-se fazer esse apanhado geral almejando compreender como ocorre a organização e de que maneira na cidade do Rio Grande tem-se um cuidado com os conteúdos voltados para a História da África e Cultura Afro-Brasileira.

3.1 Contexto escolar no município do Rio Grande

Compreender todo um contexto histórico, político e cultural faz-se relevante, mesmo que seja uma tarefa complexa. O ensino de História se apresenta como uma ferramenta fundamental sendo necessário para compreender como os atores sociais vivem, produzem cultura e discursos no tempo. Para analisar como no Brasil se configuram as práticas de ensino faz-se necessário observar o papel da rede escolar de educação básica, tendo por base as culturas escolares e como as mesmas são produzidas, reformuladas e como discursos são incorporados e fazem parte da realidade escolar. Sendo assim, fica mais visível as dificuldades e entraves de padronizar e de se ter um currículo comum em todo território nacional. Somado a isso, surge o fator de as políticas públicas serem aprovadas; porém, nem sempre atingirem as unidades escolares. Deve ser observado que todo um quadro maior rege as percepções e discursos produzidos acerca do ensino de conteúdos étnico-raciais, sendo parte de toda uma estrutura social e cultural, não sendo somente uma parcela responsável pelos discursos e falas acerca dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo Moraes,

A necessidade de uma formação mais específica é necessária não apenas para aqueles que estão em sala de aula tendo contato com os alunos da rede básica, mas também para os responsáveis pela criação de materiais didáticos e de apoio a esse ensino. Nesse ponto, vale ressaltar os perigos que um material feito sem um conhecimento mais profundo pode trazer. Numa tentativa de valorizar a cultura africana e afro-brasileira, corre-se o risco de reforçar outros estereótipos e de associar o africano apenas à religião, à dança e à culinária. Grande parte dessas imagens relacionadas aos africanos e às possíveis contribuições deles para a cultura brasileira aparecem constantemente na mídia, nos manuais didáticos e se reproduzem na prática pedagógica e nos projetos especiais das escolas realizados em razão do Dia da Consciência Negra. No entanto, a valorização da África e dos afrodescendentes no Brasil vai muito além dessa tríade dança-religião-culinária. (MORAES, 2015, p. 247).

Percebe-se, assim, que diversas esferas são responsáveis pela produção de discursos e opiniões acerca de temáticas voltadas ao ensino. Não é somente a escola que deve ser responsabilizada pelas práticas difundidas dentro e fora de seu espaço. Os livros didáticos, as representações na mídia e na cultura também produzem discursos; alguns marcados pelo racismo institucionalizado. Deve-se analisar, também, os aspectos locais, almejando observar não somente como as instituições escolares lidam com as práticas pedagógicas mas, ainda, como as mesmas se configuram e organizam seus espaços. A escola é um ambiente plural, marcado pela multiplicidade de culturas e posições antagônicas. É local de produção de conhecimentos e de discursos, sendo necessária a análise aprofundada, pois nenhuma escola é

igual a outra, sempre possui suas particularidades. As redes de educação também. No município do Rio Grande tem-se uma rede de educação básica forte. Com atividades voltadas para as áreas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; no território rio-grandino tem-se uma rede básica de educação, a qual se apresenta ligada com o Estado do Rio Grande do Sul e à União. Rio Grande surge nessa pesquisa não somente como um aspecto local, como uma unidade da União, mas sim como uma parte da realidade brasileira. Se torna prudente observar como no município ocorre a organização da rede educacional e seus principais elementos.

Por ser uma cidade litorânea, com uma amplitude de atividades voltadas para o mar, Rio Grande apresenta um mapa cultural complexo e plural. Com o histórico de povoamento mais antigo do estado, foi elevada à condição de Vila, em 1737, sendo a primeira a possuir tal categoria no estado. No período colonial, Rio Grande surge como um ponto de disputa na já estremecida relação entre Portugal e Espanha. Encontrando-se geograficamente entre as cidades de Laguna e Colônia do Sacramento, o território rio-grandino angaria destaque, principalmente, por estar em um local de disputas políticas, econômicas e territoriais. Quando da efetiva ocupação do território pelos luso-brasileiros constrói-se um sistema baseado nos benefícios presentes no solo rio-grandino. A questão geográfica é utilizada como elemento-chave para o desenvolvimento do povoamento e do potencial comercial do Rio Grande e do território da Província de São Pedro do Rio Grande como um todo. Assim como as demais cidades colonizadas no modelo luso, percebe-se a formação em Rio Grande de um sistema hierárquico de relações e instalação de um aparato cívico-militar, com a religião católica exercendo forte influência. Segundo Queiroz,

A formação social da povoação do Rio Grande obedeceu aos moldes da sociedade colonial brasileira do século XVIII. Vigorava uma hierarquia social rígida, onde o segmento dominante era formado pelo alto comando militar, tendo a seu lado os sacerdotes. Este segmento ocupou neste período, além do seu próprio espaço, o vazio deixado pela inexistência de uma elite civil economicamente poderosa. (QUEIROZ, 1985, p. 100).

A fala da autora deixa claro a organização inicial presente na Vila do Rio Grande nos primórdios de sua ocupação. Uma hierarquia rígida e marcada pelos elementos militar e religioso. Deve-se perceber a importância desses elementos para a compreensão da realidade do município. Rio Grande tem durante toda sua formação um caráter militar e hierárquico, sendo necessário observar o papel de ponto estratégico da cidade mediante os confrontos existentes na bacia do Rio da Prata, assim como seu local como agente regulador da colônia portuguesa. Observar o papel da cidade do Rio Grande no que se refere à Província do Rio

Grande é fundamental, sendo interessante analisar como a mesma foi se configurando, tornando-se um aglomerado populacional importante. Os conflitos territoriais foram moldando a história da cidade, com esta se tornando um lugar de comércio, tendo a partir de seu Porto, uma ligação com o mundo. Do sul do Brasil, Rio Grande se torna uma cidade relevante, tendo ligações com Europa e com diversas partes do território nacional. Apesar disso, seu histórico com a escravidão é latente. Desde os primórdios de sua colonização, a cidade teve fortes relações com o tráfico de cativos advindos de África. Deve-se observar que apesar da escravidão se configurar como peça-chave nas relações sociais no Brasil e na cidade do Rio Grande, os registros escritos são esparsos. Na cidade litorânea, os registros de escravizados eram realizados de maneira esparsa, sendo o número de batizados mais expressivo que os de óbitos. Talvez isso ocorresse devido a um desejo do escravizador cancelar sua “posse” sobre os cativos, assim como perante a sociedade ascendente no período. Sendo assim, pouco pode ser analisado acerca dos arranjos familiares de escravizados, sua organização social e cultural nas primeiras décadas da ocupação luso na região. De acordo com Queiroz,

O levantamento das famílias de escravos processou-se do mesmo modo que o da população livre, a partir, basicamente, dos registros de batizados e de óbitos, e acusou a existência de apenas dezoito casais legítimos na freguesia em todo o período. O baixo índice de famílias escravas não se explica por uma relação com o efetivo do contingente aí existente, mas sim pelo desinteresse da classe senhorial em legitimar as relações de concubinato entre seus escravos, refletido no direito escravista brasileiro, que não impedia a venda de pais e filhos a senhores diferentes até os últimos anos da escravidão no Brasil. (QUEIROZ, 1985, p. 153).

Tendo esses dados em vista, pode-se perceber que a presença negra na cidade do Rio Grande ocorre desde o princípio de sua colonização, sendo parte de sua história e dos modos de vida empreendidos no território. Tornando-se relevante no âmbito comercial e portuário, a cidade cresceu e tornou-se um polo no que tange a relações comerciais, tendo seu cotidiano voltado para o mar. Deve-se ter noção que a presença negra na cidade do Rio Grande não se resume ao processo de escravização, mas pode ser percebida em múltiplas esferas e momentos da história do município. A luta política de Carlos Santos, sua presença na esfera estadual e brasileira, trazem à tona um nome primordial advindo do Rio Grande no que se refere à política brasileira. Antes mesmo de Carlos Santos e de sua notória presença nos espaços políticos brasileiros, tem-se em Rio Grande associações de mutualidade e de apoio a população negra, a qual se apresentava recém-liberta no período inicial da República. Deve-se perceber assim, que Rio Grande é um município construído a partir do trabalho negro, e por

meio dessas mãos produziu sua riqueza e moldou sua história. No período republicano tem-se uma representação negra na mão de obra local, com estes formando parte dos trabalhadores do Novo Porto, atuando na construção da barra, nos estaleiros e nos serviços vinculados ao carregamento de mercadorias nos navios, além dos frigoríficos. As fábricas de tecidos empregavam especialmente mulheres, nas duas cidades (tanto em Pelotas, quanto em Rio Grande), as quais também constituíam a mão de obra do setor de serviços, em trabalhos domésticos ou oficinas de costura, embora estivessem pouco representadas no comércio (LONER, 2008). A presença das associações de mutualidade se fez muito presente também no período em questão, pois as mesmas tinham um sentido de agremiação e de apoio entre os pares. De acordo com Loner,

Nessa última cidade a representação do grupo negro, no final do Império, foi feita através do Grêmio Recreio Operário, fundado em 1885 e que foi encontrado pelo menos até 1957, embora tenha passado por muitas modificações ao longo de toda sua existência. Em Rio Grande, também existiu uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mas não se obteve informações se sua constituição era, como nas demais, representativa dos negros do lugar. (LONER, 2008, p. 249-250).

Faz-se necessário observar esse histórico de presença negra na comunidade rio-grandina, pois destaca um espaço já ocupado, porém não evidenciado. Observar o debate sobre a historiografia da cidade se faz interessante para compreender suas características básicas, como até mesmo o sistema de ensino se apresenta na mesma. Devido a seu histórico de relações comerciais marítimas, sua notoriedade como principal porto do Estado e seu contingente de população negra, tem-se características locais próprias, o qual faz o município ser considerado um local possuidor de pluralidade de culturas e de múltiplos espaços sociais. Faz-se interessante, além de analisar o histórico da cidade, suas políticas públicas, aparato de ensino e como a rede municipal se apresenta, na atualidade.

Rio Grande possui, atualmente, um sistema primordial para a gestão da rede escolar. Por meio da Secretaria Municipal de Educação-SMED, tem-se uma unidade e um atendimento mais abrangente das demandas da rede escolar municipal. Na parte de fiscalização e normatização, tem-se o Conselho Municipal de Educação- CME, o qual tem por base observar se o cumprimento das normas de educação nacional se fazem cumpridas na rede municipal. Para ter uma noção faz-se necessário observar os dados presente no Plano Municipal de Educação: 2015-2025. Este plano foi promulgado, em 2015, tornando-se o documento normativo referente às metas e objetivos do governo municipal no que se refere à educação. Este documento traceja metas variadas; porém, seu principal ponto refere-se a

atingir índices educativos de excelência, obter uma boa nota no IDEB e demonstrar como a rede escolar vem progredindo em resultados. Faz-se necessário observar a amplitude da rede e a clientela que a mesma atende. Na cidade do Rio Grande, segundo dados do *site* da SMED¹³, existem 41 escolas de Ensino Fundamental no âmbito urbano, 20 escolas do Campo, além de 17 escolas de Educação Infantil e 7 escolas privadas conveniadas ao município. Esses números são importantes para examinar a quantidade de unidades presentes na rede municipal de educação, sua clientela ampla e as distâncias presentes entre as instituições. Diversas escolas existem no município, cada uma tendo sua própria cultura escolar, códigos disciplinares e comunidade. Cada situação é única e isso deve ser ressaltado, tendo em vista a pluralidade existente na cidade do Rio Grande. Mesmo assim faz-se necessário observar alguns elementos normativos e certos casos.

A partir do Plano Municipal de Educação:2015-2025, tem-se uma noção mais ampla sobre como se configura também o professorado do município. Em números que contabilizam tanto a rede pública municipal, estadual e privada, o Plano faz um estudo sobre como os profissionais da educação se apresentam na cidade do Rio Grande, sendo uma análise necessária para se ter uma compreensão mínima acerca dos atores presentes nas unidades escolares na cidade. Segundo o PME, tem-se no tocante ao número de escolas e professores no município:

Os dados referentes à Educação revelam a presença de 77 escolas de Educação Infantil, com 3.338 matrículas, envolvendo 540 docentes. Com relação às instituições de Ensino Fundamental, possui 96, com 27.862 matrículas, envolvendo 1.616 docentes. Com relação ao Ensino Médio, apresenta 21 instituições, com 7.116 matrículas e 219 docentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015, p. 26).

Esses números dizem respeito tanto a instituições públicas, quanto privadas e apresentam uma noção acerca do número de docentes envolvidos nas escolas na cidade do Rio Grande, a quantidade de alunos matriculados e de estabelecimentos educacionais. É interessante observar como os profissionais da educação se configuram na cidade para compreender seu papel como agentes ativos na construção de percepções e discursos na rede municipal. Apesar deste trabalho ser focado no Ensino Fundamental nos Anos Finais em sua esfera pública e municipal, se faz necessário examinar como a classe docente se compõe na cidade, almejando entendimento acerca de como estes são preparados e formados para às atividades docentes. Seguindo o PME, se discorre sobre a formação dos professores no

¹³ Dados referentes ao número de escolas e contato disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/?page_id=301>.

município, trazendo dados que:

No município de Rio Grande, 90,4% dos professores da Educação Básica possuem formação em nível superior; destes, 78,6% com licenciatura. Estes profissionais estão distribuídos da seguinte maneira: na rede privada, 85,4%; e na pública, 91,6%.

Em se tratando da formação em nível de Pós-Graduação dos professores que atuam na Educação Básica, 44,7% possuem Pós-Graduação, sendo que 51,8% atuam na rede municipal, 39% na estadual e 31,8% na rede privada. Importante destacar que o maior percentual de Pós-Graduação encontra-se no tipo Especialização, com 39,9%. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015, p. 41-42).

Estes dados se apresentam de suma importância, pois trazem para o centro das atenções, a quantidade de professores no município, assim como sua formação. Denota-se que a rede pública concentra a maior parte dos profissionais com formação em nível de pós-graduação. É interessante analisar estes dados, pois a partir deles, pode-se descrever os profissionais da educação do Rio Grande e como os mesmos investem em sua formação. A partir desses dados, pode-se realizar uma observação mais abrangente, para os profissionais que realizam práticas de ensino de Cultura Afro-Brasileira em seus ambientes de trabalho e em quais condições o realizam. Os profissionais-professores possuem formação a nível superior, assim como muitos possuem curso de pós-graduação, sendo interessante observar que este fator pode contribuir para com uma maior instrumentalização de conhecimentos e saberes, além de denotar um investimento no currículo por parte dos profissionais. Tendo isso em vista, percebe-se que os mesmos não autogerem suas práticas mas, o fazem com auxílio das políticas públicas empreendidas pelo Executivo Municipal.

Tanto o Plano Municipal de Educação, quanto o Plano de Estudos Ensino Fundamental – Anos Finais, são documentos basilares para se compreender o que é esperado pela rede municipal de suas unidades, no referente aos anos finais do Ensino Fundamental. A partir do referido documento, pode-se compreender melhor como a rede pública municipal entende o processo de ensino-aprendizagem, como observa o papel das instituições escolares e como dá vazão para as múltiplas identidades a serem trabalhadas pelos profissionais da educação do município. Cada disciplina tem um tratamento específico no documento, tendo uma ementa de objetivos e de conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada ano do período formativo do Ensino Fundamental – Anos Finais. Todas as disciplinas obrigatórias são apresentadas pelo Plano, sendo a disciplina de História também discutida. O conceito de eurocentrismo é discutido, sendo fundamental para observar os principais rumos da política municipal no tocante ao ensino de História. Consta no Plano que:

[...] é importante instigar nos estudantes o interesse por estudar outros povos, para que entendam as diferenças e aprendam a contextualizar determinadas situações, por fim, que desenvolvam a alteridade, isto é, conheçam, compreendam e aprendam com a diferença, respeitando o outro na sua diferença. Somente dessa forma, se conseguirá despertar o interesse pelo outro e se deixará de lado o discurso histórico que favorece a *história dos vencedores*. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015, p. 17).

Além do estudo de outras culturas, no documento é ressaltado que se faz necessário o estudo de povos e matrizes culturais almejando desenvolver a alteridade. É discutido que o outro deve ser entendido, sendo suas diferenças compreendidas e respeitadas, almejando amplificar o conhecimento histórico e as visões de mundo dos educandos. Sendo assim, o discurso que favorece a *história dos vencedores* vai esmorecendo, desmontando práticas historiográficas datadas, as quais marginalizam os indivíduos em detrimento de um grupo dominante. Deve-se observar que o discurso da Prefeitura do Rio Grande perfaz um caminho interessante, no que se refere a analisar os indivíduos marginalizados e a primar por trabalhar não somente a diferença, mas a empatia. Isso se faz necessário seja para a prática educativa quanto para aprimorar o discurso historiográfico.

Outro documento apresentado pela Prefeitura do Rio Grande, durante o ano de 2020, foi o Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino: Ensino Fundamental. Por meio deste documento, tem-se uma discussão acerca de orientações e possibilidades de trabalho com os conteúdos em sala de aula. Por ser apresentado em um ano repleto de dificuldades, tal documento teve sua discussão posterior dificultada. Apesar disso, suas proposições não deixam de manter atualidade e diálogo com a realidade que o país se encontra. Em meio à Pandemia do COVID-19, uma discussão étnico-racial deveria ser feita em território brasileiro, almejando debater sobre a desigualdade perpetrada em meio à uma crise de proporções mundiais. A partir deste ponto, faz-se necessário discutir as estratégias de educação no que tange às relações étnico-raciais no Brasil. De acordo com o Documento Orientador:

[...] é importante que cada escola elabore estratégias que permitam trabalhar, de forma interdisciplinar e contextualizada, os conteúdos da cultura afro-brasileira, comunidades quilombolas, povos indígenas, povo cigano e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais. Dessa forma, o Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino se ancora na transversalidade da Educação das Relações Étnico-Raciais para as ações pedagógicas na comunidade escolar, onde se efetive por meio de projetos, experiências, desde a Educação Infantil até os Anos Finais do Ensino Fundamental e EJA, em que considere a escola, o/a professor/a, o/a estudante e o currículo em suas respectivas especificidades. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2019, p. 85).

Com base nesta contextualização, percebe-se o quão fundamental se faz, debater os conteúdos étnico-raciais nos espaços educativos. Deve-se ir muito além da compreensão de tais conteúdos como complemento ou fazê-los presentes somente nas semanas próximas do 20 de novembro. Uma prática contínua é o que o Documento apoia, devendo estas discussões permear os Anos Finais do Ensino Fundamental, almejando uma formação cidadã baseada em princípios democráticos. Tendo esses elementos em vista, nota-se que a produção do conhecimento histórico é extremamente imbricada com a sociedade civil e com a escola, acabando com certos conceitos deterministas de que a escola não participa da produção do conhecimento, ou de que a instituição está cada vez mais inconsistente com as demandas do espectro social. A escola faz parte do social, sendo peça-chave para compreender e trabalhar com conteúdo históricos, ressignificando-os e formulando novas abordagens, tudo isso a partir das interações entre os sujeitos da prática educativa.

Tendo esses fatores em vista, o ensino de História é abordado e discutido nos documentos oficiais da Prefeitura, assim como as demais disciplinas do currículo escolar, trazendo uma noção de que a preocupação acerca de como o processo de ensino-aprendizagem ocorre nas escolas da rede municipal é patente, tendo o poder municipal, um cuidado para com o trato com os componentes do currículo. Além dessas temáticas, surge espaço para os temas transversais, os quais devem ser trabalhados como parte das disciplinas escolares. Temas como orientação sexual, relações étnico-raciais, educação ambiental, ética e patrimônio devem ser desvelados dentro das disciplinas do currículo escolar, sendo importante o trabalho com tais conteúdos almejando observar aspectos primordiais de nossa sociedade. O trato com as questões de cunho étnico-racial possuem assim, respaldo no âmbito municipal, sendo seu estudo visto como imprescindível para a formação intelectual dos alunos da rede. O Plano de Estudos deixa claro que há diversidade na escola e que se faz urgente “[...] pensar e promover mudanças em direção a uma escola cidadã, comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que respeitem a contribuição de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015, p. 74). Quando se discorre sobre a necessidade de trabalhar com conteúdos étnico-raciais, um passo fundamental é dado no que se refere à promoção das identidades culturais. O município do Rio Grande é plural, sendo composto por diversas culturas e modos de vida, e se faz necessário sair um pouco do eixo eurocêntrico e observar a amplitude de elementos culturais presentes na própria cidade. Se tem pluralidade, múltiplas culturas, devendo ter ao mesmo tempo respeito e ética para discorrer sobre tais temáticas, tanto em

espaços públicos quanto privados. A escola é um espaço de ensino e nesse ambiente deve ser propagado noções embasadas em cientificidade e em conhecimentos pedagógicos concretos. Os conteúdos étnico-raciais tem esse respaldo para trabalho no município, sendo o mesmo incentivado nos documentos oficiais. Na próxima subseção, pretende-se analisar como os profissionais da educação nas escolas do município enxergam a necessidade dos conteúdos étnico-raciais, focando na História e Cultura Afro-Brasileira, assim como as visões dos profissionais da educação, principalmente, os que trabalham com a temática em sala de aula.

3.2 Práticas docentes no município do Rio Grande: profissionais da educação e o trabalho com a Lei 10.639/2003

Para o trabalho a partir de uma perspectiva antirracista é necessário tempo, paciência e principalmente, alteridade. Quando conseguimos nos colocar no lugar do outro, um grande passo é dado no que tange aos aspectos práticos e teóricos da formação do profissional-professor. Assim, a necessidade de se discutir conteúdos em uma perspectiva de respeito e de promoção da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, é premente. Documentos como “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” têm como missão a produção de um caminho coerente, almejando o trato de maneira equitativa das relações étnico-raciais. Mediante a Pandemia de Covid-19, conceitos como alteridade e reciprocidade tiveram que ser discutidos e, até mesmo, revisitados. Esse momento de forte impacto social, político e cultural desvela uma carência por um trato efetivo das culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula. Sendo assim, no relatório produzido em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, afirma-se que:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. (BRASIL, 2004, p. 10-11).

A necessidade do trato de tais conteúdos é discorrida em todo o texto do documento, o qual traz em seu cerne a promoção de um trabalho com os conteúdos étnico-raciais, formulado de maneira ética e qualitativa, almejando equidade e construção de valores sociais coesos. Esse debate acerca dos conteúdos étnico-raciais perpassa todas as esferas do ensino formal e informal. O ano de 2020, foi marcado por dificuldades e falta de acesso aos espaços de ensino, questões as quais foram expandidas a partir do ensino remoto e do acesso ao mesmo, o qual varia de acordo com os grupos sociais¹⁴. Mesmo com tais dificuldades, os profissionais da educação continuaram empreendendo suas práticas educativas, tendo em vista a necessidade de manutenção do vínculo dos discentes com os espaços de aprendizagem. Dessa forma, o trato com os conteúdos étnico-raciais continua sendo necessário e prudente para com as práticas pedagógicas nos espaços educativos. É sobre a necessidade e discussão dos conteúdos étnico-raciais que o documento das “Diretrizes” aborda, ressaltando que:

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, com promessas com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASIL, 2004, p. 12).

O discurso presente no documento é enfático no tocante à pautas como racismo e preconceito. Discute, também, a formação de professores voltada para o entendimento das diferenças e para a alteridade. Discute a necessidade do professorado educar tanto para negros quanto não-negros de maneira igualitária e voltada para o respeito e discussão de pautas étnico-raciais. Ter essa noção dos dispositivos legais, das ações afirmativas e do espaço que estes itens ocupam é de suma importância, pois é falar de direitos e deveres em sociedade. O trato com História da África e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula é um dever ético e político, devendo tais conteúdos serem trabalhados por profissionais capacitados da rede básica de ensino. Em Rio Grande/RS, esse trato com os conteúdos étnico-raciais ocorre, havendo vários profissionais que trabalham com a temática nos espaços educativos.

A partir dos relatos dos profissionais da educação que atuam na cidade do Rio Grande, podemos observar como tais conteúdos são abordados na esfera educacional no município.

¹⁴ Sobre a falta de acesso dos alunos da educação básica ao ensino remoto, ler a matéria veiculada no portal G1 “Número de estudantes negros, pardos e indígenas sem atividade escolar durante a pandemia é quase o triplo que de brancos”. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/10/numero-de-estudantes-negros-pardos-e-indigenas-sem-atividade-escolar-durante-a-pandemia-e-quase-3-vezes-maior-que-de-brancos.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2020.

Trabalhos muito interessantes e voltados para a pluralidade cultural são discutidos em sala de aula com o público discente, almejando o trato com a História da África e Cultura Afro-Brasileira. A dificuldade da presença física advinda da pandemia de Covid-19 trouxe impacto tanto para a esfera pública de ensino quanto para o desenvolvimento desta pesquisa acadêmica. Entrevistas tiveram que ser desmarcadas, cronogramas tiveram que ser alterados, debates presenciais tiveram que ser reformulados. A dinâmica de trabalho não-presencial nos foi apresentada e utilizada exaustivamente, almejando prezar a saúde, o bem estar físico e mental dos envolvidos. Sendo assim, as entrevistas realizadas com os profissionais da educação para esta pesquisa foram feitas no formato *online*. Canais como o *WhatsApp*, *Hotmail* e *Facebook* tiveram um sentido diferente durante este período, tanto para esferas mais pessoais, quanto para o empreendimento da pesquisa. Por meio de ligações de vídeo-chamada, foi possível realizar conversas com o professorado, somado aos canais de e-mail, os quais foram essenciais para o envio de documentos e material relacionado à pesquisa. Todos esses elementos foram fundamentais, pois possibilitaram um trabalho de pesquisa com qualidade e respeito às normas de segurança necessárias para a manutenção do distanciamento social.

Apesar de descobirmos novas formas de pesquisar e produzir, o produto que foi formulado a partir destas interações trouxe em seu cerne grande parte dos elementos que já haviam sido planejados, anteriormente, ao contexto pandêmico. Com base na adoção de um questionário simples, formulamos perguntas, as quais tiveram sua inspiração a partir de toda bibliografia, conversas com os profissionais da educação e entre os seus pares. Por meio de seis perguntas conseguimos sintetizar os elementos que deveriam ser discutidos de forma franca com os profissionais, que empreendem seus trabalhos na rede básica de educação. Por meio de perguntas como “Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?”, “A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?” e “Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?” conseguimos debater temas que são caros a esta pesquisa e trazer um pouco da opinião do profissional-professor para o debate. As demais perguntas tiveram uma proposta parecida, almejando manter a discussão acerca do que pensam estes profissionais, tanto para sua prática quanto para o debate educacional como um todo. Perguntas necessárias foram realizadas sendo estas: “Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação

antirracista?”, “O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?” e “Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?”. Dessa forma, foi possível estabelecer um amplo painel acerca do que produzem e do que intencionam os professores da rede municipal com seus trabalhos. É importante analisar a necessidade do formato de questionário, pois a partir do mesmo tem-se uma esfera de perguntas direcionadas e formuladas para trazer à tona questões concernentes às práticas dos educadores que atuam em Rio Grande/RS. Segundo Melo e Bianchini,

Reforçamos que o questionário não deve ser confundido com a metodologia da pesquisa realizada, pois é apenas ferramenta para colher dados dentro do estudo. E como tal, sua função não é diminuída, ao contrário, passa a ser o motor que propulsiona o andamento do estudo. Algumas pesquisas só podem ser realizadas através de questionários como meio de coleta de dados. Tomemos como metáfora um termômetro clínico (ferramenta); a aferição da temperatura de uma pessoa é apenas um dado para o diagnóstico, que será formulado pelo especialista e, dentro de um contexto. (MELO; BIANCHINI, 2015, p. 44).

Sendo assim, pode-se observar o papel empregado pelo questionário e sua necessidade no contexto global da pesquisa. Percebe-se, também, pela fala dos autores que o mesmo não funciona como metodologia, mas sim como uma ferramenta, a qual se concentra na coleta de dados para estudo. No caso desta pesquisa, utilizamos a ferramenta para debater as principais falas dos profissionais da educação e assim apresentar os posicionamentos e discussões empreendidas pelos mesmos. A partir de cinco conversas com profissionais da educação atuantes no território rio-grandino, questionários surgiram e foram importantes para a discussão empreendida nesta pesquisa. Por meio do relato de profissionais como a professora Sandra Lee Ribeiro, professora Elizabete Rodrigues de Moraes, professora Ingrid da Silva, professora Juliana Votto Cruz e Laisa dos Santos Nogueira, podemos discutir acerca de contextos escolares e realidades de alguns bairros da cidade do Rio Grande. A partir da fala destas professoras, profissionais que atuam na rede básica de educação, conseguimos discutir, compilar e formar um material para compreender as práticas realizadas por profissionais da educação do município, tendo em vista o trato de conteúdos voltados para a História da África e da Cultura Afro-Brasileira.

Tendo em vista a discussão sobre os profissionais da educação no município do Rio Grande e o impacto das práticas educacionais empreendidas pelos mesmos, trataremos nas

próximas subseções acerca das experiências e discussões de professoras da rede básica de educação. Iniciaremos com a fala de Sandra Lee dos Santos Ribeiro, passando para as explicações de Elizabete Rodrigues de Moraes, Juliana Votto Cruz, Ingrid dos Santos Costa e Laisa dos Santos Nogueira, almejando demonstrar o papel do trato com os elementos étnico-raciais nas práticas das mesmas. A partir disso, pretendemos debater as visões de mundo, os elementos metodológicos e as práticas realizadas por tais profissionais, os quais empreendem um processo de ensino aprendizagem embasado no trato com a pluralidade cultural.

3.2.1. Professora Sandra Lee dos Santos Ribeiro

Concursada na rede pública do município como agente educacional e com lotação na E.M.E.F Lilian Neves, a professora Sandra Lee dos Santos Ribeiro tem uma trajetória marcada pela educação e ocupação dos espaços de ensino. Possuindo graduação em Artes-Licenciatura e Mestrado em Educação Ambiental, a docente tem uma atuação forte nas escolas da rede escolar rio-grandina. Por meio de um trabalho voltado para a promoção da História da África e Cultura Afro-Brasileira, Sandra realiza trabalhos centrados na efetivação do debate entre os atores presentes nos espaços educativos. Através de atividades como contação de histórias, leituras, oficinas e debates, a professora traz para o âmbito educacional tudo que apreendeu durante a sua trajetória profissional; tudo que, muito de seu trabalho surge da necessidade de conscientizar e promover um debate plural. Nascida em Porto Alegre/RS, a professora Sandra reside em Rio Grande/RS há mais de 40 anos, tendo uma trajetória demarcada pela presença nos espaços escolares, desde quando começou seu caminho como agente educacional até à docência. Um relato muito interessante e que discute o sistema racista de nossa esfera educacional se faz presente na fala da educadora, a qual afirma que:

Considero o mundo como uma sala de aula aonde, muitas vezes a gente chega com um plano de aula, porém, naquele dia a sua aluna negra diz que tem cabelo ruim e que não o solta porque é zoada na escola. [...]. Eu me vi com umas asas imensas voando na direção da aluna para acolher a sua dor que também se tornou minha dor. Neste caso a teoria antirracista não dá conta sozinha porque nenhuma teoria dá conta da vida, então, neste momento a aula acontece e **a gente entra num estado de educador**, sem plano de aula porque a vida não te permite voltar atrás para planejar nada. (RIBEIRO, 2020).

Quando se discute sobre a educação étnico-racial nos espaços educativos, uma amplitude de questões são desveladas. O racismo presente na escola é latente, podendo ser apresentado em relatos de experiência, quanto vivenciado no cotidiano. A fala da professora é

marcante, demonstrando o papel do educador, o qual necessita de um aspecto prático e humanístico ligado às práticas pedagógicas que empreende. Tendo esse referencial se faz possível apresentar os conteúdos de maneira que façam surgir questionamento e discussão. Para isso faz-se necessário um trabalho voltado para a pluralidade cultural, e não somente para cumprir determinado conteúdo programático. Sandra questiona a forma como os professores trabalham os conteúdos no sentido de problematizar o direcionamento de tais ações. Deve-se produzir um trabalho que atinja os alunos, que crie percepções e formule novas formas de pensar. Relatando suas experiências, Sandra discute que:

[...] é preciso que se preste atenção à forma como esses conteúdos são abordados. Eu já presenciei trabalhos onde o objeto criado na disciplina de Artes Visuais foi um chicote e a máscara de ferro para impedir os escravizados de falar. Então pergunto: o conteúdo está sendo desenvolvido para potencializar a cultura africana ou para depositá-la no lugar da degradação? Está sendo provocada a criticidade nesses alunos a respeito da sociedade, da relação hierárquica entre as etnias estabelecida pelo capital? (RIBEIRO, 2020).

Esse relato da professora choca, pois demonstra que apesar de obtermos muitos avanços a partir da promulgação de legislação e por meio de conscientização, o caminho ainda é árduo. A cultura popular, os espaços de poder e a esfera educativa ainda se apresentam permeados por tais visões, as quais não acrescentam na discussão e manutenção de um campo democrático. Pode-se discutir sobre educação étnico-racial utilizando-se de imagens que degradam? É prudente reproduzir elementos que perpetuem estereótipos? A redação do documento “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” é afirmativa no que tange à importância de uma educação para as relações étnico-raciais descolada de estereótipos e voltada para o respeito as individualidades. Segundo o documento:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. (BRASIL, 2004, p. 14-15).

Sendo assim, percebe-se que não se combate o racismo, as más práticas educativas e toda uma problemática social em poucos passos. Tem-se um caminho, o qual é perpassado por exemplos efetivos, trato com os conteúdos de maneira plural e o respeito aos valores

humanísticos, culturais e artísticos presentes na sociedade brasileira. A professora Sandra, ao mesmo tempo que produz seus trabalhos em espaços educativos, realiza um processo de autoconhecimento e de reafirmação de suas posturas e falas. Quando se dissecar o trabalho de um professor, percebe-se que a falsa dicotomia entre prática e teoria não se sustenta. O professor tem seu trabalho imbricado de ambas as esferas, tendo o conhecimento e sua produção como chave para formação de cidadãos.

O debate sobre a educação e o trato com os conteúdos étnico-raciais se fazem presentes em legislações próprias. Por meio de leis e diretrizes educacionais tem-se um respaldo para o trato com História da África e Cultura Afro-Brasileira. Mesmo assim, a formação pedagógica e uma estrutura educacional apropriada para a manutenção de uma rede educacional voltada para o ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira ainda carece de embasamento. Mesmo com tais legislações, faz-se necessário a realização de trabalhos, a resistência cultural e um diálogo aberto com os pares da área educacional, almejando um trato efetivo dos conteúdos étnico-raciais. Quando perguntada sobre a necessidade da rede municipal empreender ações referentes ao trato com a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, Sandra Ribeiro afirma que:

Bem. Pergunto se a Rede Municipal de educação está interessada na efetiva aplicação dessas ações? Ou apenas cumprem, minimamente, o trabalho que a lei exige? Penso que, ainda não existe uma fiscalização efetiva já que as leis 10639/2003 e 11645/2008 permanecem sendo trabalhadas, na sua maioria, por *negr@s* que se engajam numa luta particular. A História da África que se conhece nas escolas é a contada pelos livros didáticos com uma visão, muitas vezes, deturpada que mostra o continente como pobre e sem nenhuma capacidade criadora, artística ou ética. (RIBEIRO, 2020).

A crítica da professora é válida no sentido que discute o espaço que os elementos africanos e afro-brasileiros possuem na esfera educativa. Considera que os mesmos não se fazem presentes em sua totalidade, principalmente devido a uma estrutura social branca, a qual privilegia os sujeitos não-negros e tenta excluir os agentes negros. Isso se reflete tanto nas tentativas de silenciamento cultural nos espaços de ensino, quanto por meio da marginalização e opressão de negros e negras na sociedade como um todo. Percebe-se na fala da professora um discurso coerente com suas práticas, além de um trabalho coeso e plural, centrado no tratamento aos conteúdos étnico-raciais. Esse componente se faz necessário, pois na área educacional discutir sobre a realidade cultural, política e social brasileira é um elemento primordial para as práticas de cunho pedagógico. Segundo as “Diretrizes”:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o

objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (BRASIL, 2004, p. 16-17).

Por meio de discussões como esta, vai se formulando um campo coeso, de proteção e de afirmação dos direitos de negros e não-negros a terem um ensino de História da África e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, em sala de aula. Esse direito é fundamental e deve ser respeitado, pois tais elementos culturais se configuram como um patrimônio e devem ser abordados nos espaços educacionais de nosso país. Como a própria Sandra afirma, o trabalho com tais conteúdos “ainda é um trabalho de formiguinha”; porém, tem um alcance único. Através do trabalho de profissionais como Sandra Ribeiro, tem-se um debate profundo sobre educação, relações étnico-raciais e racismo tanto no âmbito da Federação quanto à nível local. Partindo da realidade dos alunos, a professora trabalha e discute sobre temas voltados à pluralidade étnico-racial, formulando uma discussão única e propiciando uma prática pautada no respeito as múltiplas culturas. Segundo a professora, deve-se produzir em sala de aula, atividades que façam os alunos relacionarem sua realidade com os conteúdos étnico-raciais. Sendo assim, a mesma apresenta duas sugestões de trabalho nos espaços educativos

1 A partir dos alunos dar visibilidade às profissões exercidas nas famílias: ao cozinheiro (a), ferreiros, babá e trabalhar os Orixás como valor civilizatório e não como religião.

2 Pesquisar o nome das ruas em Rio Grande com a seguinte pergunta: onde estão os negros? Por exemplo, na COHAB IV temos a Rua Lanceiros Negros e a Rua Marinheiro João Cândido, Entrevistar as pessoas que moram nessas ruas e perguntar o que sabem a respeito dos seus nomes. Isto pode render, no mínimo, um Trabalho de Conclusão de Curso. (RIBEIRO, 2020).

Quando a professora sugere possibilidades de trabalho, está também colocando sua experiência, discutindo sobre o que acredita ser efetivo para o trato em sala de aula. Isso é fundamental, pois demonstra tanto a intenção quanto às práticas empreendidas pela profissional. Produzir em sala de aula elementos voltados à História da África e Cultura Afro-Brasileira não é uma tarefa de fácil execução. Contudo, a professora Sandra Ribeiro realiza práticas que aproximam o alunado de tais conteúdos, demonstrando de forma efetiva como os mesmos fazem parte de nossa história e devem ser imbuídos em nossos programas de ensino.

O trabalho da professora nos demonstra a possibilidade de uma produção rica em sala de aula e um caminho a ser percorrido de maneira conjunta. Sandra já produz um trabalho belo, o qual deve ser apresentado e exaltado, pois discute a Cultura Afro-Brasileira e fomenta um caminho a ser seguido: o do respeito e da alteridade. Por meio desses elementos, a professora realiza uma prática que humaniza e traz instrumentais de toda uma trajetória para os espaços de ensino, formulando um movimento de ressignificação e de pertencimento, a uma cultura e a um espaço formativo.

3.2.2. Professora Elisabete Rodrigues de Moraes

Quando discutimos sobre o trabalho de um profissional da educação, muitas questões podem passar despercebidas ou não serem ressaltadas. Um ponto importante a ser denotado é a trajetória destes profissionais da educação, almejando discutir algo particular, que faz parte de sua história de vida, que aproxima do público leitor. A professora Elisabete Rodrigues de Moraes é formada em História-Licenciatura, tendo mestrado em História da Literatura. Além de sua formação acadêmica, a professora construiu uma larga experiência profissional. Com mais de vinte anos de dedicação à rede de educação municipal, a professora atua no momento na E.M.E.F Ana Neri, uma escola localizada no âmbito rural rio-grandino, no Bairro do Bolaxa, próximo ao Balneário Cassino. Em sua carreira, a profissional já trabalhou com projetos como o PIBID-História FURG e tem uma tradição de discutir e debater em sala de aula acerca dos conteúdos étnico-raciais. Sua prática é voltada para a discussão e respeito às diferenças, trazendo valores humanísticos e sociais para a sala de aula.

Para a professora Elisabete, a apresentação das temáticas de História da África e Cultura Afro-Brasileira foram sendo progressivamente ampliadas em sala de aula desde a promulgação da Lei 10.639/2003. Sendo assim, percebe-se um esforço de produção de materiais didáticos e pedagógicos voltados para o trato com os conteúdos étnico-raciais nos espaços escolares. Para a mesma, tem-se um caminho já trilhado e bem embasado no respeito à diversidade e pluralidade cultural mas, ainda, existem muitas esferas a serem atingidas. Por meio das políticas de ações afirmativas, tem-se um respaldo maior para discussão e trato com a História da África e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula. A partir da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, tem-se uma possibilidade mais ampla de trato com os conteúdos étnico raciais, tendo uma obrigatoriedade de trato a ser cumprida. Através destas leis, o trato com a Cultura Afro Brasileira e História da África, assim como de História e Cultura Indígena, tornam-se de cunho obrigatório nos estabelecimentos de ensino, havendo a necessidade da

discussão nos espaços educacionais. O trato destes conteúdos é fundamental, pois os mesmos surgiram a partir de políticas públicas fomentadas pela sociedade civil. A redação do Estatuto da Igualdade Racial prega a necessidade de um tratamento voltado para a equidade, em todas as esferas da sociedade. Segundo o Estatuto, que já em seus primeiros artigos, destaca que:

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira. (BRASIL, 2010).

Através desses artigos percebemos um assunto que sempre está em pauta: a desigualdade presente na sociedade brasileira. O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010, tenta preencher este vão, formular um mecanismo que regularize a necessidade de promoção da igualdade no espectro social. Em um país no qual a pandemia de Covid-19 tem ceifado milhares de vidas negras¹⁵, o Estatuto ainda se faz presente como um mecanismo de resistência e de demonstração da necessidade de conscientização. Deve-se ter noção, ainda, do papel que o Estatuto afirma no tocante à dividida histórica permeada na história de nosso país. Um país forjado no processo de escravização e de apagamento do papel de negros e negras dos espaços de sociabilização deve ter um trabalho ativo no processo de autocrítica e discussão de sua realidade. Quando se debate o tema como um “dever” do profissional da educação, a professora Elizabete afirma acreditar em outro termo: consciência. Que partindo de uma conscientização advinda de trabalho e discussão, os próprios sujeitos do processo educativo irão fomentando práticas voltadas para uma educação das relações étnico-raciais. Segundo Elizabete:

Nossa população na época da chegada dos europeus, era indígena. Nossa consciência histórica nos lembra que populações indígenas foram perseguidas e exterminadas. Que os escravizados, construíram nossa nação por quase quatrocentos anos e que após a Abolição, foram abandonados sem terras, sem salários, sem educação, sem o mínimo de dignidade. A

¹⁵ Em uma entrevista do G1 tem-se a noção da proporção de pretos que morrem em São Paulo de Covid-19. A matéria de Carolina Dantas tem a manchete “Pretos têm 62% mais chance de morrer por Covid-19 em São Paulo do que brancos” e foi veiculada pelo Portal G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/28/pretos-tem-62percent-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-do-que-brancos.ghtml>>. Aceso em 12 set. 2020.

consciência disso tudo, nos leva a reconhecer a dívida histórica do país em relação a esses grupos e nos sensibiliza a cumprir nosso papel na sala de aula, enquanto educadores conscientes e comprometidos na construção de uma educação mais justa e inclusiva. Por isso, antes de exigir do educador, acredito que precisamos educá-lo, através de formação continuada, cursos de especialização, grupos de estudo e pesquisa, etc. O resto virá como consequência. (MORAES, 2020).

A professora afirma a necessidade de se reconhecer todos os processos de expropriação de identidade e de liberdade praticados pelos agentes escravizadores brancos e que isto deve perpassar por todo um processo educativo. A conscientização e o entendimento de uma dívida histórica deve perpassar o processo educativo e se tornar um elemento motivador do debate e não engessador. A História e a Cultura Afro-Brasileira devem ser percorridas em sala de aula almejando compreender processos sociais e culturais e esmorecer com a desigualdade. O que se pretende não é alcançar um feito impossível como a igualdade plena, mas sim fomentar um processo de equidade, trazendo por meio de documentos e políticas, direitos sociais. Por isso, a necessidade de um ensino pautado na pluralidade cultural e no trato com os conteúdos étnico-raciais. A rede de educação básica deve estar alinhada com tais posicionamentos, objetivando um trato efetivo para a educação das relações étnico-raciais, tendo em vista todo o construto social que se apresenta em território nacional. Segundo a professora Elisabete, a rede municipal rio-grandina tem apresentado um trabalho positivo de formação e discussão com o professorado da cidade. De acordo, com a referida docente:

Tenho observado que a rede municipal tem cumprido seu papel nesse sentido através da cobrança de relatórios junto aos professores, implantação de projetos de ensino referentes ao tema, divulgação de exposições, programas e eventos educativos que venham a contribuir na formação dos seus professores. Realmente acredito que esse seja o melhor método, incentivando e desenvolvendo parcerias. Penso que uma cobrança no sentido de “forçar” ou “obrigar”, pode causar algum tipo de aversão, o que prejudicaria tudo o que foi construído até aqui. Claro, da forma que está sendo feita, o resultado é mais lento. Entretanto, mais eficaz pois reconhece as limitações dos educadores, oferece formação continuada e mostra que é possível trabalhar de forma consciente e prazerosa. (MORAES, 2020).

A partir de suas vivências na rede municipal de ensino, Elisabete acredita que estão sendo empreendidas ações positivas pela Secretaria de Educação, no que se refere ao trato com a História da África e a Cultura Afro-Brasileira nos espaços educativos. É necessário observar como os profissionais da educação avaliam o trabalho que é feito nas rede pública, almejando um diagnóstico mais completo e eficaz. Assim, pode-se discorrer acerca dos erros e acertos que se apresentam nos discursos e práticas das unidades de ensino. Para a professora,

eventos e encontros que incentivem a construção de práticas voltadas para os conteúdos étnico-raciais se apresentam como espaços de formação necessários, pois produzem percepções e incentivam um número maior de professores a trabalharem a partir de tais temáticas.

Definir um formato único para a construção de conteúdos e produções em sala de aula não é algo possível. Várias metodologias de trabalho podem e devem ser empreendidas, almejando sempre um local de diversidade e equidade, promovendo o respeito e a alteridade. Materiais voltados para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira devem ser apresentados e produzidos almejando abranger grupos sociais e não promover estereótipos. A professora discute a necessidade de um trabalho que promova equidade e respeito. Segundo Moraes:

A primeira metodologia que utilizo é a abordagem de temáticas que valorizem a cultura e História afro brasileira e indígena. E como se faz isso? Induzindo a pesquisa sobre aspectos específicos relacionados, produzindo com os alunos material artístico referentes, oportunizando conversas e conscientização sobre, etc. Acredito que a forma mais eficaz seja mesmo partir da valorização de elementos culturais. Isso desperta a curiosidade, mostra o belo e a diversidade, e assim, torna a temática atrativa. O aprendiz precisa passar por uma espécie de “encantamento” pelo seu objeto de estudo. Assim, a troca de saberes se torna significativa. A sensibilização e empatia, virão naturalmente como consequência. (MORAES, 2020).

A fala da professora é fundamental no que tange à discussão das relações étnico-raciais. Por meio de uma proposta que sensibilize e traga elementos lúdicos (principalmente com os educandos do Ensino Fundamental), o alunado consegue aprofundar suas percepções e realizar um debate que traga impacto para o trato com a cultura afro-brasileira. A professora Elisabete discute sobre suas produções em conjunto com os discentes trazendo trabalhos de produção de artefatos como colares, máscaras, além da contação de histórias e produções escritas relacionadas à pesquisa sobre etnias e culturas indígenas e afro-brasileiras. Todo o trabalho da professora Elisabete é formulado de maneira colaborativa. Em suas aulas, a professora traz convidados para debaterem acerca de suas vivências e para realizarem dinâmicas em sala de aula. Seja por meio de oficinas ou de conversas, os convidados que a professora traz para sala de aula formulam uma discussão profícua, a qual é contextualizada pelos conteúdos abordados durante as aulas. Sendo assim, por meio de seu trabalho, a docente Elisabete Rodrigues de Moraes realiza não somente o cumprimento da legislação, mas um debate marcado por um olhar voltado para o tratamento com a diversidade e com os conteúdos étnico-raciais. Deve-se observar que através de sua produção, a professora

consegue trazer um enfoque central para o trabalho com a História da África e Cultura Afro-Brasileira, pois discute por meio de uma ótica de respeito e da equidade, promovendo assim um trabalho que integre e que faça despertar respeito e atenção por parte dos educandos.

3.2.3. Professora Ingrid Oliveira Santos Costa

O trabalho do profissional da educação é fundamental tanto para a unidade escolar que trabalha, quanto para a rede escolar em sua totalidade. Mediante atuação na parte administrativa da rede educacional, novos olhares vão sendo formulados. A visão gestora e organizacional torna-se afluente, a medida que o professor vai adentrando em outras esferas concernentes ao ensino. Parte da trajetória da professora Ingrid é demarcada pelo trabalho com os conteúdos étnico-raciais, seja em sala de aula na Rede Estadual ou na esfera organizacional, na Secretaria Municipal de Educação (SMED) Rio Grande. Graduada em Pedagogia Séries Iniciais e Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau pela FURG – Universidade Federal do Rio Grande (1994), Pós-graduada Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (2001) e Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UNINTER)¹⁶, a professora Ingrid tem toda uma trajetória marcada pelo papel da educação e pelo trato com a História da África e Cultura Afro-Brasileira nos espaços educativos. Por meio de sua prática a professora participa de projetos importantes, que ressaltam o papel da Cultura Afro-Brasileira e sua necessidade no município do Rio Grande. Através do Projeto Boneca Africana Rana, Ingrid tem apresentado seu trabalho em diversos espaços educativos em território rio-grandino, demonstrando o potencial de uma educação voltada para o multiculturalismo. Atualmente a professora, além de atuar em sala de aula na rede básica estadual, faz parte da Secretaria Municipal de Educação como Assessora Pedagógica das Relações Étnico-Raciais e Ensino Religioso, tendo como função fomentar e discutir pautas voltadas para os conteúdos étnico-raciais nas unidades da rede básica do município.

Com experiência advinda tanto do contato com a sala de aula, quanto com os espaços de formação da rede municipal, a professora Ingrid tem uma compreensão sobre como a rede municipal de educação empreende políticas educacionais voltadas para o multiculturalismo e equidade racial. Atuando na rede de educação básica do município, além de realizar oficinas, projetos e contação de histórias nos espaços educativos, a profissional consegue observar

¹⁶ Acessar o currículo Lattes da professora Ingrid no endereço: <<http://lattes.cnpq.br/8408687740104645>>.

como as políticas públicas vão sendo implementadas e discutidas pela SMED, tendo em vista sua atuação em conjunto com o órgão. Quando perguntada se as políticas públicas da esfera de poder federal refletem na rede municipal rio-grandina, a professora afirma que:

Durante alguns anos, em alguns governos, era possível acessar informações, materiais, formações para professores junto a SEPPIR. Porém, com a necessidade de adesão em alguns programas exigindo muita burocracia e atenção dos órgãos municipais, até o momento, não se tem participação da SMED nesses programas. (COSTA, 2021).

A fala de Ingrid se apresenta fundamental para a discussão dos principais aspectos do trabalho com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula, em Rio Grande. Partindo da afirmação da professora, percebe-se que a questão da burocracia tem um peso crucial na participação e inclusão da rede básica de ensino em políticas públicas da esfera federal. Deve-se observar que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi formulada com um dever de fiscalizar e auxiliar no trato com a igualdade racial e o multiculturalismo, mas em alguns casos, devido a questão burocrática, acabou se afastando de sua concepção original¹⁷. Segundo redação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais:

O governo federal, por meio da Seppir, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal. Além disso, busca a articulação necessária com os estados, os municípios, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro. Para exemplificar esta intenção, cabe ressaltar a parceria da Seppir com o MEC por meio das suas secretarias e órgãos que estão imbuídos do mesmo espírito, ou seja, construir as condições reais para as mudanças necessárias. (BRASIL, 2004, p. 8).

A SEPPIR tem um fim prático, pois almeja o desenvolvimento pleno da população negra em diversas esferas sociais. No caso relatado pela professora, a mesma percebe entraves burocráticos, os quais tornam a efetivação dos laços com a Secretária Especial impossibilitada. Deve-se analisar que cada componente da federação é responsável pela efetivação e composição das políticas de cunho social. Sendo assim, pode-se apreender que mesmo com dificuldades na sua inserção nas esferas municipais, a ideia de ter uma Secretaria

¹⁷ O texto de Márcia Lima “Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula discute sobre a formação da Seppir e seu Histórico” discute sobre o histórico da Seppir e sua gênese. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/nec/a/P7jQbyjZbNLcfvRFFjgCkCp/?lang=pt>>. Acesso em 26 ago. 2021.

voltada para as questões étnico-raciais é um ponto significativo na história política brasileira. E, dessa forma, a professora Ingrid vai pautando suas posições, com olhar crítico de uma profissional da educação, que embasa suas práticas nas demandas dos educandos e nas vivências de sua trajetória educacional. Sendo assim, faz-se interessante observar a prática pedagógica da professora no que se refere aos espaços educativos e, quando indagada acerca de suas práticas e se as mesmas tem por base uma educação antirracista, Costa afirma que:

Fundamento minha prática numa perspectiva da Diversidade Cultural no âmbito das ciências humanas (antropologia, educação histórica, multiculturalismo) buscando um compromisso educacional democrático em concepções críticas, emancipadoras, amplas e formativas, a fim de atuar, intervir, de transformar a dinâmica social. Procuro sempre construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva. (COSTA, 2021).

Quando discorre sobre sua prática educativa, a professora traz as principais pautas que trabalha em sala de aula. Além de discorrer sobre o trato com a diversidade cultural, a professora Ingrid demonstra os elementos que utiliza para realizar essa construção coletiva. Por meio da conversa entre disciplinas das ciências humanas, a professora utiliza de teorias e aspectos metodológicos para fomentar debates voltados para a compreensão da diversidade cultural brasileira. Pauta, também, a questão de que há um fim para o estudo de tais assuntos: atuar, intervir, transformar dinâmicas sociais. É interessante observar que a feitura dos trabalhos da professora tem por base uma dinâmica de promoção dos conteúdos étnico-raciais, mas também tem um fim importante. Mediante o que é formulado em sala de aula, tem-se uma intervenção na realidade, almejando transformar a dinâmica social. É neste ponto que reside a necessidade do trabalho com a História da África e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula, a mudança da realidade e a compreensão dos mecanismos sociais presentes na mesma.

Amplificando o escopo do debate observamos o que a professora, sendo ao mesmo tempo uma profissional da educação e integrante de um espaço de condução de políticas públicas observa acerca dos esforços na rede municipal. Para a mesma, existem pontos positivos; porém, não se pode generalizar acerca de toda uma classe de professores. Na cidade do Rio Grande existem diversos contextos sociais, os quais devem ser observados de acordo com a cultura escolar local. Quando discute-se sobre os conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina, a professora Ingrid ressalta que:

Não podemos afirmar que toda a rede como um todo desenvolva os conteúdos de matriz africana em todas as disciplinas e durante todo o ano. Reconhecemos esforços e trabalhos de escolas e profissionais que atentam com maior compromisso em atender a Lei 10639/2003. Ainda é necessário avançar muito, é pertinente que haja mais participação dos profissionais em

formações com a temática, por exemplo. Contudo, é necessário estimular, facilitar, oferecer e proporcionar condições para que isso aconteça. É necessária uma vontade política de todos os segmentos, setores, gestores para que realmente isso aconteça e não apenas uma vontade pessoal e individual dos interessados pelo tema. (COSTA, 2021).

A educadora discute sobre a rede educacional rio-grandina e como são trabalhados os conteúdos de matriz africana nas disciplinas escolares. Ela denota que não se pode afirmar que os profissionais da rede, como um todo, trabalhem os conteúdos étnico-raciais em sala de aula. Ela demonstra que muitos têm seus esforços reconhecidos no trabalho com a temática; entretanto, se faz necessário estímulo e condições para mais ações dos professores voltadas para o trato com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula. E que não é somente a vontade individual, mas sim um trabalho coletivo que se faz necessário para estreitar a discussão e os ambientes pelos quais a mesma perpassa. Quando chegamos na última pergunta do questionário surge a questão das políticas públicas e se as mesmas podem ter um efeito de mudança no que tange ao racismo estrutural. Para a professora a resposta é afirmativa, pontuando que:

Sim, acredito que um caminho viável e que chegaria mais próximo de uma mudança, mesmo que a longo prazo, seria pelas políticas públicas, por isso perpassa pela vontade política de dirigentes para fomentar e dar condições para que haja de fato um engajamento de toda a sociedade para que se efetive uma educação antirracista em todo o âmbito escolar, refletindo em mudança como um todo na sociedade brasileira. (COSTA, 2021).

Sendo assim, temos um panorama geral acerca do pensamento da professora Ingrid Costa, uma profissional responsável por promover e engajada no trato com os conteúdos étnico-raciais na rede básica de educação rio-grandina. Além dessas questões, a educadora trouxe como proposta, algumas das atividades que estão sendo desenvolvidas pela SMED Rio Grande, seja em palestras ou em cursos de formação para os professores. Segundo a professora Ingrid, faz-se necessário exemplificar as ações:

[...] que a Secretaria de Município da Educação (SMED) tem realizado nos últimos anos para promover a Igualdade Racial no âmbito escolar, tendo como base a Lei 10639/03 e o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais:

- Ações em todo o município no mês da Consciência Negra – Novembro Negro.
- Homenagem às escolas e professores que desenvolvem atividades com a temática durante todo o ano.
- Jornada Pedagógica para a Educação das Relações Étnico-Raciais na educação Infantil.

- Ciclo de Oficinas, Palestras, Cursos, Fóruns, etc voltadas para a qualificação, capacitação e formação de professores, profissionais da área de educação e comunidade em geral.
- Manter uma Assessoria técnica específica permanente para o atendimento às escolas para assessoramento à inclusão étnico-racial.
- Praça Negra – atividade desenvolvida no dia da Consciência Negra numa praça da cidade estimulando a participação da comunidade e escolas, seja com apresentações artístico-culturais, assim como, visitações.
- Produção de material que valorizam as especificidades locais visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais. (COSTA, 2021).

Através das atividades acima descritas, tem-se exemplos do trato com os conteúdos étnico-raciais nos processos formativos do município. Em Rio Grande, percebe-se ações efetivas na discussão da História da África e de Cultura Afro-Brasileira nas unidades educacionais. Partindo da fala da professora Ingrid, foi possível observar como os trabalhos com Cultura Afro-Brasileira são empreendidos em sala de aula, assim como constatar o papel dos gestores na Secretaria de Educação, os quais têm papel fundamental na fiscalização e cumprimento de leis e decretos, sejam municipais, estaduais e federais. Sendo assim, percebe-se o quão fundamental se fazem as múltiplas esferas da educação pública, pois as mesmas em conjunto formulam todo um sistema coeso e efetivo, o qual constrói práticas pedagógicas voltadas para o respeito a diversidade cultural e a pluralidade presente no espectro social.

3.2.4. Professora Juliana Votto Cruz

Quando se pensa uma prática educativa voltada para a discussão e o respeito aos modos de vida e singularidades, tem-se uma ampliação do campo democrático. Fomentar discussões e incentivar a pluralidade cultural produz efeitos notáveis, sendo um elemento positivo para o espectro social. Ter profissionais da educação que sejam conscientes de seus papéis e os exerçam de maneira a acolher a comunidade escolar com a qual trabalham é uma questão essencial para a prática educativa. A professora Juliana Votto Cruz tem uma trajetória marcada pelo respeito a pluralidade de crenças, culturas, gêneros e convicções políticas. Graduada em História Licenciatura Plena e Mestre em Letras, a professora Juliana tem uma trajetória demarcada pela educação pública e pelo acesso aos espaços educativos na esfera municipal. Juliana faz parte do corpo docente da rede municipal desde 2009, atuando no momento na E.M.E.F. Professor Eliézer de Carvalho Rios e E.M.E.F. Dolores Garcia. Além dessa bagagem, a educadora formulou o projeto denominado “África, prazer em conhecer”, no qual discutia os olhares acerca do continente africano com seus alunos. Posteriormente, em

2015, editou o livro “África, prazer em conhecer”, trazendo os resultados de seu trabalho com seu alunado durante o projeto de mesmo nome. Como professora de História, Juliana acredita na necessidade de um olhar crítico para discussão de uma amplitude de pautas nos espaços de ensino. Adentrando no assunto das políticas públicas do governo federal e sua relação com o que é apresentado na rede básica municipal, Juliana é enfática o afirmar que:

Atualmente, o que o governo federal faz com relação à cultura africana e afro-brasileira no país é um desserviço, sobretudo através da atuação do presidente da Fundação Palmares, que, a despeito da própria negritude, nega o racismo e deslegitima o papel de lideranças e personalidades negras brasileiras de grande importância. Não vejo qualquer incentivo ou estímulo ao cumprimento das leis ou fomento a projetos que tenham como tema elementos de matriz africana. (CRUZ, 2021).

A fala de Juliana é sintomática do que vem sendo apresentado na gestão da Fundação Palmares e no governo federal¹⁸. Tem sido fomentada uma deslegitimação do trabalho do Movimento Negro Brasileiro, e até mesmo, uma negação de seu papel histórico e político mediante a sociedade brasileira¹⁹, seja nas palavras de Sérgio Camargo (presidente da Fundação) ou até mesmo na manutenção e fiscalização pelas demais esferas do governo federal de políticas públicas e de reparação. Em casos de violência severa, como o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em Porto Alegre, no mês de novembro de 2020, no mercado *Carrefour*, o presidente da república e o vice-presidente escolheram um tom de negação, minimizando a realidade de violência e de exclusão da população negra, no Brasil²⁰. Faz-se interessante observar como os veículos de comunicação lidam com o assunto, pois os mesmos podem silenciar ou debater sobre a realidade e acontecimento presentes no cotidiano. Segundo o jornalista Jamil Chade:

A agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para Direitos Humanos critica o negacionismo do governo brasileiro diante do "racismo estrutural" no país. Num recado claro à cúpula no Palácio do Planalto, a entidade insiste que as autoridades precisam reconhecer o problema da discriminação como "primeiro passo" para lidar com a realidade.

Para a ONU, a morte de João Alberto Silveira Freitas, ocorrida na semana passada numa loja do Carrefour, mostra como reformas são "urgentes" e

¹⁸ Faz-se necessário consultar a Lei de criação da Fundação Cultural Palmares, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm>. Acesso em 15 ago. 2021.

¹⁹ Para mais informações faz-se interessante acessar a reportagem do portal G1, com a manchete “Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, chama movimento negro de 'escória maldita' em reunião”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/sergio-camargo-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-em-reuniao.ghtml>>. Acesso em 10 jan. 2021.

²⁰ Sobre a reação do presidente Bolsonaro ao caso João Alberto acessar a reportagem de *Isto É* com a manchete “Após morte no Carrefour, Bolsonaro diz ser daltônico: ‘todos têm a mesma cor’”. Disponível em: <<https://istoe.com.br/apos-morte-no-carrefour-bolsonaro-diz-ser-daltonico-todos-tem-a-mesma-cor/>>. Acesso em 10 jan. 2021.

cobra a liderança do país a mudar seu comportamento... (CHADE, 2020).

Se faz necessário realizar uma cobrança acerca de posicionamento. Quando atos de violência e de exclusão são cometidos de maneira naturalizada, tem-se que manter uma corrente de debate que se aprofunde, que construa novas formas de pensar. A professora Juliane discute isso, principalmente, no que se refere aos impactos do racismo estrutural, em nossa sociedade. Quando discute sobre uma educação antirracista em sala de aula, a profissional da educação reflete com propriedade, trazendo suas visões de mundo e experiências no campo educacional. Segundo Juliana:

Todos os dias do ano letivo busco ter como objetivo uma educação antirracista, antimachista, antifascista, anticapacitista, anti-homofóbica e contrária a toda e qualquer forma de preconceito social. Isso pauta meu discurso diário, educa meu olhar, orienta minha fala e minha conduta em sala de aula. Implica estar sempre atenta, disponível, aberta e vigilante. Fora isso, e especificamente com relação à questão do racismo, busco propor atividades durante todo o ano letivo que estimulem o debate sobre o tema, provocando discussões, realizando projetos, oferecendo conteúdo de qualidade e estimulando o protagonismo e a expressão livre dos estudantes afrodescendentes e de lideranças negras que possam auxiliar meu trabalho. (CRUZ, 2021).

É interessante observar como os profissionais da educação discutem suas práticas pedagógicas. Através dessa discussão pode-se analisar questões concernentes aos professores e acerca das possibilidades de trabalho dos mesmos. A professora Juliana constrói suas interações em sala de aula com base em uma educação voltada para o trato com a pluralidade cultural, étnica e religiosa, tendo em vista o público com o qual trabalha nas escolas do município. Quando perguntada se os conteúdos de matriz africana são trabalhados de forma efetiva em sala de aula, a professora tem uma resposta bem concisa; ela acredita que o trabalho ocorre, porém não como algo contínuo. Juliana afirma que:

[...] acho que se faz muita coisa de excelente qualidade próximo a datas comemorativas. E muito pouco ao longo do ano. Isso me faz pensar que o conteúdo da legislação não foi ainda totalmente assimilado pela maioria dos colegas professores. Outro ponto importante se refere ao local de fala. Apesar de defender que pessoas negras tenham total prioridade na abordagem da temática, acredito que todo professor tem como direito e dever realizar atividades e projetos com o tema, independente de como manifesta, entende e/ou declara sua cor de pele. Digo isso porque fui bastante questionada (por lideranças negras) por ser branca e escolher trabalhar com a cultura negra. (CRUZ, 2021).

Na visão da educadora, ainda, faltam elementos para tornar o trato com os conteúdos de matriz africana um componente que perdure por todo o ano letivo. Sendo assim, o caráter

pontual acaba demonstrando que nem todos os profissionais da educação conseguiram assimilar as legislações acerca da temática. Além disso, a professora discute sobre o cuidado acerca da pauta do local de fala. Discorrendo sobre o assunto, ela afirma que é necessário dar prioridade à pessoas negras que discutam sobre o assunto; porém, acredita na necessidade de trabalhar com tais pautas, independentemente da cor de pele. Faz-se interessante observar o conceito de Djamila Ribeiro, sobre o papel do local de fala e a necessidade de se discutir esta pauta. Segundo a autora:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p. 39).

Realizar estas observações se faz necessário até mesmo para trazer uma noção mais concreta sobre os componentes presentes nos discursos produzidos na atualidade. Em meio a uma realidade demarcada por mídias sociais digitais e por novos hábitos de consumo da informação, a necessidade de acurar o debate e mantê-lo nas esferas do campo democrático é um dever dos profissionais da educação como cidadãos. Adentrando no debate, a professora Juliana discorre sobre as políticas públicas e a relação das mesmas com o esmorecimento da racismo estrutural. Segundo ela, tais políticas podem até serem efetivas para mudanças nas entranhas do racismo estrutural; contudo, acredita que ainda há muito a ser revisto e trabalhado. A professora discorre que tais políticas podem mudar certas atitudes e discursos mas crê,

[...] que estamos bem distantes disso ainda. Promover e oferecer reais espaços de discussão e debate com conteúdo de qualidade entre os estudantes é, na minha opinião, a forma mais eficaz de instrumentalizar as novas gerações, para que sejam multiplicadores da não-violência e para que lutem contra todas as formas de opressão a partir de um sentimento profundo e bem fundamentado de pertencimento e valorização das culturas africana, indígena e afro-brasileira. O racismo estrutural, como o nome já diz, baseia nossas relações sociais e apenas um trabalho de base e cotidiano é capaz de neutralizar tal fenômeno. É algo que vai acontecer na longa duração. (CRUZ, 2021).

Segundo Juliana, é necessário uma prática embasada nas políticas educacionais implementadas pelo governo federal. A professora acredita ser necessário um trabalho de base, feito cotidianamente, para assim acontecer algo efetivo no que tange a longa duração. O racismo estrutural é muito marcado em nossa sociedade, sendo de extrema dificuldade realizar um trabalho que finde com tal problemática. Partindo de seu Projeto “África, prazer em conhecer”, a professora exerceu por meio de sua prática uma discussão com os alunos acerca do continente africano. Em um projeto contínuo, perdurando o ano letivo, se pode realizar trabalhos em grupos, com produções escritas e embasadas no trato com a pluralidade cultural do continente. A professora discute seu projeto com um exemplo do que produz de forma crítica em suas interações em sala de aula. Este é um bom exemplo do que vem sendo realizado nas salas de aula do município e deve ser ressaltado. A partir de debates e realização de produções escritas coesas, podemos levar adiante uma proposta de compreensão do continente africano em sua pluralidade e observá-lo como algo heterogêneo.

3.2.5. Professora Laisa dos Santos Nogueira

O debate educacional deve ser tencionado pela pluralidade de vozes e de ideias. Por meio de práticas pedagógicas diversas, tem-se um debate educacional efetivo, o qual deve ser permeado pelo fomento do campo democrático. Ter a noção da importância da pluralidade de culturas e de credos é fundamental para uma prática educativa ética e embasada no combate aos preconceitos. A professora Laisa dos Santos Nogueira, tem uma trajetória baseada no trato com a pluralidade e com o envolvimento no ensino de História. Formada em História-Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com especialização em História do Rio Grande do Sul pela mesma instituição, possui também a titulação de mestre em Educação, a qual foi obtida pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A professora faz parte do quadro de professores da Prefeitura Municipal do Rio Grande, completando 10 anos como docente de História dos anos finais do ensino fundamental. No momento, atua na unidade E.M.E.F. Porto Seguro, localizada no bairro Parque Marinha, tendo por meio de suas atividades, uma forma de produzir suas percepções e fomentar processos educacionais.

Discutindo sobre sua prática, a professora Laisa demonstra seus posicionamentos e o que acredita ser fundamental na produção de uma educação antirracista. Quando perguntada acerca da efetividade das legislações voltadas para o trato dos conteúdos étnico-raciais no Brasil, a professora acredita que as mesmas não são cumpridas em sua totalidade. Ela afirma

que mesmo com a necessidade de tais dispositivos legais, o cumprimento dos mesmos ainda é deficitário. Partindo para a esfera municipal, no entender da professora, a resposta não é muito diferente. Quando discute-se sobre a fiscalização das leis e sobre o empreendimento de ações por parte da rede de educação municipal, Laisa é direta em sua resposta, ao mencionar que:

Fiscalizar certamente não. Agora, vejo como necessária a criação de uma equipe de trabalho dentro da Secretaria de Educação que possa se dedicar diariamente a empreender ações e desenvolver projetos que busquem a implementação de práticas condizentes com a Lei 10.639/03 em todas as escolas da rede de forma institucional. A Assessoria das Relações Étnico-Raciais, apesar do excelente trabalho da Profa. Ingrid, não foi capaz disto. (NOGUEIRA, 2021).

É fundamental observar as falas do professorado, pois a partir das mesmas, pode-se apresentar um diálogo de qualidade e embasado nas visões dos profissionais da educação básica. A professora Laisa acredita que uma fiscalização não deveria ser empreendida, mas mais atividades deveriam ser realizadas pela Secretaria de Educação. E isso perpassa tanto a formação continuada quanto ao desenvolvimentos de projetos dentro e fora das unidades escolares, sendo necessário almejar um tratamento coeso com os conteúdos étnico-raciais. De acordo com Laisa, a situação no computo geral não é muito positiva, apesar do trabalho de extrema qualidade realizado por diversos profissionais da educação na cidade. Quando perguntada acerca do trato sobre os conteúdos étnico-raciais pelos profissionais rio-grandinos, a professora afirma que:

Muitas vezes o trabalho do professor esbarra na escassez de recursos e materiais didáticos para trabalhar com determinados objetos de conhecimento – mesmo alguns que o próprio Documento Orientador Curricular do Território Riograndino menciona. Cursos como "Educação das relações étnico-raciais em meio à pandemia do COVID-19", ofertado pelo Observatório das Relações Étnico Raciais da FURG, parecem-me, suprem parte das necessidades dos professores e buscam minimizar as dificuldades enfrentadas por aqueles/aquelas que se propõem a trabalhar com o que chamamos de “conteúdos de matriz africana”. (NOGUEIRA, 2021).

A fala da professora é muito sintomática das discussões sobre a realização de atividades voltadas para o trato com os conteúdos de matriz africana. A falta dos recursos para trabalhar com esses conteúdos se apresenta em alguns contextos, devido a questões como logística, distribuição e até mesmo pelo baixo interesse das equipes diretivas. Apesar disto, estes dispositivos são regulamentados por Lei e tem a possibilidade de serem trabalhados em sala de aula. Documentos como o Plano de Estudos Ensino Fundamental – Anos Finais – e o Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino, apresentam disposições que

aproximam tais conteúdos das práticas pedagógicas diárias e aproximam os mesmos da sala de aula. De acordo com tais documentos, o trato com os conteúdos étnico-raciais deve ser aproximado do currículo escolar, assim como do Projeto Político Pedagógico das instituições. Segundo o Documento Orientador,

[...] considerando a pluralidade do espaço escolar na busca pela garantia dos direitos expressos nas leis anteriormente citadas, bem como descrito no quadro com Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é imprescindível que o projeto político pedagógico firme estratégias, tanto de formação de professores/as quanto de ações pedagógicas cotidianas, apontando práticas permanentes na perspectiva de um currículo que valorize a equidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2019, p. 87).

A partir dessa linha de pensamento, observamos que no território rio-grandino, tem-se uma noção da necessidade dos conteúdos étnico-raciais e da importância de seu trato em sala de aula. Quando tem-se um diálogo destes a partir das esferas de poder municipais, uma porta já se encontra aberta para uma discussão mais aprofundada nas unidades educacionais. Através destes documentos, tem-se possibilidades circunscritas no campo democrático, sendo de suma necessidade tais legislações versando sobre equidade, pluralidade cultural e questões étnico-raciais. Deve-se observar que, por meio do debate e da discussão em sala de aula, assuntos que perpassam toda organização social vão sendo apresentados. Faz parte da prática do professor discorrer sobre esses assuntos, pautá-los, tendo em vista a necessidade de um olhar crítico, abarcando o alunado e fomentado sua curiosidade e dando espaço para suas manifestações. Quando discute sobre sua prática, a professora demonstra a necessidade de ser enfática mediante situações de racismo e de opressão. Discorrendo sobre uma prática antirracista, Laisa afirma que aposta na:

[...] postura de que uma educação antirracista empreendida por um professor deve começar pelo respeito que se demonstra perante os estudantes e que se exige em todas as relações que são mediadas naqueles minutos que estamos com a turma. Esse é o meu começo. Não posso tolerar qualquer forma de discriminação nestas relações que citei, sejam elas diretas ou sob alegação de “brincadeira” ou “intimidade”. Para além disso, é preciso evidenciar que o racismo está presente no dia-a-dia, sem deixar qualquer possibilidade de dúvida sobre a sua existência ou sobre a [falsa] ideia de igualdade de oportunidades. Vejo que a partir daí é possível estabelecer um diálogo direto com os estudantes sobre a questão. (NOGUEIRA, 2021).

Mediante a fala da professora, apresentam-se elementos que remetem às salas de aula e seus aspectos sociais. O diálogo e o espaço livre para manifestações dos alunos é necessário, tanto quanto a oportunidade de problematização e discussão acerca de questões raciais ou culturais. Falas ou posturas que afetem as relações dentro dos espaços educativos ou até

mesmo que firam direitos básicos, devem ser debatidas, mesmo que isto custe minutos de aula, pois fazem parte de todo um dever cidadão e educacional. Além disso, como pontuado pela professora, deve-se evidenciar o racismo do dia-a-dia, não abrindo espaço para dúvida, ou até mesmo, para a permissividade. Deve-se pensar no processo educativo como um mecanismo de formação para a cidadania. Todos os entes participantes dos processos educativos devem-se sentir-se pertencentes e valorizados, almejando uma promoção da equidade nas relações diárias. Faz-se importante observar que essa demanda é parte de todo o espectro social e deve ser ativamente fomentada por meio de entidades sociais, escola e legislação. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tal discussão é embasada trazendo uma conceitualização acerca das relações étnico raciais e de seu trato. Segundo o documento:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (BRASIL, 2004, p. 13).

É fundamental observar como no documento é discutida a pauta do trato com as relações étnico-raciais. Através dessa pauta, tem-se a possibilidade da educação para com o trato das diferenças étnico-raciais e da pluralidade cultural em sala de aula. Assim, tem-se um respaldo para construção de práticas em sala de aula, voltadas para esta discussão sobre a pluralidade e a diversidade. Ainda, no debate da necessidade de uma educação antirracista, a professora Laisa Nogueira afirma que:

Penso que é fundamental uma prática educativa antirracista que se proponha capaz de evidenciar os mecanismos de segregação institucionalizados ainda hoje na nossa sociedade. Mas mais do que isso, é urgente uma educação antirracista como via real de enfrentamento da opressão e do genocídio instituído contra a população negra brasileira. (NOGUEIRA, 2021).

Por meio de sua fala, a professora discute suas formas de pensar a prática educativa. É interessante observar como os profissionais da educação embasam seus discursos e fomentam suas produções em sala de aula. A professora, além de seu trabalho de forma individual, faz

parte do subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID da FURG. A partir deste trabalho, fomenta conhecimentos e saberes com os universitários que cursam Licenciatura em História, produzindo em conjunto com os mesmos, interações e contatos, os quais colaboram com a prática em sala de aula. Através desta interação, a professora também discute e revê sua prática diariamente, tendo por base o trabalho em conjunto. Sendo assim, a professora Laisa apresenta em sala de aula, elementos que acredita como pertinentes para a formação cidadã, com as questões étnico-raciais sendo assim apresentadas. Ela afirma estar no início dessa caminhada, mas as suas falas revelam o amadurecimento e a disposição para o trato com os conteúdos étnico-raciais.

Mediante o trabalho realizado na rede básica, percebe-se uma gama de profissionais voltados para o trato com a educação para as relações étnico-raciais. Esses profissionais empreendem por meio de seu trabalho uma educação de qualidade, voltada para compreensão da diversidade presente em nossa sociedade. Isso, somado a um olhar embasado na alteridade, faz desses profissionais, educadores voltados para a promoção da equidade e do campo democrático, tanto nos espaços educativos, quanto no espectro social como um todo.

4 CARTILHA PEDAGÓGICA-EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS RIO-GRANDINAS

Quando se pensa em uma educação para as relações étnico-raciais deve-se ter a noção de um projeto de sociedade. A partir de uma prática antirracista tem-se a oportunidade de discutir pautas essenciais, voltadas para o entendimento da sociedade e das práticas de segregação presentes na mesma. Pode-se desvelar acerca de diversos elementos educacionais e assim contribuir com práticas educativas compatíveis com o campo democrático. Durante a pandemia de COVID-19, a qual transcorre desde março de 2020, teve-se um arrefecimento das estatísticas de desigualdade social, racial e até mesmo de falta de oportunidades de ensino, sendo um tempo extremado por dificuldades múltiplas²¹. Com indicativos tão graves, o ensino fez-se prejudicado, principalmente devido à falta de acesso de uma parcela da população. Por isso, a necessidade de se debater sobre ensino, de discutir sobre práticas educativas, as quais são necessárias em qualquer período, sendo fundamental debatê-las, mesmo que seja em uma conjuntura pandêmica.

O trabalho educacional deve ser divulgado, com intuito de produzir discussão e embasar as falas dos professores da rede básica. Por meio do trabalho desses profissionais, tem-se uma amplitude de trabalhos e de propostas realizadas nos ambientes de ensino. Cada professor tem seus métodos próprios de produzir suas interações com o alunado, além de formas próprias de exercer suas atividades. A singularidade é um elemento significativo, sendo responsável pelos pontos de vistas presentes no âmbito educacional. Através dessa multiplicidade de profissionais e de visões de mundo, tem-se um emaranhado de práticas efetivas e únicas. Somente na cidade do Rio Grande/RS, uma quantidade ímpar de professores da rede básica de educação trabalham com conteúdos étnico-raciais, tendo um enfoque centrado em questões afro-brasileiras. A partir do trabalho destes profissionais, surgem pautas como representatividade e promoção da Cultura africana e afro-brasileira, sendo necessário ressaltar a dimensão das discussões empreendidas pelos mesmos em suas práticas.

Mediante o trabalho realizado pelos profissionais, os quais residem em Rio Grande e fomentam suas práticas no município, tem-se uma gama de possibilidades. Professores de vários bairros do município produzem belos trabalhos, os quais conversam com a realidade local e trazem uma noção sobre a pluralidade cultural presente no território brasileiro e afro-

²¹ Sobre a COVID-19 e seus impactos, faz-se interessante ler a matéria de Carolina Dantas para o Portal G1, “Pretos têm 62% mais chance de morrer por Covid-19 em São Paulo do que brancos”. Portal G1. São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/28/pretos-tem-62percent-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-do-que-brancos.ghtml>>. Acesso em 12 ago. 2020.

gaúcho. Tais profissionais apresentam em suas práticas um pouco de sua realidade, assim como uma parte de sua formação. Com todo esse embasamento, faz-se necessário discutir sobre a importância de seus trabalhos e os fundamentos que podem ser concatenados a partir dos mesmos.

Com base na falas das professoras que contatamos, percebe-se uma grande multiplicidade de abordagens e conceitos. Esses profissionais, a partir de suas práticas e vivências no território rio-grandino, formulam debates e ressignificam pautas culturais, sociais e políticas, de acordo com o contexto que se encontram. A educação básica é um espaço de construção de cidadania, além do fomento de práticas culturais e educacionais, as quais respeitem o campo democrático. Tendo isso em vista, pretendemos utilizar-nos das falas dos profissionais da educação, os quais tivemos contato e conseguimos observar microcosmos do trabalho educacional realizado no município. Mediante as respostas apresentadas por esses educadores, conseguimos ter uma noção acerca do que vem sendo trabalhado nos espaços educativos pelos mesmos e como isso reflete no alunado rio-grandino.

Tendo esses fatores em vista, compilaremos as falas das professoras, almejando demonstrar suas contribuições mediante o trato com a História da África e com o trato para as relações étnico-raciais. A partir das falas das cinco profissionais que aqui foram apresentadas, pretendemos trazer um compilado de possibilidades de trabalho com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula. Através destas experiências, dos discursos e propostas destas profissionais da educação, pretendemos apresentar possibilidades de trabalho com Cultura Afro-Brasileira e História da África no município do Rio Grande. O formato da cartilha foi se mostrando mais apropriado, pois a partir de tal suporte, pode-se apresentar o conteúdo tanto de forma física quanto no formato digital. A ideia da cartilha ser apresentada em ambos os formatos (físico e digital) não tinha sido previamente cogitada, sendo um movimento advindo da Pandemia de COVID-19 e da necessidade de reinvenção imposta por tal movimento. Tanto a forma de escrever, quanto as formas de realizar atividades básicas foram rearranjadas. Assim foi com a educação no Brasil neste período pandêmico. Tendo que ser reinventada, a educação básica e suas práticas tiveram que se encaixar em um molde virtual, almejando preservar vidas e se adaptar à nova realidade brasileira.

Sendo assim, novos formatos de trabalho tiveram que ser ensejados, assim como nossos escritos, tiveram que passar por uma adaptação, almejando se encaixar em um momento de urgência e de mobilização pela vida. Assim, surge a cartilha produzida em formato virtual, sendo formatada nos meios digitais, almejando em um momento fortuito, ter a divulgação de sua versão física. Esta cartilha vem com o intuito de ser apresentada e

divulgada para os profissionais da rede, almejando demonstrar os exemplos positivos que já vem sendo realizados no município. É importante ter esse tipo de exemplo, pois demonstra que na mesma cidade, e em contextos similares (mas nunca idênticos), colegas de profissão realizam práticas efetivas de trato com os conteúdos étnico-raciais. Esses exemplos serão utilizados com o intuito de realizar uma ação formativa. Por meio da cartilha, pretende-se demonstrar como os profissionais da educação em Rio Grande/RS trabalham em sala de aula e como os mesmos aplicam a Lei 10.639/2003.

A Lei 10.639/2003 vem com esse intuito, de promover o trato com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula, sendo interessante observar como os professores o realizam de fato. Em meio a todo contexto social, político e cultural rio-grandino, tem-se a oportunidade de fomentar nos espaços de ensino, discussões voltadas para o trato com as pautas étnico-raciais. Sendo a Lei somada à dispositivos como as “Diretrizes Curriculares” e o Estatuto da Igualdade Racial, tem-se uma possibilidade de respaldo legal, com a obrigatoriedade do trabalho com a Cultura Afro-Brasileira e História da África nas instituições de educação no Brasil. Essa obrigatoriedade é desvelada até mesmo nas disposições legais construídas no município do Rio Grande/RS. Documentos como o Plano de Conteúdos dos Anos Finais e o Documento orientador curricular do território rio-grandino: ensino fundamental, trazem pautas étnico-raciais e a necessidade premente da discussão das mesmas nas práticas educacionais. Tendo isso em vista, percebemos o quão fundamental se faz observar as ações práticas realizadas pelos profissionais da educação básica no município. A partir das relações da FURG com a comunidade, foram sendo engendradas percepções e debates, os quais foram embasando a ideia de discutir sobre a feitura dos processos educacionais na rede básica.

A ideia de investigar as questões educacionais no território rio-grandino surgiu a partir do trabalho realizado no subprojeto de História do PIBID-FURG. Observando a riqueza dos trabalhos das escolas da região e o empenho dos professores da rede básica em discutir sobre a diversidade cultura brasileira, percebemos a necessidade de discutir sob um formato tão enriquecedor como o da cartilha. Através da cartilha, pretende-se não somente compilar, mas discutir e abordar o que é feito em sala de aula, não pensando em questões de mérito ou de promoção. Cada profissional, em sua singularidade, tem formatos únicos de discutir e promover as pautas étnico-raciais. Com base na cartilha, apresentamos essas experiências, as quais foram engendradas na esfera de educação básica do município.

O formato pensado para a apresentação das pautas educacionais forjadas no município visa compreender como os profissionais trabalham as pautas raciais em sala de aula. Essa discussão não tem por base somente discutir sobre o que é feito mas, demonstrar a validade

das pautas que são trazidas para os ambientes educacionais. Nesse aspecto, a cartilha funciona como uma espécie de “formação continuada” e as propostas introduzidas ali apresentadas, trazem possibilidades de trabalho com as pautas étnico-raciais, pretendendo realizar uma discussão, a qual fomente o debate e oportunize momentos de inflexão por parte dos docentes da rede básica. Almeja-se, assim, trazer uma percepção de alteridade, demonstrando que a partir do olhar do outro, pode surgir aprendizado e novas percepções.

Com o objetivo de publicizar e trazer conhecimento acerca dos trabalhos da rede municipal, pretende-se compartilhar entre os membros da educação básica, almejando demonstrar as ações empreendidas pelos seus colegas e as possibilidades de trabalho que se fazem empreendidas na esfera rio-grandina. Com o compartilhamento de um material como a cartilha com viés pedagógico, pretende-se apresentar algumas formas de discussão das pautas étnico-raciais nos ambientes educacionais, tendo em vista o que já é produzido, na atualidade.

Observar os elementos formativos da prática educativa evidencia uma maneira efetiva de discutir sobre educação e seu papel. Através de uma formação continuada, tem-se a oportunidade para produzir percepções e novas possibilidades de trabalho nos espaços de ensino. Tendo isso em vista, pensamos na cartilha como um formato simples, porém informativo. A partir de cartilhas tem-se todo um processo educacional, trazendo em seu cerne, possibilidades de expandir esferas do conhecimento. Por ser uma área demarcada pela interdisciplinaridade, o ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira deve ser realizado compreendendo o ambiente das disciplinas escolares e das áreas de atuação dos profissionais da educação. Devido a isto, a cartilha apresenta-se como um formato muito amplo, podendo ser aplicada em contextos variados mas, principalmente, no âmbito de formação dos profissionais da rede. Ela funciona como um mecanismo efetivo de discussão tanto da obrigatoriedade do trato com os conteúdos étnico-raciais, quanto de formatos para o trabalho com os mesmos.

Quando se pensa no ensino de Cultura Afro-Brasileira e História da África nas instituições educacionais, tem-se logo em vista as políticas de educação no Brasil. Entretanto, também deve-se sempre ressaltar a potencialidade de tais políticas e o contexto no qual as mesmas foram realizadas. Isso é uma conquista política, travada mediante embates, avanços e retrocessos, mas a qual deve ser discutida e compreendida como um debate pela educação, pelo direito de ensinar negros e não-negros a História do continente africano e das relações do Brasil com o mesmo. É sobre o Brasil Africano e sua formação; apreender sobre tais temáticas se apresenta de suma necessidade, pois discorre sobre a formação cultural brasileira. Sendo assim, tem-se a cartilha como possibilidade fortuita de conhecimentos e discussão.

A partir da cartilha, pretendemos apresentar os elementos necessários para uma educação antirracista. Ela tem como objetivo apresentar possibilidades de trabalho em sala de aula com os elementos étnico-raciais, tendo como foco a Cultura Afro-Brasileira. O formato foi escolhido devido a sua linguagem. A partir da sua constituição, pode-se ter tanto elementos textuais, quanto imagéticos, facilitando a compreensão sobre o assunto que irá ser delineado. Pretendemos, assim, demonstrar possibilidades de trabalho com os conteúdos étnico-raciais, assim como elencar os profissionais que tratam com as pautas raciais em sala de aula. A partir das imagens e de uma organização textual concisa, pretende-se discutir de forma leve sobre a temática, informando e discutindo, sem impor ideias estanques, mas sim trazendo conceitos e possibilidades. O professorado é o principal público alvo da cartilha. Eles são os principais atores na confecção da mesma e tornam-se seus principais consumidores mediante a sua circulação. Sendo assim, o público alvo de tal instrumento são os professores, os quais, através da cartilha, poderão enxergar os trabalhos e ideias de suas colegas, e em um exercício de alteridade, poderão colocar-se no lugar dos mesmos. Tudo isso com a intenção de produzir percepções e demonstrar a necessidade de trato com os conteúdos étnico-raciais em sala de aula.

A cartilha contém, assim, um ideal de propagar ideias e formatos já empregados pelas professoras da rede básica rio-grandina, com o objetivo de contribuir com as pautas educacionais. O debate se mantém aberto, podendo engendrar múltiplos posicionamentos e pautas educativas. Sendo assim, tem-se um formato com ampla possibilidade educacional, servindo para auxiliar na formação continuada dos professores da rede básica do Rio Grande. Principalmente agora, em um período de pandemia, faz-se interessante apresentar as contribuições dos profissionais da educação, os quais produzem trabalhos e fomentam ideias e a criatividade de toda uma comunidade escolar. Em um período demarcado por um alargamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas, faz-se necessário apresentar trabalhos e ideias dos profissionais da educação, os quais apesar das adversidades, forçosamente são obrigados a se adaptar ao contexto que atuam. Sendo assim, faz-se necessário apresentar como produto um compilado com as falas e ideias dos profissionais da rede básica.

Esse produto tem assim como objetivo, partir das entrevistas com as professoras, demonstrar o significado do trabalho educacional que realizam, como os mesmos produzem conhecimentos em sala de aula e as pautas que incorporam em suas práticas diárias. Sendo assim, essa cartilha não é somente um compilado, mas um instrumento pedagógico e educativo, com um viés de promover pautas étnico-raciais e o trabalho dos profissionais da

educação do município do Rio Grande/RS. Esse instrumento realizará, assim, a tarefa de apresentar as falas dos profissionais da educação tendo em vista o potencial das mesmas para com a esfera formativa. Esse trabalho fez-se necessário como acompanhamento desta dissertação, sendo um produto que surgiu da mesma. Muito mais do que cumprir um elemento burocrático, tem-se a partir da confecção do produto o reconhecimento do trabalho efetuado na rede básica e da relevância do trato com a Cultura Afro-Brasileira em sala de aula.

Na próxima sessão, iremos debater especificamente sobre a cartilha pedagógica, os aspectos que compõem, bem como suas particularidades. Além do formato, iremos discutir os principais aspectos da cartilha e como a mesma foi estruturada. Abordaremos, também, como as pautas étnico-raciais foram apresentadas na cartilha, tendo em vista seu caráter focado no debate da Cultura Afro-Brasileira e História da África. Isso se faz necessário para exaltar como o trabalho foi produzido, além de explicitar as abordagens que utilizamos na confecção de tal material. Pensando na educação para as relações étnico-raciais temos toda essa discussão e um produto necessário, o qual abarca toda uma demanda fundamental do processo educativo: a pluralidade do campo democrático. Para fomentar essa possibilidade surge este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) e o seu produto e é a partir disto que apresentaremos a cartilha e seu potencial educacional/pedagógico.

5 USOS E POTENCIALIDADES DA CARTILHA PEDAGÓGICA: O TRATO COM OS CONTEÚDOS ÉTNICO-RACIAIS

Partindo do processo educacional tem-se uma amplitude de possibilidades para a construção do conhecimento. Partindo disso, sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem apresenta-se composto de múltiplas linguagem e esferas. O tratamento da diversidade e da realidade na qual o alunado está inserido é uma parte deste processo. Compreender a importância dos conteúdos étnico-raciais no contexto escolar é fundamental no que tange ao incentivo de pautas sociais e culturais em sala de aula. Durante o período de 2020-2021, o país imergiu no período pandêmico, tendo um recrudescimento da desigualdade social e a morte de milhares de pessoas²², vítimas tanto da COVID-19, quanto da omissão de um governo extremamente negacionista. Neste período, a esfera educativa passou por muitas reformulações, adentrando em um período virtual e de fechamento das escolas, almejando poupar vidas e realizar uma contenção do contágio da COVID-19. Tendo tudo isso em vista, faz-se extremamente importante debater pautas étnico-raciais e manter o espírito de resistência. Seja em uma sala de aula, quanto nos espaços virtuais, profissionais da educação constroem suas percepções e introduzem em sua prática, elementos de uma educação antirracista.

Almejando trabalhar com a educação para as relações étnico-raciais, temos um número de profissionais que tanto em salas de aula, quanto nos espaços educativos virtuais fomentam uma prática antirracista. Centrados no tratamento da realidade social brasileira e de suas ramificações históricas, vários profissionais da educação na cidade do Rio Grande/RS trabalham com conteúdos étnico-raciais em sala de aula, discutindo em suas práticas sobre pautas raciais. Esses profissionais fazem parte da rede educacional rio-grandina, além de serem uma parte ativa da comunidade. Por meio de seus trabalhos contribuem com os espaços formativos, fomentando através de suas ações e práticas, uma possibilidade fortuita de construção do conhecimento. Observando as vivências destes profissionais, suas práticas nos espaços educativos e seu entendimento sobre educação, fomentamos neste TCM a possibilidade de discutir sobre tais profissionais e suas contribuições mediante a esfera educacional. Tendo isso em vista, durante nosso processo de pesquisa, observamos a necessidade de compilar as falas e as pautas fomentadas por tais sujeitos em suas práticas

²² Segundo balanço do consórcio dos veículos de imprensa, no dia 28 de junho, contabilizavam-se 514.202 mil óbitos, além de 18.447.220 milhões de casos acumulados. Dados disponíveis em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/06/28/brasil-registra-menor-media-movel-de-mortes-por-covid-desde-marco-1626-por-dia-nenhum-estado-apresenta-alta.ghtml>>. Acesso em 29 jun. 2021.

educativas. Sendo assim, produzimos uma cartilha informativa, tendo em vista seu potencial como um documento simples, de fácil acesso; porém, com possibilidade de uma amplitude de discussões educacionais.

Com base na cartilha educativa tem-se uma amplitude de discussões. O formato é composto de textos simples; contudo, centrados em uma temática demarcada por significados. O debate acerca dos conteúdos étnico-raciais é construído tanto na dissertação quanto na cartilha pedagógica. A mesma funciona como um desdobramento deste TCM, um produto efetivo advindo da mesma. Através da cartilha tem-se uma discussão centrada na educação para as relações étnico-raciais. Nos documentos construídos na virada do século XX para o XXI, temos uma discussão mais amplificada de questões étnico-raciais, além da diversidade cultural existente no Brasil. Mediante luta política do Movimento Negro Brasileiro, tem-se todo um suporte para discussão de pautas raciais, as quais se fazem enraizadas no espectro histórico brasileiro. De acordo com a redação das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004, p. 17).

A partir do tratamento dos conteúdos étnico-raciais em sala de aula tem-se a ampliação do escopo de discussão e de tratamento de variados tópicos necessários nos espaços educativos. A diversidade e a pluralidade cultural são elementos os quais são fomentados com base na discussão em práticas educativas cotidianas, engajando o público discente e promovendo o debate. Por meio de legislações como a citada acima, tem-se dispositivos legais necessários, os quais respaldam a prática educacional e o trabalho dos profissionais da educação no território brasileiro. Esse tipo de discussão se faz necessária, principalmente, em tempos de negacionismo, de refutação do papel da ciência e da educação. Faz-se necessário debater sobre diversidade e protagonismo negro almejando fomentar tais pautas. A partir do

trato com as mesmas, tem-se um ato de resistência, um ato político, de discussão e promoção de questões fundamentais para compreensão da realidade brasileira. Tendo isso em vista, percebe-se a importância da temática apresentada nesta pesquisa, assim como o produto que a acompanha. O produto pedagógico tem principalmente um caráter de discussão, tendo em vista o público que visa: os docentes do município do Rio Grande.

Composta de elementos textuais e imagéticos, a cartilha pedagógica tem como objetivo demonstrar as contribuições dos profissionais da educação rio-grandinos para com as pautas étnico-raciais. Sendo assim, nos focamos em apresentar as produções destas educadoras, partindo de suas falas para compreender o que produzem e como pensam o processo educativo. Dessa forma, pretende-se a partir das falas das profissionais rio-grandinas, debater como as mesmas produzem suas práticas em sala de aula, almejando demonstrar o tratamento que desvelam para com os conteúdos étnico-raciais. É interessante observar a concepção e o pensamento de tais sujeitos acerca de suas práticas educativas, pois a partir disso, podemos coletar uma amplitude de percepções. Além disso, podemos observar como os profissionais da educação do município estão fomentando suas práticas em sala de aula.

A cartilha pedagógica foi estruturada com base nas respostas que foram apresentadas pelos profissionais da educação do município. Optamos por um recorte de cinco profissionais do município. Por intermédio da fala de cinco professoras que atuam na rede municipal, almejamos compreender uma parte do processo educacional empreendido na cidade do Rio Grande. Sendo assim, denominamos nosso produto de “Educação para as relações étnico-raciais: experiências e propostas rio-grandinas” buscando ampliar o escopo de discussão sobre a educação para as relações étnico-raciais no município do Rio Grande/RS. Sendo um trabalho iniciado no período pré-Pandemia de COVID-19, tinha-se a ideia de apresentar a cartilha somente no espectro físico, porém, fez-se necessário uma reestruturação do projeto. A cartilha passa assim a ser construída e com intenção de distribuição no formato virtual, passando posteriormente (de acordo com o contexto pandêmico) ao espectro físico. Sendo assim, faz-se necessário discorrer acerca dos principais componentes de tal projeto.

Com base nestas considerações, a cartilha “Educação para as relações étnico-raciais: experiências e propostas rio-grandinas” tem como objetivo debater aspectos relacionados ao trato com os conteúdos étnico-raciais no município do Rio Grande/RS. Na primeira sessão da cartilha, discute-se sobre o projeto de Trabalho de Conclusão de Mestrado aqui apresentado e suas potencialidades. A partir do título “O projeto de Mestrado: a conexão entre a Universidade e a Rede Básica – um experimento necessário” debatemos sobre a importância

do projeto como um elemento para discussão das relações entre a universidade e a rede básica de educação. Deve-se ter a noção que tanto a escola como a rede básica de educação constituem-se em locais produtores de conhecimento, com públicos variados. Em nosso caso, estamos discutindo sobre a Universidade Federal do Rio Grande e a sua relação com a rede escolar rio-grandina. Por intermédio da cartilha conseguimos demonstrar o diálogo entre o que é produzido na universidade e na rede escolar. Em um período tão complexo como este, faz-se necessário tal debate.

Tendo em vista os diálogos entre a esfera escolar e a universidade, assim como a produção de conhecimento em ambas as esferas, na segunda sessão da cartilha adentramos em outra temática, mais específica do âmbito da educação básica em Rio Grande/RS. Na sessão denominada “A rede básica rio-grandina e a importância do trato com os conteúdos étnico-raciais”, abordamos aspectos organizacionais da rede de educação básica do Rio Grande. Apresentamos alguns números e dados que se fazem presentes em documentos como o “Plano Municipal de Educação: 2015-2025” e o “Plano de Estudos Ensino Fundamental – Anos Finais”. Com base em tais documentos, discutimos acerca dos dispositivos legais produzidos na cidade do Rio Grande/RS, além de demonstrarmos os espaços em que os conteúdos étnico-raciais ocupam no que tange à legislação construída no município. Nas sessões que se sucedem, refletimos sobre o trabalho de alguns profissionais do município do Rio Grande/RS.

Nas próximas cinco sessões debateremos sobre os trabalhos de profissionais do município do Rio Grande. Educadoras, professoras e profissionais em educação, essas mulheres discutem sobre pautas étnico-raciais em suas falas e apresentam na prática cotidiana a corporificação do discurso. As professoras Elizabete Rodrigues de Moraes, Juliana Votto Cruz, Laisa dos Santos Nogueira, Sandra Lee Ribeiro e Ingrid Santos Costa têm diversos pontos de vista, tendo em comum o elemento da profissão, são colegas na docência. Por meio de questionários, conseguimos debater com as professoras sobre sua profissão, o entendimento de sala de aula e sobre as potencialidades e possibilidades no trato com os conteúdos étnico-raciais. Mediante as falas, pode-se ter uma demonstração do potencial que se faz presente na cidade do Rio Grande. Lotadas em diferentes instituições no município, as profissionais da educação produzem suas interações com a comunidade escolar de forma plural, construindo práticas efetivas no trato com os conteúdos étnico-raciais.

Observa-se que, em toda a esfera escolar brasileira, tem-se uma forte carga do racismo estrutural. Mediante esses fatores, percebe-se a reprodução de diversas práticas, as quais fomentam o racismo numa escala estrutural. Segundo a análise de Sílvia de Almeida (2018), o racismo é estruturalizado no espectro social brasileiro, sendo o mesmo, parte da sociedade.

Através de práticas vexatórias, uma cultura de preconceito e de exclusão é fomentada, apartando indivíduos não considerados como pertencentes ao quadro social hegemônico. Sendo assim, o sistema cultural e político está baseado em uma organização estruturada no racismo e na exclusão de diversos sujeitos, havendo desigualdade política, econômica e jurídica, como produto deste tipo de discurso/prática. Surge, assim, a necessidade de estruturas de poder que respeitem a individualidade e compreendam a diversidade de culturas presentes no território nacional, descentralizando os espaços políticos e sociais. Com base neste pensamento, surge a proposta de se pensar a sociedade brasileira a partir de um trabalho efetivo com a diversidade presente nas unidades federativas, tendo em vista elementos as culturas africanas e suas manifestações, no Brasil.

Assim, pensar em uma educação para as relações étnico-raciais perpassa muito mais do que o dia 20 de novembro. Deve ser um trabalho conjunto, realizado com equipes de profissionais capazes de discutir sobre a composição social, política e cultural brasileira. No município do Rio Grande/RS, observamos profissionais empenhados neste debate, em trazer uma discussão sobre a cultura afro-brasileira e História da África para os espaços educativos. No município tem-se uma diversidade de profissionais da educação, os quais discutem pautas étnico-raciais e as problemáticas do racismo tanto em esfera nacional quanto municipal. Por intermédio dos profissionais que aqui foram apresentados, não pretendemos esgotar a temática, mas demonstrar que o debate sobre questões afro-brasileiras está sendo feito nos espaços educativos do município, havendo discussões sobre o tema nas práticas cotidianas. Sendo assim, se fez significativo compreender o trabalho destes profissionais da educação e como os mesmos tem consciência de seu trabalho e de sua prática. As professoras que aqui apresentamos têm múltiplas convicções; contudo, acreditam no mesmo ideal: a relevância de apresentar a diversidade em sala de aula.

Na sessão denominada “Agradecimentos” demonstramos nosso agradecimento com relação ao empenho dos profissionais da educação que participaram da construção da cartilha. Partindo das entrevistas e do tempo disponibilizado pelas professoras, conseguimos não somente terminar o projeto mas, também, fazer uma reflexão efetiva. Refletiu-se sobre a potencialidade de discussões como esta, engendrada sobre o tratamento da diversidade nos espaços de ensino, da pluralidade cultural, do que se encontra presente no âmbito social. Essas profissionais doaram seu tempo para trazer uma discussão, para fomentar debate, algo de suma necessidade neste período pandêmico. Em meio a uma carga horária inflada devido ao trabalho remoto, as pressões em várias esferas e toda uma readaptação ao trabalho virtual, estas profissionais cederam seu tempo e atenção para este projeto, sendo algo enriquecedor,

demonstrando o potencial do diálogo entre a universidade e a rede básica de educação. Fica assim observado que a conversa entre as diferentes esferas de educação devem ser mais aprofundadas, pois as mesmas engendram a produção de conhecimentos e de ricas interações educativas.

Na última sessão denominada “Pela valorização da rede básica”, discorremos acerca da rede básica como um elemento fundamental no espectro social. Demonstramos assim, que a rede básica rio-grandina é composta de diversidade e devido a isso, tem um papel fundamental no tratamento de pautas étnico-raciais e no fomento de uma educação pública de qualidade para a comunidade rio-grandina. Percebe-se que por meio da esfera educacional municipal pode-se ter um espaço para discussão e apresentação de pautas étnico-raciais, além de um estudo sobre a pluralidade cultural existente no território rio-grandino. Sendo assim, observa-se que a rede municipal é rica de práticas educativas, sendo um retrato do que se apresenta no espectro social. Deve-se cada vez mais valorizar a educação básica e discutir sobre formatos para potencializar as discussões empreendidas na esfera da rede básica.

Com um debate pautado pela educação das relações étnico-raciais, tem-se uma discussão positiva acerca de tais questões, tendo em vista o papel de negros e negras para o trato com essas temáticas. Com as práticas dos profissionais da educação, tem-se uma possibilidade de fomentar discussões que fazem parte do espectro social. Sabe-se que através da luta política, a demanda social relacionada ao ensino de História da África e de Cultura Africana e Afro-Brasileira foi se tornando uma realidade possível nos estabelecimentos de ensino. A partir da Lei 10.639/2003, os profissionais da educação tem uma segurança na efetivação de seus trabalhos nos espaços educativos, assim como ocorre uma transformação nos materiais didáticos e currículos escolares. De acordo com Gomes e Jesus:

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos [...]. (GOMES; JESUS, 2013, p. 22).

Através do excerto dos autores acima, é possível perceber todo um debate acerca das legislações implementadas no Brasil, durante os anos 2000. Essas políticas de reparação (vide Lei 10.639/2003) fazem-se fundamentais para se discutir sobre a cultura afro-brasileira e

história da África em sala de aula. Analisar as políticas públicas voltadas para a promoção do ensino das relações étnico-raciais no Brasil é fundamental, pois as mesmas trazem um amparo para a realização e manutenção de práticas voltadas à discussão das negritudes. Faz muito necessário discutir sobre os dispositivos legislativos pois os mesmos se apresentam como peças necessárias para compreensão dos elementos étnico-raciais e seu engendramento nos espaços educativos.

Em tempos pandêmicos fez-se mais dificultoso promover debates com os professores da rede básica, seja pelos aspectos do sistema remoto ou, até mesmo, pela elevada carga de trabalho que os mesmos tiveram que abraçar neste período. Deve-se observar a potência das práticas empreendidas por estes profissionais, assim como o tempo que utilizaram para colaborar com esta pesquisa. Esse tipo de atenção demonstra o quão importante se faz o contato entre escola e universidade. A partir do que produzem, as escolas fomentam múltiplas pautas, sendo necessário que a universidade enxergue isto, almejando realizar contatos e explorar a potencialidade presente na rede escolar. Isso deve ser feito de forma bilateral, tendo a colaboração da rede escolar e principalmente da universidade que, muitas vezes, se afasta do conhecimento produzido nestas instituições.

A construção do conhecimento científico perpassa vários níveis, devendo ser observado o espaço da escola e seu papel mediante o fomento de pautas sociais. O tratamento com os conteúdos étnico-raciais se faz necessário nos estabelecimentos educacionais do Brasil, sendo fundamental a cobrança e a movimentação em defesa deste direito. Em um período demarcado por retrocessos nas políticas educacionais, deve-se lutar em defesa de uma educação pública de qualidade, que trabalhe com a diversidade existente no território brasileiro. Deve-se observar, assim, que os profissionais trabalham em sala de aula tal temática devido as discussões prévias e a luta política de diversos elementos da sociedade civil. O tratamento com as pautas étnico-raciais e o fomento de uma educação antirracista são elementos que se fazem necessários na prática educacional, corporificando discursos e produzindo percepções positivas de elementos da Cultura Afro-Brasileira e da História da África. Com tal trabalho pode-se fomentar não somente valores mas, práticas antirracistas, as quais trarão impacto positivo para os discentes e, conseqüentemente, para o fomento de uma sociedade igualitária, pautada no campo democrático.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na constituição do trabalho de pesquisa, diversos elementos são elencados. Ensino, educação, cultura, história e ciência vão construindo todo um aporte, o qual fomenta a pesquisa e a produção de conhecimento. Todos esses fatores imbricados formam um sistema de símbolos e significados, os quais devem fazer sentido tanto para quem constrói a pesquisa, quanto para quem realiza sua leitura. Assim, a riqueza da pesquisa em educação surge, principalmente, da simbiose entre áreas e a definição de um conceito de educação. Ao perpassarmos pelos contatos com os profissionais de educação, percebemos a pluralidade das práticas antirracistas e seu aspecto interdisciplinar. Isso trouxe toda uma reconfiguração para este trabalho. Pensamos assim, a concepção de uma educação antirracista em diversas partes do currículo escolar, abarcando em todas as disciplinas, aspectos de luta antirracista e de prática voltada para a educação das relações étnico-raciais. Dessa forma, podemos contribuir muito mais no diálogo e na construção de conhecimentos educacionais na esfera da educação pública brasileira.

A partir desta pesquisa, discutimos diversas questões em seus aspectos conceituais e na forma das práticas educativas empreendidas no município do Rio Grande/RS. Porém, não esperávamos que uma pandemia global tornasse o processo de pesquisa mais complexo. A Pandemia de COVID-19 impactou diversos setores da sociedade civil em escala global, não seria diferente na esfera educacional. Até haver uma discussão prudente acerca do retorno das atividades, as universidades, escolas públicas e privadas, além das creches, tiveram que se manter fechadas, respeitando as medidas de segurança contra a COVID-19. Apesar disso, foi sendo adotado um modelo de trabalho remoto, o qual teve suas falhas e seus acertos, mas que se fez primordial como uma das únicas possibilidades no momento. Nesta esteira, a presente pesquisa foi impactada por tal contexto, tendo que ser repensada e reorganizada. Sua qualidade não foi afetada, apesar da mudança de configuração dos processos de produção. Canais virtuais tiveram que ser utilizados; *Zoom*, *WhatsApp* e *Facebook Messenger* foram aplicativos que tiveram que assumir uma parte mais humana, a de realizar o contato pessoal, entre os discentes e os pesquisadores. Dessa forma, a pesquisa tomou um ritmo mais reduzido, mas conseguiu-se manter a qualidade, fomentando um trabalho coeso, com vistas à promoção dos elementos étnico-raciais no município do Rio Grande/RS.

Esta pesquisa surgiu com uma necessidade básica: apresentar o trabalho dos profissionais da cidade do Rio Grande/RS e as práticas educativas antirracistas empreendidas pelos mesmos. Para termos uma base mais conceitual, recorreremos não somente a conceitos de

autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Sílvia Almeida mas, também, utilizamos de documentos normativos, os quais fomentam em nível nacional e regional, as políticas de tratamento com as pautas étnico-raciais em sala de aula e na vida em sociedade. A “Lei 10.639/2003”, a “Lei 12.288/2010”, o livro “Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Pluralidade Cultural. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos”, assim como as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” funcionaram como mecanismos de consulta e discussão acerca das legislações produzidas no território brasileiro, as quais mantem no campo democrático a necessidade do ensino da pluralidade cultural existente no Brasil. Através destes dispositivos legais, tem-se a obrigatoriedade do ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira nos espaços de ensino, funcionando os mesmos como reguladores dessas práticas. A relevância histórica de tais documentos é única, sendo balizadores das práticas educacionais no campo democrático.

Tendo em vista o fomento de tais documentos e sua necessidade, discutimos também sobre dispositivos regionais, demonstrando como no município do Rio Grande/RS, também apresentam-se planos de trabalho possíveis, os quais debatem sobre os conteúdos étnico-raciais. O “Plano de Estudos Ensino Fundamental: anos finais” assim como o “Documento orientador curricular do território rio-grandino: ensino fundamental” demonstram como em território rio-grandino tem-se um embasamento para a realização de práticas étnico-raciais em sala de aula. Isso se fez primordial para trazer uma compreensão de como as práticas educativas são realizadas no município e as possibilidades já previstas para o currículo da rede básica.

Partindo desse estudo, observamos como as professoras de fato aplicam tais conteúdos em suas práticas educacionais, tendo em vista os profissionais que atuam na rede básica de ensino rio-grandina. Por meio de todo um trabalho de pesquisa, fomentamos a confecção de um questionário que abarcasse de forma mais abrangente os discursos e práticas dos profissionais da educação do município, almejando demonstrar como os mesmos empreendem uma educação antirracista. Profissionais como a professora Sandra Lee Ribeiro, Laisa dos Santos Nogueira, Juliana Votto Cruz, Ingrid dos Santos Costa e Elizabete Rodrigues de Moraes foram consultadas para participar desta pesquisa, dando seu aval e contribuindo para a produção de conhecimento científico. O trabalho das profissionais é único, tendo cada uma, visões distintas de educação e dos componentes das práticas educativas. Isso se fez importante, pois tornou-se um demonstrativo da pluralidade de ideias, conceitos e discussões presentes nas falas das profissionais. Demonstrou, também, como em várias partes do

município, existem profissionais alinhados com práticas educativas efetivas, voltadas para o trato da pluralidade cultural.

Em cada fala das profissionais da educação, pudemos observar suas práticas, seus discursos e como as pautas educacionais apresentam-se para cada uma. Isso se fez muito necessário na hora de construir o produto final, a cartilha pedagógica. Na elaboração desta, tem-se tanto uma demonstração do trabalho realizado no município do Rio Grande/RS, quanto a promoção de uma educação antirracista. Partindo das falas dos profissionais da educação e do que discutimos neste relatório técnico, tem-se a concatenação de um produto efetivo, o qual surge como desdobramento da pesquisa mas tem potencial de ir além. O produto pedagógico surge com a ideia de alargar o escopo da discussão sobre pautas étnico-raciais, demonstrando como em nível local a discussão sobre Cultura Afro-Brasileira e História da África está sendo desenvolvida. Dessa forma, tem-se todo um fechamento de um trabalho, o qual veio sendo fomentado antes da Pandemia e durante tal crise. Esse fator teve um impacto fundamental tanto na logística de produção quanto na forma do conteúdo escrito. Acreditamos que o olhar trazido pela Pandemia de COVID-19, com toda a expansão da desigualdade social, associado a casos como o de João Alberto e de George Floyd vão criando percepções e fomentando novos discursos.

Cada vez mais, a necessidade de uma educação antirracista vem sendo debatida em múltiplas esferas da sociedade civil. A partir da desigualdade social e de sua apresentação em diversos veículos, como as mídias sociais e na mídia noticiosa, tem-se todo um debate acerca do ensino de elementos étnico-raciais nos espaços educacionais. Quando observamos os dados acerca da desigualdade de condições de ensino entre negros e não-negros, percebemos o abismo social existente em nosso país. Esse abismo tornou-se mais aprofundado a partir da pandemia de COVID-19, com o ensino sendo apresentado de forma remota ou posteriormente, híbrida, porém isso não se estendendo a toda população brasileira. Muitos indivíduos foram sumariamente apagados das políticas públicas, sendo a educação brasileira duramente impactada neste período. Observamos este trabalho com um produto de seu tempo, demarcando as possibilidades do trato com as pautas étnico-raciais e o significado das práticas engendradas pelos profissionais da educação.

Por meio das falas dos profissionais da educação, assim como das práticas que realizam, percebemos o quão próxima uma educação com valores antirracistas se apresenta. Observar a presença de elementos étnico-raciais nas ações educativas nas escolas da rede municipal se faz necessário e útil para uma compreensão do contexto local. Além dessa compreensão, observar o trabalho dos colegas de profissão se faz necessário para uma

formação continuada. Cada vez que observamos as produções fomentadas nas escolas, temos a noção do papel da mesma como um local produtor de conhecimentos e saberes, os quais contribuem tanto para a prática educacional, quanto para o contexto social. A discussão nas comunidades escolares acerca de elementos étnico-raciais existe e deve sempre ser pautada. A escola é um espaço social, tendo seu contexto demarcado pela vida política, social e cultural brasileira e discussões diversificadas fazem-se necessárias neste espaço.

Observar, assim, as falas das professoras, suas discussões e anseios é uma parte essencial desta pesquisa. Discutir sobre o que os mesmos pensam como educação e o que fomentam nos espaços educacionais é um fator necessário, seja para quem pesquisa sobre educação, quanto para quem atua em campo. Por mais que os elementos e ferramentas tenham se diversificado no período pandêmico, o público e os objetivos continuam os mesmos. O processo de ensino-aprendizagem mantém-se, dessa forma, imbricado nas relações sociais e nas discussões apresentadas nas esferas de conhecimento. Então, cada vez mais torna-se prudente discutir o que os profissionais da educação vem produzindo em suas respectivas interações nos domínios das instituições escolares. Isso se faz necessário para o debate acerca da produção de saberes, assim como reafirmar a posição das escolas como espaços de ensino, locais de produção de conhecimentos científicos e de ligação com a realidade social.

Por meio da escola tem-se um local para elencar os conhecimentos construídos em conjunto, na relação discentes-docente. Além de produzir estes conhecimentos, a escola cumpre seu papel como um local que agrega valores e discute sobre cidadania. Dessa forma, percebe-se o papel da escola, dos professores e o significado da discussão de pautas étnico-raciais neste espaço. Isso é muito importante, sendo necessário para o processo educativo na esfera social brasileira. Ter uma leitura dos fenômenos culturais, sociais e políticos torna-se oportuno, tanto para os educandos quanto para os discentes. Esse processo é extremamente rico e faz-se necessário para trabalhar sobre a realidade que todos nos inserimos, as desigualdades e as possibilidades que a educação pode trazer. Em toda nossa caminhada e no processo de discussão teórica, percebemos que a educação transforma, que ela é uma possibilidade de trazer criticidade e introduzir seus sujeitos em processos de autocrítica e de contextualização histórica. O trato com os conteúdos étnico-raciais também versa sobre tudo isso, trazendo uma gama de conhecimentos e leituras de mundo, devendo isto ser valorizado.

Através deste Trabalho de Conclusão de Mestrado passamos por diversos processos e compreendemos uma amplitude de realidades. Mais do que isso, percebemos que existem conceitos que não podem ser fechados em si mesmos, são muito amplos para isto. A educação para as relações étnico-raciais é um processo único, demarcado por metodologias e elementos

teóricos próprios. Quando discutimos sobre o trato com os conteúdos étnico-raciais, nos vemos impelidos a observar o papel dos indivíduos que circundam esse processo. Normalmente, observamos o quão positivo se faz esse ensino, como os educandos estão apreendendo e a efetividade do debate conceitual. Porém, pouco se discorre sobre o profissional que empreende estas práticas, que constrói material pedagógico, que empreende falas e emprega posicionamentos em seu cotidiano. Esse trabalho, além de fazer uma vasta leitura bibliográfica, vasculhando conceitos e aparatos teóricos produzidos por pesquisadores, produziu também um registro necessário, sobre os profissionais da educação do município do Rio Grande/RS.

Para além disso, almejou-se observar como as professoras entrevistadas pensam, suas leituras de mundo e como os mesmos entendem o que praticam. Deve-se observar que tal exercício demanda complexidade. Os profissionais da educação consultados para esta pesquisa conseguiram demonstrar como desenvolvem suas práticas e para além disso, apresentar suas noções próprias sobre educação, racismo e educação de História da África e de Cultura Afro-Brasileira no município do Rio Grande. Percebemos a partir das falas de Sandra, Elisabete, Juliana, Laisa e Ingrid, toda uma potencialidade, uma marca única representada pelo trabalho de cada uma destas professoras. Todas as profissionais que citamos, a sua maneira, conseguem produzir um trabalho de qualidade, engajado com as questões concernentes à realidade brasileira e que encaixam perfeitamente nos espaços que as mesmas ocupam. Através das falas das professoras podemos perceber não somente possibilidades de trabalho, mas espaços que são ocupados por pessoas abertas a discutir sobre a Cultura Afro-Brasileira e História da África em sala de aula. Percebemos pessoas dispostas à realização de trabalhos com conteúdos que antes se encontram extremamente marginalizados; enxergamos mudanças e potência nos trabalhos empreendidos pelas profissionais.

Partindo do trabalho dos professores da rede básica tivemos a oportunidade de fomentar uma relação entre os saberes da universidade e das escolas, sendo que através desta união, conseguimos observar a escola como um local plural, responsável pela produção de saberes científicos e populares. Além disso, temos na escola um espaço de formação cidadã, com possibilidades de construção do conhecimento e de compreensão da pluralidade cultural local. Poder observar o chão da escola e sua conexão com a produção de conhecimentos é um ponto essencial desta pesquisa. Como professores que somos, engendramos nossa prática em formação e referencial teórico, além da parte prática. Todos esses elementos imbricados constroem uma prática positiva de trabalho em sala de aula, um trabalho coeso e baseado no debate de ideias.

Sendo assim, percebemos como a pesquisa pode conversar com a esfera educacional, tendo o trabalho de tais professoras não somente como exemplo, mas como um ponto de inflexão. Pode-se repensar o que é praticado nas esferas de ensino, e isso se faz necessário devido ao caráter da profissão, de sempre se adaptar, de ter flexibilidade para fomentar mudanças. A educação para as relações étnico-raciais tem assim um caráter maleável, tanto como o processo educativo. A partir das práticas educacionais, tem-se uma possibilidade de fomentar não somente uma educação plural, mas um trabalho voltado para o respeito à pluralidade e ao papel histórico que as identidades negras representam em nossa sociedade. Sendo assim, cultura, educação e relações sociais andam em conjunto, compondo espaços de pertencimento e de respeito, contribuindo assim, para a problematização do racismo e a promoção de valores afro-brasileiros no espectro social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862008000100001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05. abr. 2020.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. *Proposições*. v. 28, nº1 (82) |jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. “O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História.”. In: GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). **Jogos e ensino de História**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 148-167.

AROSTEGUI, Júlio. Métodos e técnicas na pesquisa história. In **A pesquisa histórica**. Bauru/SP: EDUSC, 2006, p. 513-559.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 15 fev. 2020.

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 19 fev. 2019.

_____. Lei 12.288/2010, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 10 fev. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Pluralidade Cultural. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BORGES, Elizabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. Vassouras: **Revista do Mestrado História da Universidade Severino Sombra**, v. 12, n° 1, p. 71-84, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf>. Acesso em 17 mar. 2019.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2360>>. Acesso em 25 set. 2020.

CANEN, Ana. Refletindo sobre a identidade negra e currículo nas escolas brasileiras: contribuições do multiculturalismo. **Série-Estudos**. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande (MS), n° 15, p. 49-57, jan./jun. 2003.

CHADE, Jamil. ONU: Negacionismo do governo perpetua "racismo estrutural" no Brasil ... **UOL Notícias**. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/11/24/onu-critica-negacionismo-do-governo-diante-do-racismo-estrutural-no-pais.htm>>. Acesso em 10 jan. 2021

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em 04 mar. 2020.

FERES, João Júnior *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo.** 3 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Arilson dos Santos. Africanidades e diversidades no ensino de História: entre saberes e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n° 64, p. 189-214, abr./jun. 2017.

_____. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974).** Porto Alegre, PPGH- PUCRS. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2506>>. Acesso em 23 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2021.

_____. “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>>. Acesso em 15 de fev. 2020.

_____. “Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Saúde da População Negra**. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-negra>>. Acesso em 10 fev. 2020.

LONER, Beatriz Ana. “A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande”. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; DOS SANTOS, José Antônio. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha(Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009, p. 246-261.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, outubro de 2004.

MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de Cultura e História Afro-Brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações Governamentais. **História e Perspectivas**, Uberlândia, nº 53, p. 239-263, jan./jun. 2015.

MUNANGA, Kabenguele. Negritude Afro-Brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, nº 33, p. 109-117, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111217/109498>>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, nº 62, p. 20–31, dez. 2015.

OLIVEIRA, Maria Helena Negreiros de. Da invisibilidade afro-brasileira à valorização da diversidade cultural: a implementação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2011. Disponível em:

<<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1187/1/Maria%20Helena%20Negreiros%20VF%20Maio.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2020.

PAIXÃO, Cassiane; SPOLLE, Marcus Vinicius. “Clubes sociais negros no município de Rio Grande (RS): um período de “festas” e “liberdade”. In: PAIXÃO, Cassiane; Lobato, Anderson O. C. **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2017, p. 179-190.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Documento orientador curricular do território rio-grandino: ensino fundamental** [Recurso Eletrônico]. Rio Grande: SMED, 2019.

_____. **Plano de Estudos Ensino Fundamental: anos finais**. Rio Grande: 2015.

_____. **Plano Municipal de Educação: 2015-2015**. Rio Grande: 2015. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2015/06/20150621-pme_atualizado.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

_____. **Rio Grande, Cidade Histórica**. Rio Grande: 2015. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/rio-grande-2/#link>>. Acesso em 10 fev. 2020.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro: 1737-1822**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75245>>. Acesso em 15 mar. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952. **História (São Paulo)**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 126-143, ago./dez 2011.

SILVA, Jacira Reis da. “Diversidade cultural, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas: a Lei 10.639 como possibilidade de diálogo.”. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; DOS SANTOS, José Antônio. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009. p. 294-303.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.”. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed.

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.

SOUZA, Odair. **Revista Cadernos de estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 4, nº 1, p. 44-63, 2018.

TORRES, Luís Henrique. A Cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. **Biblos**, Rio Grande, nº 22 (1), p. 101-117, 2008.

ZORZI, José Augusto. **A construção do feriado do Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (2001-2019): luta e política do reconhecimento**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204567>>. Acesso em 2 out. 2020.

**ANEXO 1: MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO PARA PROFESSORES DE
HISTÓRIA**

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS RIO-GRANDINAS**



**POR LEONARDO DE MELO BELEM
COM A COLABORAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA
REDE BÁSICA DE EDUCAÇÃO**

A VALORIZAÇÃO DA REDE BÁSICA

No município do Rio Grande tem-se uma rede de educação básica forte. Com atividades voltadas para as áreas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; no território rio-grandino tem-se uma rede básica de educação, a qual se apresenta ligada com o Estado do Rio Grande do Sul e à União. Rio Grande surge nessa pesquisa não somente como um aspecto local, como uma unidade da União mas, sim, como uma parte da realidade brasileira.

Deve-se observar que, na cidade do Rio Grande, uma parcela importante dos profissionais da educação atuam em prol de pautas antirracistas e da pluralidade cultural. Partindo dos profissionais que listamos e suas contribuições observamos a importância de seus trabalhos e do papel que exercem no município. Desse modo, através da educação, percebemos que o município pode empreender debates e fomentar uma educação para as relações étnico-raciais.

O PROJETO DE MESTRADO: A CONEXÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E A REDE BÁSICA – UM EXPERIMENTO NECESSÁRIO

Discutir sobre Cultura Afro-Brasileira e História da África é uma necessidade no que se refere a educação para as relações étnico-raciais. Esta cartilha foi delineada à partir do Trabalho de Conclusão de Mestrado “Das relações étnicas às práticas educativas: o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas do município do Rio Grande/RS” apresentado por este autor no PPGH da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), almejando atingir o grau de Mestre em História.

Fomentada a partir de uma discussão sobre o trato com os elementos étnico-raciais na rede básica municipal, temos a cartilha como um produto pedagógico efetivo, o qual serve para demonstrar como trabalham alguns dos profissionais da educação no município. Com base nesta proposição, pretende-se discorrer sobre como os profissionais constroem suas práticas e as possibilidades de trabalho apresentadas a partir de suas falas. Através da cartilha pretendemos demonstrar que os professores da rede básica praticam um trabalho efetivo para a comunidade rio-grandina, debatendo sobre História da África e a Cultura Afro-Brasileira, nos espaços educacionais. Pretende-se com tal material, demonstrar a potência nos trabalhos dos docentes da rede municipal, trazendo uma discussão efetiva, tendo como público alvo o professorado da rede básica rio-grandina, almejando funcionar como um elemento de formação continuada.

Muito mais que ser um produto formulado a partir de uma pesquisa acadêmica, este trabalho pretende demonstrar como profissionais da educação no município do Rio Grande

realizam suas práticas em sala de aula. Com todas as dificuldades advindas do período pandêmico no Brasil (2020-2021), faz-se interessante ressaltar e promover o trabalho de tais profissionais, os quais sempre tentam discutir e promover os conteúdos étnico-raciais e a diversidade nos espaços educacionais.

A REDE BÁSICA RIO-GRANDINA E A IMPORTÂNCIA DO TRATO COM OS CONTEÚDOS ÉTNICO-RACIAIS

A rede básica rio-grandina é muito plural, sendo composta por diversas unidades escolares. Rio Grande sendo uma cidade com mais de 200 mil habitantes torna muito difícil o monitoramento de todos os espaços educativos, mas existem documentos que trazem alguns dados. A partir do Plano Municipal de Educação:2015-2025, tem-se uma noção mais ampla sobre como se configura o professorado do município. Segundo o PME, existem na cidade 77 escolas de Educação Infantil, com 3.338 matrículas, envolvendo 540 docentes. Com relação às instituições de Ensino Fundamental, possui 96, com 27.862 matrículas, envolvendo 1.616 docentes. Com relação ao Ensino Médio, apresenta 21 instituições, com 7.116 matrículas e 219 docentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015).

Já, no Plano de Estudos Ensino Fundamental (Anos Finais), tem-se uma apresentação das disciplinas escolares. O conceito de eurocentrismo é discutido, sendo primordial para observar os principais rumos da política municipal no tocante ao ensino de História. Consta no Plano que:

[...] é importante instigar nos estudantes o interesse por estudar outros povos, para que entendam as diferenças e aprendam a contextualizar determinadas situações, por fim, que desenvolvam a alteridade, isto é, conheçam, compreendam e aprendam com a diferença, respeitando o outro na sua diferença. Somente dessa forma, se conseguirá despertar o interesse pelo outro e se deixará de lado o discurso histórico que favorece a *história dos vencedores*. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2015, p. 17).

Além do estudo de outras culturas ser importante, no documento é ressaltado que se faz necessário o estudo de diversos povos e matrizes culturais almejando desenvolver a alteridade. Faz-se necessário compreender alguns conceitos, tendo em vista os elementos étnico-raciais. A partir da discussão sobre as falas das professoras, pretende-se delinear questões como pluralidade cultural, negritudes e o racismo existente no país, tendo em vista como tais conceitos podem ser trabalhados na esfera educacional. Por meio do trato com as negritudes, tem-se uma forma de observar as identidades negras em sala de aula. Isto se faz

fundamental, tanto para compreender pautas étnico-raciais, quanto para contemplar o alunado negro presente nas escolas do município.

Além de observar estes elementos, através do trato com os conteúdos étnico-raciais, percebemos uma evidente discussão sobre racismo. A partir do que é delineado nos espaços educacionais, temos uma percepção sobre o racismo estrutural presente em nossa sociedade. Por ser um elemento enraizado na esfera social, faz-se necessário um trabalho acerca de tal conceito em sala de aula, demonstrando a penetração de uma lógica racial na sociedade brasileira. Observando isto, pode-se compreender as experiências dos profissionais da educação do município, tendo em vista a construção do ensino de história e de uma educação antirracista.

A partir da discussão sobre História da África e de Cultura Afro-Brasileira tem-se um espaço para a promoção de uma educação antirracista. Em um ambiente demarcado pela pressão do currículo e por conteúdos eurocêntricos, tem-se a partir do trato com as pautas étnico-raciais, uma possibilidade de educação antirracista. É sobre uma educação voltada para pautas étnico raciais, respeito à diversidade racial e equidade que versam as experiências dos profissionais da educação aqui citados. Adiante discutiremos suas experiências, demonstrando a partir de suas falas, possibilidades para discussão de uma educação antirracista na cidade do Rio Grande/RS. Para além disso, observaremos como uma diversidade de elementos conceituais encontram-se delineados na fala destes profissionais, os quais se dedicam a compreender questões sociais e a pluralidade existente no território local.

EXPERIÊNCIA DE ELISABETE RODRIGUES DE MORAES

Quando observamos experiências individuais, compreendemos diversos elementos culturais, sociais e políticos imbricados nas práticas educativas. A professora Elisabete Rodrigues de Moraes atua há mais de 20 anos na rede pública municipal tendo contato com um público diverso, advindo da esfera de educação rio-grandina. Graduada em História-Licenciatura e Mestre em História, a docente tem um trajetória de pesquisa e de práticas em sala de aula voltadas para a promoção de elementos étnico-raciais.

Fig. 01: Produção de artefatos em cerâmica pelos alunos da professora



Fonte: Arquivo pessoal da professora.

A professora Elisabete tem todo um trabalho demarcado pela experimentação com questões mais voltadas para a esfera artística. A educadora acredita que o trabalho com texturas e questões artísticas podem aproximar os alunos dos objetos do conhecimento. O trabalho com argila é um dos mais utilizados pela professora, a qual apresenta tal material já no 6º ano do Ensino Fundamental. A partir da argila, a professora produz trabalhos com os alunos, apresentando pautas variadas. Por meio de seus trabalhos, Elisabete reproduz com os alunos vasos de cerâmica de distintas culturas (africanas, afro-brasileiras, indígenas), tendo em vista um material barato e efetivo como a argila. Quando discute sobre reinos africanos (Mali, Songai, Cuxe) a professora utiliza-se da argila para replicar as peças existentes nestes reinos. Isso funciona como uma espécie de aproximação com intercultural, respeitando a pluralidade de culturas, além de realizar efetivamente um trabalho interdisciplinar.

A professora tem toda uma noção acerca das legislações que tratam da História da África e de Cultura Afro-Brasileira. Trabalhando com a temática por diversos anos em sua prática, Elisabete tem toda uma bagagem conceitual e prática acerca de tais assuntos. Quando discorre sobre pautas como a legislação brasileira para com o trato das questões étnico-raciais, Elisabete afirma que:

Desde a implantação da lei 10639 que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas, acredito que tivemos um grande avanço no sentido de regularizar algo que já vinha sendo discutido nos ambientes educacionais. A partir daí, observa-se um esforço por parte dos educadores em criar metodologias de ensino bem como projetos e práticas educativas que venham a efetivar uma

cultura de valorização da educação étnico racial nas escolas de ensino fundamental do país. Tivemos um grande avanço nesse sentido e também afluíram grandes produções de livros e materiais didáticos referentes ao tema. Creio que estamos no caminho, embora ainda seja preciso que todos os professores abracem a causa e se empenhem em dar continuidade a esse processo. (MORAES, 2020).

Para Elisabete, a apresentação das temáticas de História da África e Cultura Afro-Brasileira foram sendo progressivamente ampliadas em sala de aula desde à promulgação da Lei 10.639/2003. Sendo assim, percebe-se um esforço de produção de materiais didáticos e pedagógicos voltados para o trato com os conteúdos étnico-raciais nos espaços escolares. Para a mesma, tem-se um caminho já trilhado e bem embasado no respeito à diversidade e pluralidade cultural, mas ainda existem muitas esferas a serem atingidas.

A primeira metodologia que utilizo é a abordagem de temáticas que valorizem a cultura e História afro brasileira e indígena. E como se faz isso? Induzindo a pesquisa sobre aspectos específicos relacionados, produzindo com os alunos material artístico referentes, oportunizando conversas e conscientização sobre, etc. Acredito que a forma mais eficaz seja mesmo partir da valorização de elementos culturais. Isso desperta a curiosidade, mostra o belo e a diversidade, e assim, torna a temática atrativa. O aprendiz precisa passar por uma espécie de “encantamento” pelo seu objeto de estudo. Assim, a troca de saberes se torna significativa. A sensibilização e empatia, virão naturalmente como consequência. (MORAES, 2020).

Quando discorre sobre sua metodologia de trabalho, a professora demonstra como apresenta os elementos culturais em sala de aula. Nessa perspectiva, a docente Elizabete demarca em sua fala o que acredita como necessário para o tratamento de pautas étnico-raciais, afirmando ser necessário incentivar os alunos no que tange à conscientização e valorização da amplitude cultural do território brasileiro. Discute, assim, sobre troca de saberes e empatia, elementos que para a mesma são essenciais para a prática pedagógica.

Fig. 02: Contação de histórias e lendas africanas por convidados que já residiram no continente Africano



Fonte: Arquivo pessoal da professora.

A professora Elisabete tem toda uma noção acerca de questões como local de fala e sobre o espaço que deve ser ocupado pelos conteúdos étnico-raciais no cronograma educacional. Trabalhando durante todo o ano com a temática, a professora entende como necessário trazer convidados para suas aulas, almejando apresentar experiências e outras culturas para sua prática educacional. Utilizando-se de convidados que já residiram em países do continente africano, ou que tem o mesmo como sua terra natal, Elisabete produz uma interação intercultural muito rica, trazendo convidados para realizar oficinas de contação de histórias e lendas africanas. Por meio destas oficinas, tem-se convidados familiarizados com a temática, os quais vivenciaram experiências e que podem contribuir com uma bagagem de discussões e pautas culturais muito importantes para a prática educativa.

O tratamento com História da África e Cultura Afro-Brasileira apresenta-se, desse modo, como um elemento potente, para discussão e fomento de sensibilidade e empatia por meio dos estudantes, os quais vão compreendendo a temática e sua importância no espectro social brasileiro. A partir do processo de ensino-aprendizagem, Elisabete concatena experiências e engaja o público discentes, produzindo assim, percepções e discussões necessárias para os ambientes educacionais.

EXPERIÊNCIA DE JULIANA VOTTO CRUZ

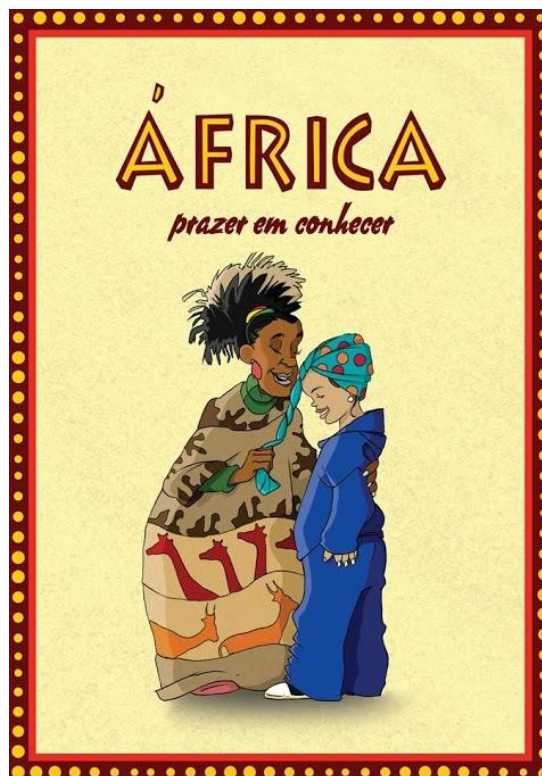
Tanto como professora da rede municipal de educação, quanto em sua trajetória acadêmica, Juliana Votto Cruz tem toda uma caminhada voltada para o trato com pautas étnico-raciais e pluralidade cultural. Produzindo conhecimentos em sala de aula e

reconhecendo o papel dos espaços educacionais, a professora emprega em sua prática cotidiana, elementos para uma educação das relações étnico-raciais. Pautas como a Cultura Afro-Brasileira e História da África são discutidas por Juliana, a qual apresenta estes elementos e relaciona-os com a realidade política, cultural e social da cidade do Rio Grande. Quando discorre sobre suas práticas educacionais, a professora afirma que:

Todos os dias do ano letivo busco ter como objetivo uma educação antirracista, antimachista, antifascista, anticapacitista, anti-homofóbica e contrária a toda e qualquer forma de preconceito social. Isso pauta meu discurso diário, educa meu olhar, orienta minha fala e minha conduta em sala de aula. Implica estar sempre atenta, disponível, aberta e vigilante. Fora isso, e especificamente com relação à questão do racismo, busco propor atividades durante todo o ano letivo que estimulem o debate sobre o tema, provocando discussões, realizando projetos, oferecendo conteúdo de qualidade e estimulando o protagonismo e a expressão livre dos estudantes afrodescendentes e de lideranças negras que possam auxiliar meu trabalho. (CRUZ, 2021).

Juliana faz parte do corpo docente da rede municipal desde 2009, atuando no momento na E.M.E.F. Professor Eliézer de Carvalho Rios e E.M.E.F. Dolores Garcia. Além dessa bagagem, a educadora formulou o projeto denominado “África, prazer em conhecer”, no qual discutia os olhares acerca do continente africano com seus alunos. Posteriormente, em 2015, editou o livro “África, prazer em conhecer”, trazendo os resultados de seu trabalho com seu alunado durante o projeto de mesmo nome. Como professora de História, a professora acredita na necessidade de um olhar crítico para discussão de uma amplitude de pautas nos espaços de ensino.

Fig. 03: Capa do livro “África, prazer em conhecer”. Produto do projeto “África, prazer em conhecer”



Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: <
<https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+37398,,lancamento-do-livro-africa-prazer-em-conhecer-uma-noite-para-celebrar-a-negritude.html#.YC1vrWhKjIU>>.

A professora Juliana tem um arcabouço de produções acadêmicas e na rede básica de educação. Um de seus projetos mais reconhecidos é “África, prazer em conhecer”. Por meio deste projeto, Juliana desvelou muitos elementos culturais africanos com os alunos em sala de aula, almejando demonstrar para os mesmos, a pluralidade de culturas existentes no continente africano. A partir dos contatos iniciais, um livro foi confeccionado no ano de 2015, tendo em vista as produções realizadas em sala de aula com os alunos. Com um formato de discussão livre em sala de aula, a professora foi construindo percepções e formando um campo de debate com os alunos, efetivamente, apresentando elementos da Cultura Afro-Brasileira e Africana para os educandos da rede básica de ensino.

A professora discorre que tais políticas podem mudar certas atitudes e discursos mas crê:

[...] que estamos bem distantes disso ainda. Promover e oferecer reais espaços de discussão e debate com conteúdo de qualidade entre os estudantes é, na minha opinião, a forma mais eficaz de instrumentalizar as novas gerações, para que sejam multiplicadores da não-violência e para que lutem contra todas as formas de opressão a partir de um sentimento profundo e bem fundamentado de pertencimento e valorização das culturas africana, indígena e afro-brasileira. O racismo estrutural, como o nome já diz, baseia nossas

relações sociais e apenas um trabalho de base e cotidiano é capaz de neutralizar tal fenômeno. É algo que vai acontecer na longa duração. (CRUZ, 2021).

Segundo a docente Juliana, é necessário um trabalho embasado nas políticas educacionais implementadas pelo governo federal. E, para tanto, a professora acredita ser necessário um trabalho de base, feito cotidianamente, para assim acontecer algo efetivo no que tange à longa duração.

Fig. 04: Lançamento do Livro “África, prazer em conhecer”



Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: <
<https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+37398,,lançamento-do-livro-africa-prazer-em-conhecer-uma-noite-para-celebrar-a-negritude.html#.YClvrWhKjIU>>.

EXPERIÊNCIA DE LAISA DOS SANTOS NOGUEIRA

A professora faz parte do quadro de professores da Prefeitura Municipal do Rio Grande, completando 10 anos na função de professora de História dos anos finais do ensino fundamental. No momento, atua na unidade E.M.E.F. Porto Seguro, no bairro Parque Marinha, tendo por meio de suas atividades, uma forma de produzir suas percepções e fomentar processos educacionais. Discutindo sobre sua prática, a professora Laisa demonstra seus posicionamentos e o que acredita ser fundamental na produção de uma educação antirracista. Quando discute sobre sua prática, a professora demonstra a necessidade de ser enfática mediante situações de racismo e de opressão. Quando discorre sobre uma prática antirracista, Laisa afirma que aposta na

[...]postura de que uma educação antirracista empreendida por um professor deve começar pelo respeito que se demonstra perante os estudantes e que se exige em todas as relações que são mediadas

naqueles minutos que estamos com a turma. Esse é o meu começo. Não posso tolerar qualquer forma de discriminação nestas relações que citei, sejam elas diretas ou sob alegação de “brincadeira” ou “intimidade”. Para além disso, é preciso evidenciar que o racismo está presente no dia-a-dia, sem deixar qualquer possibilidade de dúvida sobre a sua existência ou sobre a [falsa] ideia de igualdade de oportunidades. Vejo que a partir daí é possível estabelecer um diálogo direto com os estudantes sobre a questão. (NOGUEIRA, 2021).

Por meio da fala da professora, apresentam-se muitos elementos que remetem às salas de aula e seus aspectos sociais. O diálogo e o espaço livre para manifestações dos alunos é necessário, tanto quanto a oportunidade de problematização e discussão acerca de questões raciais ou culturais. Falas ou posturas que afetem as relações dentro dos espaços educativos ou até mesmo que firam direitos básicos, devem ser debatidas, mesmo que isto custe minutos de aula, pois fazem parte de todo um dever cidadão e educacional. Além disso, como pontuado pela professora, deve-se evidenciar o racismo do dia-a-dia, não abrindo espaço para dúvida, ou até mesmo, para a permissividade.

EXPERIÊNCIA DE SANDRA LEE RIBEIRO

Considero o mundo como uma sala de aula aonde, muitas vezes a gente chega com um plano de aula, porém, naquele dia a sua aluna negra diz que tem cabelo ruim e que não o solta porque é zoada na escola. [...]. Eu me vi com umas asas imensas voando na direção da aluna para acolher a sua dor que também se tornou minha dor. Neste caso, a teoria antirracista não dá conta sozinha porque nenhuma teoria dá conta da vida; então, neste momento, a aula acontece e a gente entra num estado de educador, sem plano de aula porque a vida não te permite voltar atrás para planejar nada (RIBEIRO, 2020).

Fig. 05: Professora Sandra realizando uma oficina de contação de histórias



i

Quando se fala sobre educação étnico-racial nos espaços educativos, uma amplitude de questões são desveladas. O racismo presente na escola é latente, podendo ser apresentado em relatos de experiência, quanto vivenciado no cotidiano. A professora Sandra Lee Ribeiro utiliza-se de diversos mecanismos para discutir sobre as pautas étnico-raciais em sala de aula e um destes exemplos é realização da contação de histórias. Em um ambiente lúdico, coberto de tecidos, texturas e almejando representar conforto, a professora produz oficinas artísticas, debatendo sobre questões étnico-raciais e discutindo sobre o Brasil Africano. Esse tipo de ação é realizado pela professora em diversas escolas do município, almejando trazer todo um suporte para o trato com os conteúdos étnico-raciais. Com os alunos em formato de roda e sentados no chão, sobre os tecidos, os mesmos vão obtendo uma relação espacial e sensorial com os elementos culturais africanos e afro-brasileiros

Quando constrói sua fala, a professora é marcante quanto debate o papel do educador, do professor, o qual tem que ter um aspecto prático e humanístico fortemente ligado às práticas pedagógicas que empreende. Segundo a docente, deve-se produzir em sala de aula, atividades que façam os alunos relacionarem sua realidade com os conteúdos étnico-raciais. Sendo assim, a mesma apresenta duas sugestões de trabalho nos espaços educativos:

- 1 A partir dos alunos dar visibilidade às profissões exercidas nas famílias: ao cozinheiro (a), ferreiros, babá e trabalhar os Orixás como valor civilizatório e não como religião.
- 2 Pesquisar o nome das ruas em Rio Grande com a seguinte pergunta: onde estão os negros? Por exemplo, na COHAB IV temos a Rua Lanceiros Negros e a Rua Marinheiro João Cândido, Entrevistar as

peças que moram nessas ruas e perguntar o que sabem a respeito dos seus nomes. Isto pode render, no mínimo, um Trabalho de Conclusão de Curso. (RIBEIRO, 2020).

Quando a professora sugere possibilidades de trabalho, está também colocando sua experiência, discutindo sobre o que acredita ser efetivo para o trato em sala de aula. Isso é fundamental, pois demonstra tanto a intenção quanto as práticas empreendidas pela profissional. Produzir em sala de aula acerca da História da África e Cultura Afro-Brasileira não é uma tarefa de fácil execução.

Fig. 06: Trabalhos de oficina de bonecas abayomi.



Fonte: Arquivo pessoal da professora.

Quando discorremos sobre a produção de elementos efetivos para o trato com os conteúdos étnico-raciais, observamos a dinâmica da oficina como algo potente. Por meio da oficina de bonecas abayomi, Sandra utiliza-se de uma técnica demarcada por aspectos históricos, artísticos e sociais. Contando com materiais como tecidos e tesouras, a oficina pode ser realizada, com as pequenas bonecas sendo confeccionadas somente com cortes e amarrações. Tendo em vista o papel das bonecas como um artefato produzido inicialmente pelas mães nos navios negreiros, as quais buscavam produzir aconchego para seus filhos, crianças vítimas da diáspora forçada, tem-se um artefato que possui historicidade e produz percepções no alunado. Com tal produção percebemos a necessidade de uma prática que abre espaço para valores humanísticos e para a pluralidade de culturas fomentadas em território brasileiro. Com o trabalho de Sandra, percebemos a potência de profissionais conectados com as práticas étnico-raciais, os quais produzem nos espaços educativos, produtos culturais

riquíssimos, os quais fomentam elementos que fazem parte da sociedade brasileira.

EXPERIÊNCIA DE INGRID DOS SANTOS COSTA

Tendo todo um trabalho como professora do Estado do Rio Grande do Sul e do município, Ingrid tem toda uma experiência com pautas étnico-raciais em sala de aula. Antes mesmo do surgimento da Lei 10.639/2003, a professora já fomentava uma educação antirracista em sala de aula. Hoje atuando como parte da Secretária Municipal de Educação como Assessora Pedagógica das Relações Étnico-Raciais e Ensino, Ingrid tem um trabalho demarcado pelo tratamento com as pautas étnico-raciais. Quando indagada acerca de suas práticas e se as mesmas tem por base uma educação antirracista, afirma que:

Fundamento minha prática numa perspectiva da Diversidade Cultural no âmbito das ciências humanas (antropologia, educação histórica, multiculturalismo) buscando um compromisso educacional democrático em concepções críticas, emancipadoras, amplas e formativas, a fim de atuar, intervir, de transformar a dinâmica social. Procuro sempre construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva. (COSTA, 2021).

Sobre sua prática educativa, a professora traz as principais pautas que trabalha em sala de aula. Além de discorrer sobre o trato com a diversidade cultural, a professora Ingrid demonstra os elementos que utiliza para realizar essa construção coletiva. Por meio da conversa entre disciplinas das ciências humanas, a professora utiliza de teorias e aspectos metodológicos para fomentar debates voltados para a compreensão da diversidade cultural brasileira. Pauta também a questão de que há um fim para o estudo de tais assuntos: atuar, intervir, de transformar a dinâmica social.

Fig. 07: Contação de Histórias. Ingrid Costa caracterizada como a personagem “Fada Pretinha”



Fonte: Blog Projeto Boneca Africana Rana. Disponível em: <
<https://projetobonecaafrikanarana.blogspot.com/>>.

A professora além de trabalhar com os anos finais, tem toda uma prática envolta de ludicidade nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Quando realiza contação de histórias, utiliza-se de um personagem criado para o público infantil, a “Fada Pretinha”. Por meio do personagem, a docente Ingrid demonstra exemplos positivos de representatividade e empoderamento, produzindo um impacto positivo no alunado. Quando caracterizada no personagem, Ingrid não somente conta histórias, mas demonstra a potência de atores negros nas esferas da vida pública, utilizando-se da cultura como um elemento engendrador de possibilidades.

A partir de sua fala, Ingrid apresenta as ações que anda empreendendo na SMED do município. A educadora trouxe como proposta, algumas das atividades que estão sendo desenvolvidas pela SMED/Rio Grande, seja em palestras ou em cursos de formação para os professores. Segundo a professora Ingrid, faz-se necessário exemplificar as ações que:

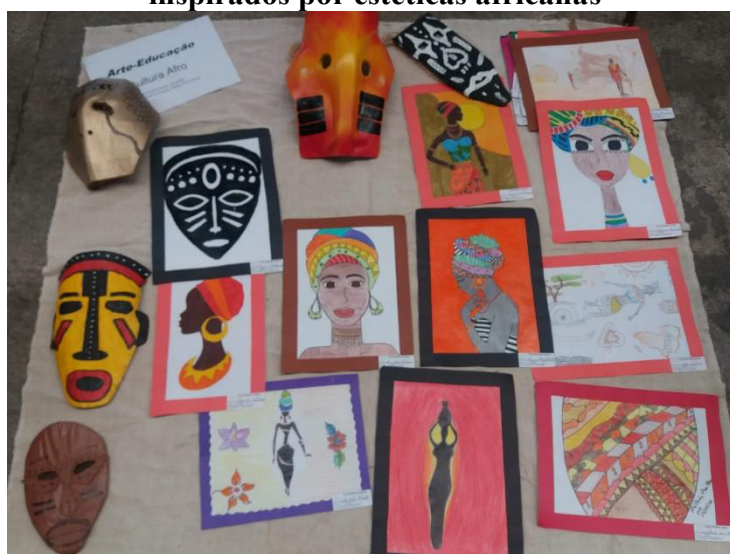
[...] a Secretaria de Município da Educação (SMED) tem realizado nos últimos anos para promover a Igualdade Racial no âmbito escolar, tendo como base a Lei 10639/03 e o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais:

- Ações em todo o município no mês da Consciência Negra – Novembro Negro.
- Homenagem às escolas e professores que desenvolvem atividades com a temática durante todo o ano.
- Jornada Pedagógica para a Educação das Relações Étnico-Raciais na educação Infantil.
- Ciclo de Oficinas, Palestras, Cursos, Fóruns, etc voltadas para a qualificação, capacitação e formação de professores, profissionais da

área de educação e comunidade em geral.

- Manter uma Assessoria técnica específica permanente para o atendimento às escolas para assessoramento à inclusão étnico-racial.
- Praça Negra – atividade desenvolvida no dia da Consciência Negra numa praça da cidade estimulando a participação da comunidade e escolas, seja com apresentações artístico-culturais, assim como, visitação.
- Produção de material que valorizam as especificidades locais visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais. (COSTA, 2021).

Fig. 08: Mostra dos trabalhos confeccionados pelos alunos. Desenhos e máscaras inspirados por estéticas africanas



Fonte: Blog Projeto Boneca Africana Rana. Disponível em: <
<https://projctobonecafricanarana.blogspot.com/>>.

A partir do que propõe em sala de aula, a professora Ingrid concatena com os alunos, percepções e possibilidades de trabalho. Deixando atuarem livremente em seus processos de criação, a docente apresenta seus trabalhos produzidos em sala de aula. Tendo em vista as máscaras e desenhos que produzem, a docente apresenta trabalhos construídos dentro de uma estética africana, trazendo em sala de aula gravuras e imagens como inspiração para os alunos, almejando produzir uma leitura de mundo com mais criticidade e um olhar atento para os elementos culturais que se apresentam tão próximos dos educandos, seja nas suas interações diárias ou nos contatos com a cultura brasileira.

AGRADECIMENTOS

Quando observamos o trabalho dos profissionais da rede de educação do município do Rio Grande, percebemos sua profundidade e potência. Por meio dos relatos presentes nesta

cartilhas, não tínhamos a intenção de trazer experiências compartimentadas de trabalho, mas sim de apresentar alguns exemplos fortuitos para o debate acerca dos elementos étnico-raciais, nos espaços educativos.

Agradecemos aos profissionais que colaboraram na produção deste material, assim como oportunizaram uma interação entre os espaços acadêmicos e escolares do município do Rio Grande/RS. À Universidade Federal do Rio Grande (FURG), por ser um espaço plural e multicultural, que abraça a comunidade do município e, principalmente, os espaços escolares, os quais produzem cultura e fomentam ciência.

UMA EDUCAÇÃO POSSÍVEL

Quando observamos o trabalho dos profissionais de educação na rede básica rio-grandina, conseguimos observar toda uma discussão educacional. A partir de suas práticas, as professoras da rede básica fomentam a promoção de pautas étnico-raciais, assim como produzem uma educação antirracista. Nas falas das profissionais que apresentamos, conseguimos observar a construção de possibilidades e formatos diferenciados de concatenar conhecimentos em sala de aula. Por meio do que constroem em suas interações com os discentes, tais profissionais promovem o trato com a História da África e com a Cultura Afro-Brasileira no município do Rio Grande/RS.

Nessa cartilha discutimos sobre a importância do trabalho empreendido pelos profissionais da educação no município do Rio Grande. A partir das falas dos mesmos conseguimos observar possibilidades de trabalho e discussão sobre os conteúdos étnico-raciais em sala de aula. Podemos dessa forma observar que existem ações efetivas no trato com as pautas étnico-raciais no município, além de profissionais competentes e dedicados a discutir tal temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 19 fev. 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. “As práticas pedagógicas de trabalho com

relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n° 62, p. 20–31, dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Plano de Estudos Ensino Fundamental: anos finais**. Rio Grande: 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.”. In: MUNANGA, Kabenguele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.

**ANEXO 2- QUESTIONÁRIOS/ENTREVISTAS DOS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO DA REDE BÁSICA RIO-GRANDINA**

Nome: _____

Instituição: _____ Cargo: _____

**QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO
RIO GRANDE**

1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?

2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?

3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Nome: Sandra Lee dos Santos Ribeiro

Instituição: E.E.E. M Lília Neves

Cargo: Licenciada em Artes Visuais, Mestre em Educação Ambiental, Graduanda em Pedagogia, Agente Educacional_

QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE

- 1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?

Certamente que não. Mesmo porque não existe um interesse de que esses elementos tomem o espaço que lhe cabem por direito, mas, que é negado desde sempre. A escola da rede básica está mergulhada em uma sociedade branca que deseja os saberes de matriz africana, mas, exige **o apagamento do corpo africano**. Portanto, um currículo que é pensado por brancos e para brancos jamais pretenderá promover os saberes de matriz africana de forma efetiva e afetiva, no máximo, como folclore ou curiosidade.

- 2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?

Bem. Pergunto se a Rede Municipal de educação está interessada na efetiva aplicação dessas ações? Ou apenas cumprem, minimamente, o trabalho que a lei exige? Penso que, ainda não existe uma fiscalização efetiva já que as leis 10639/2003 e 11645/2008 permanecem sendo trabalhadas, na sua maioria, por *negr@s* que se engajam numa luta particular. A História da África que se conhece nas escolas é a contada pelos livros didáticos com uma visão, muitas vezes, deturpada que mostra o continente como pobre e sem nenhuma capacidade criadora, artística ou ética, Levando em conta que os *negr@s* só aparecem no mês de novembro para algumas comemorações “obrigatórias”, cumprindo o dever de casa, mesmo assim, encontramos excelentes trabalhos de valorização e ensino da/sobre a África como da professora de Português Marisa Farias, hoje aposentada e Mestranda no PPGEA – FURG, bem como o Projeto Turbante-se da então Mestranda na Educação – FURG- Gabi.

- 3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

Com certeza que sim. Antes disso é preciso que se preste atenção à forma como esses conteúdos são abordados. Eu já presenciei trabalhos onde o objeto criado na disciplina de

Artes Visuais foi um chicote e a máscara de ferro para impedir os escravizados de falar. Então pergunto: o conteúdo está sendo desenvolvido para potencializar a cultura africana ou para depositá-la no lugar da degradação? Está sendo provocada a criticidade nesses alunos a respeito da sociedade, da relação hierárquica entre as etnias estabelecida pelo capital?

- 4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

Considero o mundo como uma sala de aula aonde, muitas vezes a gente chega com um plano de aula, porém, naquele dia a sua aluna negra diz que tem cabelo ruim e que não o solta porque é zoada na escola. Neste momento a aula precisa parar e a teoria precisa levantar dos livros e tornar-se palavra viva, não se pode deixar passar a oportunidade de um estudo de caso ao vivo.

Isto me aconteceu durante uma oficina na FURG. Uma menina universitária, durante uma oficina de carimbos que ministrei desatou a falar que a família não gostava do cabelo dela e a criticava por “ter coragem” de ir para a universidade “com aquele cabelo”.

Parou a oficina, parou o mundo. Eu me vi com umas asas imensas voando na direção da aluna para acolher a sua dor que também se tornou minha dor. Neste caso a teoria antirracista não dá conta sozinha porque nenhuma teoria dá conta da vida, então, neste momento a aula acontece e **a gente entra num estado de educador**, sem plano de aula porque a vida não te permite voltar atrás para planejar nada.

- 5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

Como já falei anteriormente existem bons trabalhos sendo feitos, porém, ainda precisamos avançar. Sugiro chamar para dentro das escolas os imigrantes africanos que se encontram trabalhando pela cidade porque eles têm muito a nos dizer, então cada imigrante dentro do seu contexto vai apresentar a sua diversidade. É uma forma de abandonar o estereótipo de que todos os negros são iguais, além de quebrar o limite de uma África idealizada, o que acontece muito com algumas pessoas dentro dos terreiros de religiões de matriz africana,

As Áfricas (negra e branca) são um somatório de culturas, línguas, escritas e religiões muito distintas umas das outras. Carlos Moore considera os negros em Diáspora como uma das seis partes que compõem a África.

- 6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Sinto te desapontar, mas, não acredito que o racismo acabe porque ele faz parte da subjetividade humana que se espraia no coletivo. No meu entendimento o racismo é um software que tem suas atualizações constantes. O racismo é uma instituição fundamentada no silêncio dos seus pares e uma instituição não necessita de corpo físico para existir basta um conjunto de ações bem projetadas e articuladas. O extermínio de negros faz parte das metas dessa instituição e a algoritmização da população negra é outro fato relevante neste aspecto. (sugiro assistir a live de Carlos Moore para a Editora Nandyala, em julho de 2020).

Nome: ELIZABETE R MORAES Instituição: EMEF ANA NERI
Cargo: PROFESSORA

QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE

- 1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?**

Desde a implantação da lei 10639 que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas, acredito que tivemos um grande avanço no sentido de regularizar algo que já vinha sendo discutido nos ambientes educacionais. A partir daí, observa-se um esforço por parte dos educadores em criar metodologias de ensino bem como projetos e práticas educativas que venham a efetivar uma cultura de valorização da educação étnico racial nas escolas de ensino fundamental do país. Tivemos um grande avanço nesse sentido e também afloraram grandes produções de livros e materiais didáticos referentes ao tema. Creio que estamos no caminho, embora ainda seja preciso que todos os professores abracem a causa e se empenhem em dar continuidade a esse processo.

- 2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?**

Tenho observado que a rede municipal tem cumprido seu papel nesse sentido através da cobrança de relatórios junto aos professores, implantação de projetos de ensino referentes ao tema, divulgação de exposições, programas e eventos educativos que venham a contribuir na formação dos seus professores. Realmente acredito que esse seja o melhor método, incentivando e desenvolvendo parcerias. Penso que uma cobrança no sentido de “forçar” ou “obrigar”, pode causar algum tipo de aversão, o que prejudicaria tudo o que foi construído até aqui. Claro, da forma que está sendo feita, o resultado é mais lento. Entretanto, mais eficaz pois reconhece as limitações dos educadores, oferece formação continuada e mostra que é possível trabalhar de forma consciente e prazerosa.

3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

Não gosto muito da palavra “dever” pois pressupõe algo imposto, obrigatório. Penso que deva ser algo consciente. Tipo: Eu, como educadora, tenho a consciência da necessidade de trabalhar conteúdos étnico-raciais em sala de aula pois meu “público” é composto de indivíduos oriundos de uma sociedade com uma diversidade étnica muito grande em cuja maioria, a descendência africana, predomina. Somos o país fora da África com o maior número de negros. Nossa população na época da chegada dos europeus, era indígena. Nossa consciência histórica nos lembra que populações indígenas foram perseguidas e exterminadas. Que os escravizados, construíram nossa nação por quase quatrocentos anos e que após a Abolição, foram abandonados sem terras, sem salários, sem educação, sem o mínimo de dignidade. A consciência disso tudo, nos leva a reconhecer a dívida histórica do país em relação a esses grupos e nos sensibiliza a cumprir nosso papel na sala de aula, enquanto educadores conscientes e comprometidos na construção de uma educação mais justa e inclusiva. Por isso, antes de exigir do educador, acredito que precisamos educá-lo, através de formação continuada, cursos de especialização, grupos de estudo e pesquisa, etc. O resto virá como consequência.

4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

A primeira metodologia que utilizo é a abordagem de temáticas que valorizem a cultura e História afro brasileira e indígena. E como se faz isso? Induzindo a pesquisa sobre aspectos específicos relacionados, produzindo com os alunos material artístico referentes, oportunizando conversas e conscientização sobre, etc. Acredito que a forma mais eficaz seja mesmo partir da valorização de elementos culturais. Isso desperta a curiosidade, mostra o belo e a diversidade, e assim, torna a temática atrativa. O aprendiz precisa passar por uma espécie de “encantamento” pelo seu objeto de estudo. Assim, a troca de saberes se torna significativa. A sensibilização e empatia, virão naturalmente como consequência.

5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

Não posso afirmar que seja efetivo em toda a rede, mas posso dizer que conheço um número muito grande de projetos e trabalhos de vários colegas nesse sentido. Isso me permite dizer que grande parte de meus pares tem buscado realizar um trabalho sólido e bem embasado em relação a esses conteúdos.

Sugestão: acredito que a riqueza da África enquanto continente bem como de países específicos deveria ser melhor explorada na busca de temáticas para o ensino. Grande parte de nossos aprendizes, acredita que a África só tem miséria. O que não é verdade. A riqueza cultural é imensa. Isso precisa ser desvendado aos alunos. Observo que nossos educadores, até por falta de conhecimento, se atêm somente às questões religiosas, que também são importantes, mas não é tudo. Fica a impressão que os conteúdos de matriz africana se resumem a isso. Mas não, tem tantos aspectos artísticos e culturais, a natureza, os modos de vida, o clima que determina certas práticas que ajudam a ambientação dos grupos, as tribos que preservam suas culturas e ancestralidade em pleno século XXI, enfim, tem muitas temáticas a serem exploradas. Os educadores precisam se apropriar delas.

6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Com certeza. Sempre dizemos que as crianças não são racistas, os pais as ensinam a ser. Entretanto, se já nas EMEIS e depois no ensino fundamental trabalharmos efetivamente com as questões relacionadas à empatia, alteridade, compreensão e aceitação das diferenças, autoestima, valorização cultural, poderemos formar uma geração menos racista e aprendizes mais conscientes da relevância de amar e respeitar o outro. Mais uma vez saliento que faz parte de um processo educativo onde todos, desde os professores, pais, alunos, comunidades escolares devem ser envolvidas. Um trabalho em conjunto através de projetos promovidos pelas unidades escolares. Algo prazeroso, não imposto, mas realmente elaborado com a participação em equipe.

Nome: Ingrid Oliveira Santos Costa

Instituição: SMED – Secretaria de Município da Educação do Rio Grande

Cargo: Assessora Pedagógica das Relações Étnico-Raciais e Ensino Religioso

QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE

- 1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?

Durante alguns anos, em alguns governos, era possível acessar informações, materiais, formações para professores junto a SEPPIR. Porém, com a necessidade de adesão em alguns programas exigindo muita burocracia e atenção dos órgãos municipais, até o momento, não se tem participação da SMED nesses programas.

- 2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?

Sim. Com certeza esses esforços fazem parte das atribuições de uma Rede Municipal de Ensino.

- 3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

Sim. Além de que, há uma legislação que embasa e respalda o trabalho do professor para a promoção da igualdade racial e educação para as relações étnico-raciais, como a Lei 10.639/2003, Lei 11645/2008, Estatuto da Igualdade Racial, Planos e Orientações Nacionais para a implementação das diretrizes curriculares para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, entre outros.

- 4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

Fundamento minha prática numa perspectiva da Diversidade Cultural no âmbito das ciências humanas (antropologia, educação histórica, multiculturalismo) buscando um compromisso educacional democrático em concepções críticas, emancipadoras, amplas e formativas, a fim de atuar, intervir, de transformar a dinâmica social. Procuro sempre construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva.

- 5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

Não podemos afirmar que toda a rede como um todo desenvolva os conteúdos de matriz africana em todas as disciplinas e durante todo o ano. Reconhecemos esforços e trabalhos de escolas e profissionais que atentam com maior compromisso em atender a Lei 10639/2003. Ainda é necessário avançar muito, é pertinente que haja mais participação dos profissionais em formações com a temática, por exemplo. Contudo, é necessário estimular, facilitar, oferecer e proporcionar condições para que isso aconteça. É necessária uma vontade política de todos os segmentos, setores, gestores para que realmente isso aconteça e não apenas uma vontade pessoal e individual dos interessados pelo tema.

- 6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Sim, acredito que um caminho viável e que chegaria mais próximo de uma mudança, mesmo que a longo prazo, seria pelas políticas públicas, por isso perpassa pela vontade política de dirigentes para fomentar e dar condições para que haja de fato um engajamento de toda a sociedade para que se efetive uma educação antirracista em todo o âmbito escolar, refletindo em mudança como um todo na sociedade brasileira.

Nome: Juliana Votto Cruz

Instituição: Prefeitura Municipal do Rio Grande Cargo: professora de história

QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE

- 1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?

Atualmente o que o governo federal faz com relação à cultura africana e afro-brasileira no país é um desserviço, sobretudo através da atuação do presidente da Fundação Palmares, que, a despeito da própria negritude, nega o racismo e deslegitima o papel de lideranças e personalidades negras brasileiras de grande importância. Não vejo qualquer incentivo ou estímulo ao cumprimento das leis ou fomento a projetos que tenham como tema elementos de matriz africana.

- 2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?

Acredito que sim. O que a rede municipal sempre faz (e faz muito bem) é promover atividades nesse sentido próximas ao Dia da Consciência Negra. Há muito trabalho excelente nesse período. No restante do ano, entretanto, poucas são as escolas que mantêm os estudos no calendário previsto, salvo aquelas em que existem projetos específicos na temática. A Smed deveria sim fiscalizar o cumprimento efetivo e satisfatório da legislação, através de projetos de incentivo, não com o intuito de pressionar ou de coagir o professor, mas de garantir a todos os estudantes o contato com esses conteúdos.

- 3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

Creio que sim. Não apenas do professor de história, mas de todas as áreas do conhecimento. Temos o compromisso ético de não omitir ou minimizar eventos passados constituintes de nossa história mais profunda. Durante muitas décadas essa prática foi responsável por gerar uma falsa ideia de harmonia racial, de cordialidade e de atribuir valor positivo à violenta miscigenação ocorrida no país. E, nesse sentido, ter o conhecimento e não o oferecer por questões de ordem ideológica individual configura, na minha opinião, uma conduta imoral.

- 4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

Todos os dias do ano letivo busco ter como objetivo uma educação antirracista, antimachista, antifascista, anticapacitista, anti-homofóbica e contrária a toda e qualquer forma de preconceito social. Isso pauta meu discurso diário, educa meu olhar, orienta minha fala e minha conduta em sala de aula. Implica estar sempre atenta, disponível, aberta e vigilante. Fora isso, e especificamente com relação à questão do racismo, busco propor atividades durante todo o ano letivo que estimulem o debate sobre o tema, provocando discussões, realizando projetos, oferecendo conteúdo de qualidade e estimulando o protagonismo e a expressão livre dos estudantes afrodescendentes e de lideranças negras que possam auxiliar meu trabalho. O projeto “África, prazer em conhecer”, que contou com muitos profissionais negros na equipe foi um exemplo disso.

- 5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

Como disse na pergunta anterior, acho que se faz muita coisa de excelente qualidade próximo a datas comemorativas. E muito pouco ao longo do ano. Isso me faz pensar que o conteúdo da legislação não foi ainda totalmente assimilado pela maioria dos colegas professores. Outro ponto importante se refere ao local de fala. Apesar de defender que pessoas negras tenham total prioridade na abordagem da temática, acredito que todo professor tem como direito e dever realizar atividades e projetos com o tema, independente de como manifesta, entende e/ou declara sua cor de pele. Digo isso porque fui bastante questionada (por lideranças negras) por ser branca e escolher trabalhar com a cultura negra.

- 6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Acredito que sim, mas creio que estamos bem distantes disso ainda. Promover e oferecer reais espaços de discussão e debate com conteúdo de qualidade entre os estudantes é, na minha opinião, a forma mais eficaz de instrumentalizar as novas gerações, para que sejam multiplicadores da não-violência e para que lutem contra todas as formas de opressão a partir de um sentimento profundo e bem fundamentado de pertencimento e valorização das culturas africana, indígena e afro-brasileira. O racismo estrutural, como o nome já diz, baseia nossas relações sociais e apenas um trabalho de base e cotidiano é capaz de neutralizar tal fenômeno.

É algo que vai acontecer na longa duração.

Nome: LAISA DOS SANTOS NOGUEIRA
Instituição: EMEF PORTO SEGURO
Cargo: PROFESSORA

QUESTIONÁRIO: O PAPEL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE

- 1) Você acredita que as políticas públicas do governo federal são efetivas no que se refere à promoção dos elementos de matriz africana na rede básica escolar?

Não. Apesar da importância das políticas públicas desenvolvidas na última década no que diz respeito aos elementos de matriz africana, a efetividade destas ainda é muito distante do ideal.

- 2) A rede municipal de educação deve fiscalizar e empreender mais ações voltadas para o ensino de História da África e de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do município do Rio Grande?

Fiscalizar certamente não. Agora, vejo como necessária a criação de uma equipe de trabalho dentro da Secretaria de Educação que possa se dedicar diariamente a empreender ações e desenvolver projetos que busquem a implementação de práticas condizentes com a Lei 10.639/03 em todas as escolas da rede de forma institucional. A Assessoria das Relações Étnico-Raciais, apesar do excelente trabalho da Profa Ingrid, não foi capaz disto.

- 3) Trabalhar com conteúdos étnico-raciais no âmbito da sala de aula é um dever ético e moral do profissional-professor?

Penso que sim. Acredito que discuti-los em sala de aula com as gerações atuais é até mesmo um ato de cidadania.

- 4) Como você emprega na sua prática em sala de aula elementos para uma educação antirracista?

Aposto na postura de que uma educação antirracista empreendida por um professor deve começar pelo respeito que se demonstra perante os estudantes e que se exige em todas as relações que são mediadas naqueles minutos que estamos com a turma. Esse é o meu começo. Não posso tolerar qualquer forma de discriminação nestas relações que citei, sejam elas diretas ou sob alegação de “brincadeira” ou “intimidade”. Para além disso, é preciso evidenciar que o racismo está presente no dia-a-dia, sem deixar qualquer possibilidade de dúvida sobre a sua existência ou sobre a [falsa] ideia de igualdade de oportunidades. Vejo que a partir daí é possível estabelecer um diálogo direto com os estudantes sobre a questão.

- 5) O trabalho acerca dos conteúdos de matriz africana na rede municipal rio-grandina é efetivo? Você tem alguma sugestão para este trabalho? Se sim, quais?

Não, sobretudo quanto aos “conteúdos”. Muitas vezes o trabalho do professor esbarra na escassez de recursos e materiais didáticos para trabalhar com determinados objetos de conhecimento – mesmo alguns que o próprio Documento Orientador Curricular do Território Riograndino menciona. Cursos como "Educação das relações étnico-raciais em meio à pandemia do COVID-19", ofertado pelo Observatório das Relações Étnico Raciais da FURG, parecem-me, suprem parte das necessidades dos professores e buscam minimizar as dificuldades enfrentadas por aqueles/aquelas que se propõem a trabalhar com o que chamamos de “conteúdos de matriz africana”.

- 6) Você acredita que por meio da formulação de políticas públicas e cumprimento das mesmas pelas unidades escolares brasileiras, pode-se haver uma discussão e até mesmo mudança de atitudes em relação ao racismo institucionalizado?

Sim. Penso que é fundamental uma prática educativa antirracista que se proponha capaz de evidenciar os mecanismos de segregação institucionalizados ainda hoje na nossa sociedade. Mas mais do que isso, é urgente uma educação antirracista como via real de enfrentamento da opressão e do genocídio instituído contra a população negra brasileira.